

The background of the entire page is a dense, overlapping collage of numerous colorful ribbons. The ribbons are in various colors including yellow, blue, green, red, orange, and purple. Many of the ribbons have black text written on them in Portuguese. Some legible phrases include "PARA QUE UM DIA EU (NÓS) PIRE DE", "NÃO É O", "PARELAS DEBILIA AMIGOS", "A CULPABILIDADE", "LUTA-SE", and "TRABAL".

REENCANTAR A CIDADE

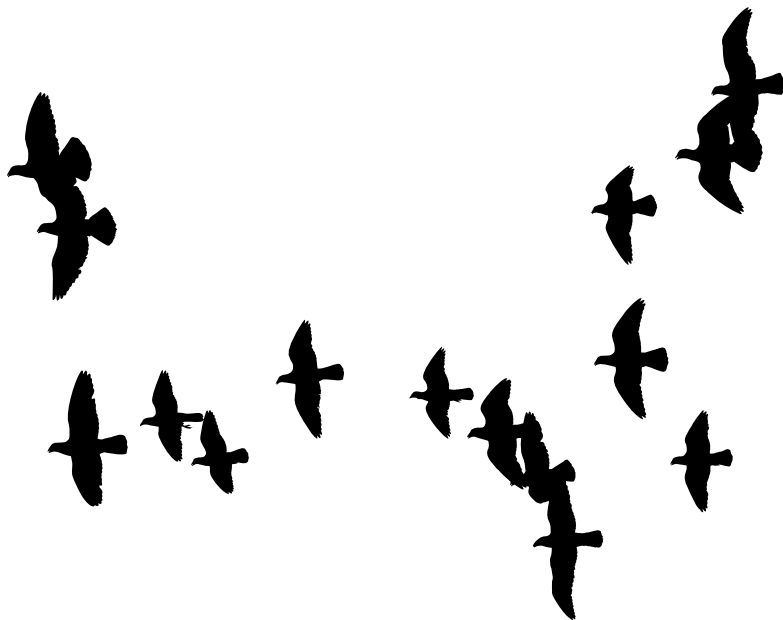
Cultura de paz como experiência transformadora

Festival Artes Pela Paz

Edição 2026



Fotografia: Mário Miranda



antropomágico

*ensina vida me ensina
esta magia do mundo
este segredo da fonte
de ser sozinho
e estar junto*

hamilton faria



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I59r

Instituto Casa Comum.

Reencantar a cidade: cultura de paz como experiência transformadora / Instituto Casa Comum ; redação e edição Martha Elisa Lemos de Carvalho, Maria Veridiana da Costa Aguiar Negrini, Joanan Santos Prates. – 1. ed. – São Paulo, SP: [s.n.], 2026.

148 p. : il. color. : 14,8 x 21 cm

ISBN 978-65-977110-1-7

1. Cultura de paz. 2. Festivais culturais. 3. Comunidade – Campinas (SP). I. Carvalho, Martha Elisa Lemos de. II. Negrini, Maria Veridiana da Costa Aguiar. III. Prates, Joanan Santos. IV. Título.

CDD
303.66

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



REENCANTAR A CIDADE

Cultura de paz como experiência transformadora

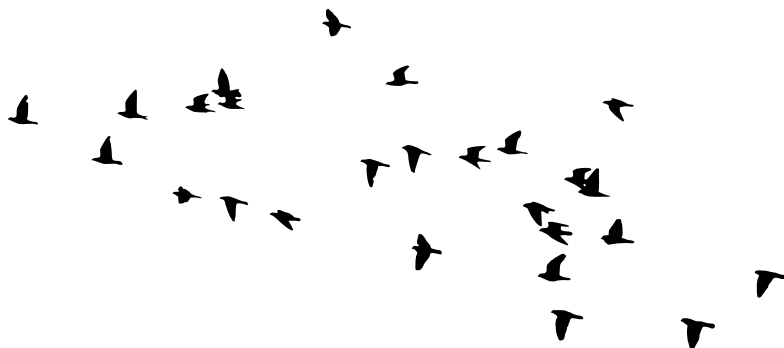
Festival Artes Pela Paz
Edição 2026
Campinas, SP, Outono de 2026

Fotografia: Mário Miranda



SUMÁRIO

Página 006	Prefácio. <i>Almar o território, reencantar a cidade</i>
Página 010	Capítulo 1. Festival Artes Pela Paz: Contexto
Página 014	Capítulo 2. Do des-envolvimento ao reencantamento
Página 025	Capítulo 3. <i>Artemetodologia:</i> Pertencimento
	Capítulo 4. Experiências que <i>reencantam</i>
Página 029	4.1. Cozinha Solidária São Marcos
Página 037	4.2. Dança Circular Sagrada
Página 042	4.3. Café Arte e Cultura
Página 049	4.4. Experiências em Justiça Restaurativa
Página 065	4.5. Fundação CASA Maestro Carlos Gomes
Página 075	4.6. Confraria da Dança
Página 083	4.7. Caixeiros das Nascentes
Página 093	4.8. Casa de Cultura Tainã
Página 100	4.9. Instituto Anelo
Página 109	4.10. Casa de Cultura e Pontão Aquarela
Página 117	4.11. Dança Circular no Ensino Fundamental
Página 129	4.12. Fazenda Roseira / Jongo Dito Ribeiro
Página 137	Capítulo 5. O reencantamento continua
Página 141	Créditos. O livro e o festival



ALMAR O TERRITÓRIO, REENCANTAR A CIDADE

Estou honrado com o convite do **Instituto Casa Comum** (ICC) para comentar sobre o texto **Reencantar a Cidade**, a sistematização do **Festival Artes Pela Paz** realizado em Campinas (SP) neste outono de 2026.

A primeira pergunta: o que acrescentar a este documento que revela, de forma tão rica, este singular acontecimento cultural? Aqui estão presentes a delicada tessitura do Festival, sua ética e estética, o contexto da cidade de Campinas, seus desequilíbrios e potenciais, a dinâmica do evento, os protagonismos territoriais, a diversidade de experiências dos Pontos de Cultura, coletivos e instituições participantes, a *artemetodologia* com suas escutas, diálogos, ouvir para compreender, captando as dimensões sensíveis da cultura com auscultas socioculturais. A sistematização realizada pelo Instituto Casa Comum traz conceitos e poéticas vividas nesses dias de Festival, momento para ficar gravado na memória da cidade. É justo mencionar algumas instituições e dinâmicas recentes que enriqueceram a cultura de paz no país, principalmente a partir do início do século XXI. Considero a gratidão um sábio sentimento de paz.

O Manifesto 2000 da UNESCO por uma Cultura de Paz e Não Violência, escrito por personalidades premiadas com o Nobel da Paz, foi o marco referencial do conceito que entendemos hoje por cultura de paz, com seus pilares que afirmam compromissos individuais e coletivos:

- 1) respeitar a vida e a dignidade humana;
- 2) rejeitar a violência em todas as suas formas;
- 3) ser generoso para partilhar o tempo e os recursos;
- 4) ouvir para compreender e promover o diálogo;
- 5) preservar o planeta com consumo sustentável;
- 6) redescobrir a solidariedade e a escuta mútua.

Estes valores, constituídos com saberes ancestrais e contemporâneos de cultura de paz, foram difundidos no Brasil pela Associação Palas Athena e pelo Comitê de Cultura de Paz (Fóruns Mensais de Cultura de Paz) liderados pela mesma Associação em parceria com a UNESCO. Esta instituição tornou-se lugar de ideias, reflexões e ações, expandindo cultura de paz em todo o país, com reconhecimento internacional.

Merece ser lembrado, por sua vez, o **Instituto Pólis** que, em parceria com o Ministério da Cultura / Secretaria Nacional da Cidadania Cultural - secretário, Célio Turino, historiador e poeta, que esteve à frente da Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) entre 2004 e 2010, durante a gestão do ministro Gilberto Gil - por meio do **Programa Cultura Viva**, criou o **Pontão de Cultura de Paz**. O Pontão do Pólis, como era chamado, absorveu várias experiências para fundamentar a sua proposta nos movimentos sociais, culturais e ambientais, em ações coletivas emergentes das periferias, nas escutas territoriais (ausculta inspiradas nos Barracões Culturais da Cidadania de Itapeverica da Serra); na diversidade racial, de etnias, de gênero, de acessibilidade, etária, religiosa, nas políticas públicas, no direito à cidade; no bem viver dos povos originários; e no saber dos educadores e agentes culturais da área de cultura do Instituto. A parceria com os Pontos de Cultura foi vital para o Pontão expandir a cultura de paz no Brasil e no exterior.

O Instituto Casa Comum, integrado por experientes educadores e pensadores da cultura de paz e bem viver, reconhecendo que a paz é urgência, desenvolveu a sua proposta do Festival Artes pela Paz. A arte, linguagem poderosa, acompanhou os povos desde sempre, traduzindo o indizível, revelando o tempo vivido e o mundo imaginado, enriquecendo vivências e a visão cultural e espiritual da humanidade. A criação estética amplia os horizontes daqueles que clamam por uma nova civilização com base na cultura de paz. Somente com arte e cultura de paz é possível captar a vida sensível dos territórios, *almar* a cidade, e criar um olhar, sem a cultura da pressa, da mercadoria, da sobrevivência e da precariedade da vida cotidiana.

A linguagem da criação estética questiona padrões estabelecidos de comportamento da vida em sociedade, desnaturaliza o cotidiano, ensina a arte de viver ao encantar a vida social e comunitária. Ao longo da história, tornou-se símbolo de paz, ao sonhar o mundo, ao imaginar caminhos possíveis e impossíveis. Mostra os limites da vida material e produtiva, conecta emoções, sensibilidades, esperanças. Cultiva a beleza dos mundos com linguagens de reencantamento. A arte é linguagem de paz.

O texto demonstra o potencial criativo de coletivos de várias linguagens, a ampliação da voz da cultura de paz na cidade, quando estava um pouco adormecida. Aqui estão presentes importantes experiências de dança, música, poesia, alimentação, justiça restaurativa; as poéticas dos Pontos de Cultura, sua arte do encontro, criatividade estética e protagonismo no território. O relato demonstra a dinâmica de cada experiência e sua potência e potencial para irradiar a paz. Palavras como escuta, ausculta, vínculos, cuidados, reencantamento e bem viver são recorrentes no documento.

Ouvir a voz do território e seus atores é método estruturante no relato, escuta que registra as dinâmicas concretas e as poéticas das várias emanções da cultura, que vão além dos resultados materiais e dos indicadores numéricos. Os vínculos estabelecidos entre as pessoas, hoje esgarçados, inexistentes ou eivados de ódio e preconceito, emergem no relato. Necessário se faz aprofundar os vínculos de pertencimento a uma comunidade maior que a humanidade: a comunidade da natureza, das espécies, sua dimensão biocêntrica, a centralidade da vida. Só assim o território poderá constituir-se integralmente em lugar de criação da paz e do bem viver. A sistematização apresenta uma original Cartografia do Cuidado ao escutar, criar vínculos, valorizar os saberes da comunidade, criar redes de afetos e pertencimento. Aquilo que está no ar e só a arte pode revelar. Será necessário ampliar este método para mergulharmos no autocuidado e na arte de viver.

Reencantar a cidade sugere poéticas do cuidado que estão presentes na delicadeza das relações, nas redes de afeto, na alegria dos encontros, no esperar em sintonia com toda a comunidade da vida. O momento trágico da civilização traz consigo ameaças à cultura da vida, com genocídios, preconceitos, desequilíbrios ambientais, mentais, desigualdades e violências de toda ordem. Será necessário cultivar linguagens de paz que aproximam existências e buscam transformar a vida não apenas no lugar da sobrevivência, mas do reencantamento. Gandhi destaca que a arte da vida é fazer da vida uma obra de arte. Esta afirmação sugere que as transformações de valores coletivos e individuais caminham juntas. Cultivar a paz com a arte de viver e com linguagem sensível amplia a nossa presença no mundo e abre caminhos para o bem viver e a criação de sentidos profundos de reverência à totalidade da vida. Nesse sentido cria um cenário de reencantamento, um mundo possível contra a distopia do presente, um lugar real onde não caibam as redes de ódio cotidiano e seus genocídios que suprimem a liberdade de criar e viver.

Uma história de que gosto muito: um sábio estava sendo esperado há muitos anos para proferir um sermão sobre a sabedoria e a paz. No exato momento em que iniciou a sua fala, um pássaro cantou. O sábio disse: o sermão já foi proferido, e deu sua fala por concluída. Ouvi o pássaro cantar ao ler esta sistematização do Festival Artes pela Paz. Não sou um sábio, então, arrisquei sugerir alguns comentários ao reforçar o brilho de um relato/análise que fala por si. A cultura de paz é a alma do reencantamento do mundo e a arte a sua linguagem.

Hamilton Faria

Poeta, escritor e curador de projetos socioculturais

Capítulo 1

FESTIVAL ARTES PELA PAZ

Contexto

Uma cidade como tantas outras, atravessada por rios que insistem em correr mesmo quando quase não são mais vistos. Construída através do tempo por milhares de mãos como as dos povos indígenas, negros libertos, migrantes vindos de diferentes regiões do Brasil. Essa é Campinas, hoje, reconhecida nacionalmente por suas universidades, grandes centros de pesquisa, parques tecnológicos e dinamismo econômico. Muitos a descrevem como uma cidade da inovação, do conhecimento, das oportunidades e há verdade nisso, mas há outra Campinas além dessa, uma que não se revela por completo nos cartões-postais, nem nas estatísticas e que não pode ser compreendida apenas por seus indicadores econômicos. Um território marcado por profundas desigualdades, onde diferentes realidades coexistem lado a lado, de modo que bairros com ampla infraestrutura compartilham fronteiras invisíveis com áreas que enfrentam vulnerabilidades históricas. Nessa cidade, convivem abundância e escassez, privilégio e exclusão, proteção e abandono, oportunidades e sofrimento como em muitas cidades brasileiras, as contradições fazem parte da paisagem.

É justamente nessas contradições que começa a história desta publicação. As narrativas antigas nos contam que os territórios têm alma, cada lugar resguarda seus próprios encantamentos, reúne saberes que sustentam a vida e dão sentido ao florescer de quem ali pertence. No entanto, quando esses laços se rompem e dão lugar à desigualdade, o medo passa a ditar as regras, a escassez de oportunidades afasta as pessoas e a solidariedade é engolida pela competição. É assim que, silenciosamente, a magia da vida em comunidade se esvai, se enfraquece, abrindo caminho para as mais diversas formas de violência.

Essa Campinas que escapa aos diagnósticos e às estatísticas se constrói no cotidiano pela ação de educadores, artistas, lideranças comunitárias, trabalhadores da assistência social, profissionais da saúde, agentes culturais, mediadores de conflitos, coletivos juvenis e organizações da sociedade civil. É uma cidade que pulsa e se organiza através do cuidado e do encontro. O cotidiano se expande, crianças descobrem a música, jovens descobrem novas linguagens de expressão, mulheres fortalecem redes de apoio e comunidades mantêm vivas suas memórias, os conflitos deixam de ser ruptura e passam a abrir espaço para o diálogo, e as diferenças não se anulam, mas se moldam em convivência. Essa Campinas existe e se expande de forma discreta, mas contínua. Está presente nas rodas de conversa, nas oficinas culturais, nos saraus, nos círculos restaurativos, nas apresentações artísticas e nas iniciativas que escolhem construir pontes ao invés de muros.

As histórias antigas também nos ensinam que, quando os encantamentos começam a desaparecer, surgem aqueles que se dedicam a mantê-los vivos, às vezes, carregam instrumentos musicais, em outras ocasiões, livros, sementes, painéis, pincéis, tambores, palavras. Carregam a disposição de permanecer junto quando tudo convida ao afastamento. Em Campinas, esses guardiões assumem diferentes formas. São professores, arte-educadores, gestores culturais, mestres da cultura popular, mediadores de comunicação não violenta, psicólogos, lideranças comunitárias, jovens artistas, coletivos periféricos, Pontos de Cultura, organizações sociais, movimentos comunitários. Ao longo da história, a arte sempre esteve presente nos momentos de travessia, incerteza ou reconstrução. Quando as crises ameaçaram fragmentar os laços que sustentavam a vida coletiva, encontraram na dança, na música, na pintura, no teatro e em tantas outras formas de criação um caminho para seguir adiante. Mais do que expressão, a arte tornou-se um modo de elaborar experiências, compartilhar sentidos e manter viva a capacidade de imaginar futuros possíveis, por isso continua sendo tão necessária. Ela nos

ajuda a traduzir aquilo que não cabe em explicações; cria pontes, aproxima sentimentos e compreensão, conecta passado e futuro, transforma experiências individuais em vivências compartilhadas, é nesse movimento que as transformações acontecem. Uma criança que descobre sua voz em um coral não encontra apenas uma atividade, encontra confiança, reconhecimento e pertencimento. Um jovem ao subir ao palco pela primeira vez experimenta a possibilidade de ser visto de outra maneira, de ver a si mesmo. Quando a cultura devolve vida a uma praça, o espaço público deixa de ser apenas um lugar de passagem e volta a se tornar um lugar de encontro, da mesma forma, quando o diálogo ocupa o lugar do confronto, novas formas de convivência começam a emergir. Pouco a pouco, os vínculos voltam a ser tecidos, relações de confiança são restauradas, os territórios produzem pertencimento e os encantamentos, que pareciam adormecidos, encontram espaço para florescer.

O conceito de Bem Viver oferece uma compreensão da profundidade dessas experiências. Inspirado em cosmovisões e em saberes ancestrais, ele nos convida a questionar uma ideia de desenvolvimento baseada exclusivamente na acumulação, na competição e no sucesso individual. Em seu lugar, propõe-se uma compreensão mais ampla da existência em que viver bem não é uma experiência solitária, antes, significa construir relações equilibradas com a comunidade, com a natureza, com a memória e com as futuras gerações.

Sob essa perspectiva, a Cultura de Paz não se limita a um conjunto de práticas ou estratégias, revela-se como uma forma de viver, orientada pelo cuidado, pela escuta e pelo reconhecimento da interdependência que sustenta a experiência humana. Mais do que proposta de intervenção, constitui uma ética das relações e aposta permanente na construção de vínculos. Ao documentar essas experiências, esta publicação vai além do simples catálogo de iniciativas, busca revelar a cidade que muitas vezes permanece escondida.

É a essa força que chamamos de reencantamento, não se

trata de negar conflitos e desigualdades, mas da escolha consciente de não renunciar à esperança, e enfrentá-los. As histórias aqui reunidas nos lembram que toda cidade apresenta contrastes e potências que insistem em florescer, caminhos que continuam sendo construídos. Nas próximas páginas, convidamos você a percorrer essa travessia e a descobrir os muitos modos pelos quais uma cidade pode reinventar a si mesma quando escolhe cultivar vida ao invés de sobrevivência.

O Festival Artes Pela Paz, realizado entre 25 de abril e 27 de junho de 2026, foi uma iniciativa do ICC que ocupou o Centro de Convivência Cultural de Campinas com uma programação diversificada, reunindo mais de 200 atrações, entre concertos, exposições de artes visuais, shows, oficinas formativas, intervenções urbanas, encontros poéticos e outras atividades culturais. Contou com parceiros estratégicos, como o Multitude Projetos Sociais e Culturais e a Prefeitura Municipal de Campinas, por meio das Secretarias de Cultura e Turismo, de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e da Educação, além do Ministério da Cultura, Governo Federal, com recursos provenientes de emenda parlamentar da deputada Luiza Erundina. Também recebeu o apoio do MAV, Museu de Artes Visuais da Unicamp, do ILACV, Instituto Latino-Americano para a Promoção da Cultura Viva, da Brahma Kumaris, da TV Câmara Campinas e da Câmara Municipal de Campinas. Ao longo de dois meses, artistas, coletivos e criadores movimentaram a cidade com experiências de criação, encontro e reflexão, reafirmando o papel da arte na construção de futuros possíveis e mais sensíveis.

Capítulo 2

CAMPINAS

Do des-envolvimento ao reencantamento

Localizada na região Sudeste do Brasil, a cerca de 100 quilômetros da capital paulista, Campinas é uma das principais cidades do Estado de São Paulo e um dos mais importantes polos econômicos, científicos, tecnológicos e culturais do país. Com população de 1,18 milhão de habitantes em 2025, é a terceira cidade mais populosa do Estado de São Paulo e a décima quarta maior do país. Seu território abrange aproximadamente 795 km² e integra uma das regiões metropolitanas mais dinâmicas da América Latina.

Abriga universidades de excelência, centros tecnológicos, hospitais de referência e um parque produtivo diversificado que a posiciona entre os principais polos de inovação do país. Em 2023, o PIB per capita alcançou R\$ 80.741,47, enquanto mais de 565 mil trabalhadores ocupavam postos formais de trabalho, números que expressam a força econômica do município.

Frequentemente associada à inovação, ao conhecimento e ao desenvolvimento, Campinas tornou-se referência nacional em áreas como educação, ciência, tecnologia e saúde. Como tantas cidades brasileiras, sua trajetória também é marcada por profundas desigualdades sociais, raciais e territoriais que convivem lado a lado com sua prosperidade econômica. Com mais de 250 anos de história colonial e milhares de anos de presença indígena anterior à ocupação europeia, Campinas é um território marcado por encontros, deslocamentos, disputas e transformações. Muito antes de se tornar um dos principais polos tecnológicos do país, a região era habitada por diferentes povos indígenas que estabeleciam relações profundas com os rios, as matas e os ciclos da natureza.

A própria história oficial do município reconhece que

a ocupação humana desse território antecede em milhares de anos a chegada dos colonizadores europeus. Foi somente a partir do século XVIII, com a abertura da chamada Estrada dos Goias e a formação do pouso de tropeiros conhecido como Campinas do Mato Grosso, que surgiram os primeiros núcleos permanentes da cidade que conhecemos hoje. Ao longo dos séculos seguintes, Campinas se consolidou como um dos principais centros econômicos do interior paulista. Primeiro com a produção açucareira e, posteriormente, com a expansão do café, atividade que transformou profundamente a paisagem da região e impulsionou o crescimento econômico local. Essa riqueza, entretanto, foi construída sobre a exploração da mão de obra escravizada africana e afrodescendente. Campinas tornou-se uma das cidades mais importantes do ciclo cafeeiro paulista e concentrou uma das maiores populações escravizadas do interior do Brasil.

As marcas do passado no presente

As desigualdades raciais, a distribuição desigual da riqueza, os diferentes acessos à educação, à cultura, à moradia e ao trabalho não são apenas problemas contemporâneos, são também heranças históricas de um modelo de desenvolvimento que produziu riqueza para alguns e exclusão para muitos. Durante o século XX, especialmente após a crise da economia cafeeira, Campinas passou por um intenso processo de industrialização e urbanização. A instalação de indústrias, universidades, centros de pesquisa e grandes eixos rodoviários consolidou a cidade como polo regional estratégico. Ao mesmo tempo, sucessivas ondas migratórias ampliaram rapidamente a população local e transformaram sua configuração urbana. Entre as décadas de 1970 e 1990, o município experimentou um crescimento acelerado, marcado pela formação de inúmeros bairros periféricos sem infraestrutura adequada e com acesso limitado aos serviços públicos.

Ao refletir sobre os impactos da modernidade nos territórios, o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nego Bispo, afirma que aquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento frequentemente opera como um processo de *des-envolvimento*. A crítica ao atual modelo de progresso (eurocêntrico), o qual afasta o ser humano de sua essência, transforma a natureza em mero recurso e provoca desconexão, deslocamento e desastre, é detalhada por **Antônio Bispo dos Santos** principalmente em seu livro **A Terra Dá, a Terra Quer**. Para Bispo, desenvolver não significa necessariamente promover melhores condições de vida coletiva. Ao contrário. O processo de *des-envolvimento* muitas vezes rompe os vínculos que sustentam a existência das comunidades, afasta as pessoas e os territórios de suas relações com a terra, com a ancestralidade, com os modos comunitários de viver, com as formas coletivas de produção de conhecimento e com os sistemas de cuidado que garantem a continuidade da vida. Nessa perspectiva, o desenvolvimento moderno não é neutro nem representa apenas transformação econômica ou tecnológica, mas também a desarticulação de formas históricas de pertencimento, autonomia e convivência. Olhar para Campinas a partir dessa chave de leitura ajuda a compreender por que uma cidade reconhecida por sua prosperidade continua convivendo com desafios tão profundos relacionados à desigualdade e à violência.

Os indicadores sociais

Na educação, os dados mostram avanços importantes. A taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos alcança 98,17%, o que significa que praticamente todas as crianças dessa faixa etária estão matriculadas na escola. Esse é um resultado importante e revela o esforço histórico de ampliação do acesso à educação. Entretanto, estar na escola não garante, por si só, que o direito à educação esteja plenamente assegurado. É preciso considerar também a qualidade da aprendizagem, a

permanência dos estudantes ao longo da trajetória escolar e as condições para que concluam seus estudos com sucesso. Nesse sentido, um dos indicadores utilizados no Brasil é o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O IDEB combina informações sobre aprendizagem e fluxo escolar, ou seja, considera tanto o desempenho dos estudantes quanto sua capacidade de avançar de ano sem repetência ou abandono, produzindo uma nota que varia de 0 a 10. Nos anos finais do ensino fundamental da rede pública, Campinas alcança índice de 5,0, resultado próximo à média nacional. Embora indique avanços importantes, esse dado também sugere que uma cidade reconhecida por sua produção de conhecimento e inovação ainda enfrenta desafios para garantir que todas as crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação de alta qualidade.

Na área da saúde, outro indicador importante é a taxa de mortalidade infantil – correspondência entre o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida para cada mil nascimentos. Em Campinas, essa taxa é de 8,65 óbitos por mil nascidos vivos. Embora seja significativamente menor do que a registrada em décadas anteriores no Brasil, ela continua sendo um indicador sensível das condições de vida da população, pois está relacionada ao acesso ao pré-natal, ao atendimento de saúde, à alimentação, ao saneamento básico e às condições de cuidado oferecidas às famílias.

Os dados também revelam desigualdades nas condições de moradia e proteção social. Mais de 25 mil pessoas vivem em áreas classificadas como de risco socioambiental, ou seja, locais sujeitos a enchentes, deslizamentos, contaminação ambiental ou outras situações que podem ameaçar a segurança e a qualidade de vida dos moradores. Quando observamos esses indicadores em conjunto, percebemos que eles não falam apenas de educação, saúde ou habitação. Revelam como as oportunidades de viver, aprender, crescer e se desenvolver continuam distribuídas de forma desigual pelo território. Outro dado emblemático é a frota municipal de automóveis. Ultrapassa um milhão de veículos, uma

das maiores do país. O contraste entre uma cidade altamente motorizada, economicamente dinâmica e tecnologicamente avançada e a permanência de desigualdades estruturais revela os limites de um modelo de desenvolvimento que nem sempre se converte em bem viver para toda a população. A análise mais atenta dos dados revela padrões históricos de desigualdade. Mostram quem são aqueles que permanecem mais expostos às vulnerabilidades sociais, quem encontra maiores obstáculos para acessar direitos, quem ocupa os territórios mais precarizados, quem sofre mais intensamente os efeitos da exclusão. No Brasil, raça, território e condição socioeconômica continuam fortemente relacionados. O racismo estrutural, legado de séculos de escravidão e exclusão, permanece inscrito na geografia das cidades. Campinas não está apartada dessa realidade. Ao mesmo tempo em que abriga alguns dos mais importantes centros de pesquisa e inovação do país, a cidade também reproduz desigualdades históricas que afetam de forma desproporcional a população negra, periférica e os grupos socialmente vulnerabilizados.

O contexto da violência

A violência não é um fenômeno isolado nem um acontecimento desvinculado da história dos territórios. Ela é produzida por processos sociais, econômicos, culturais e políticos que atravessam a vida cotidiana. Os dados mais recentes reforçam essa leitura. Segundo o Atlas da Violência de 2026, Campinas apresentou aumento de 23,5% na taxa de homicídios entre 2023 e 2024, passando de 10,04 para 12,4 homicídios por 100 mil habitantes, em movimento oposto à tendência nacional de redução da violência letal. O estudo estima ainda a existência de 22 homicídios ocultos: mortes classificadas como causa indeterminada, mas com alta probabilidade de serem homicídios.

A violência que atravessa a vida cotidiana da população vai muito além dos homicídios. Entre 2019 e 2024, Campinas registrou mais de 15 mil notificações de violência, alcançando

em 2024 o maior número da série histórica. Os registros incluem violência física, sexual, psicológica, negligência, abandono e tentativas de suicídio. Os dados revelam que crianças, adolescentes e mulheres figuram entre os grupos mais afetados. Também chamam atenção o crescimento das notificações de violência sexual contra adolescentes e o aumento expressivo das tentativas de suicídio, especialmente entre jovens e mulheres. Esses números evidenciam que a violência não está apenas nas ruas; ela atravessa relações familiares, instituições, trajetórias escolares e experiências de sofrimento psíquico frequentemente invisibilizadas.

A violência representa uma das expressões mais profundas do *des-envolvimento*. Não apenas porque produz sofrimento e morte, mas porque fragiliza as relações que sustentam a vida coletiva. Ela emerge quando o pertencimento é substituído pelo isolamento e a confiança cede lugar ao medo, quando a convivência é atravessada pela intolerância e as pessoas deixam de se reconhecer como parte de uma comunidade. Nesse processo, enfraquecem-se os vínculos sociais, comprometem-se as condições de cooperação e deterioram-se os fundamentos que tornam possível a vida em comum.

Os indicadores, por mais importantes que sejam, não conseguem contar toda a história. Os números revelam as ausências, mas dificilmente registram as presenças. Mostram as violações, sem necessariamente evidenciar os processos de cuidado. Identificam os conflitos, mas não conseguem medir a potência das iniciativas que surgem diariamente para enfrentá-los. Nenhuma planilha é capaz de registrar integralmente a força de uma rede de solidariedade entre vizinhos, o impacto de uma roda de conversa, a transformação produzida por uma oficina artística ou a capacidade de um círculo restaurativo de reconstruir relações rompidas.

É justamente nesse espaço entre aquilo que os indicadores revelam e o que permanece invisível que encontramos uma das maiores contribuições da arte e da cultura para a construção da

paz. Ao longo da história humana, as práticas artísticas e culturais ajudaram comunidades a reelaborar sofrimentos, preservar memórias, celebrar conquistas e imaginar futuros. Muito antes da existência das instituições modernas, foram as narrativas, as músicas, as danças, os rituais e as imagens que permitiram às pessoas compartilhar experiências, construir conhecimento e produzir sentidos coletivos para a vida. A arte ocupa um lugar singular porque atua no espaço em que a experiência sensível se transforma em compreensão. Permite que experiências difíceis de nomear encontrem expressão. Dá forma a emoções, memórias e conflitos que estão silenciados. Ao percorrer os caminhos do Festival Artes Pela Paz, encontramos uma verdadeira cartografia do cuidado desenhada a partir dos territórios de Campinas. Não se trata apenas de iniciativas culturais isoladas, mas de experiências que transformam convivência, escuta, criação e solidariedade em práticas concretas de construção da paz.

Na Cozinha Solidária São Marcos, articulada ao movimento da Economia de Francisco e Clara, cozinhar deixa de ser uma atividade isolada e reaparece como direito, cuidado e vínculo. Entre panelas, hortas, voluntários e moradores, cada refeição compartilhada ajuda a reconstruir relações humanas e fortalecer a esperança em tempos marcados pela insegurança alimentar, pela desigualdade e pela fragmentação social. Nas Danças Circulares Sagradas, crianças, educadoras e famílias desafiam a lógica acelerada da vida contemporânea. O corpo reaprende a escutar. A presença ganha espaço.

A dança deixa de ser espetáculo para tornar-se experiência de convivência. Em uma sociedade marcada pelo individualismo, adentrar a roda transforma-se em um gesto profundamente político. O Café Arte e Cultura funciona como abrigo e possibilidade de reencontro consigo mesmo e com os outros. Em um tempo atravessado pela exaustão, pela hiperconectividade e pela solidão, o simples ato de permanecer junto torna-se uma forma de resistência. Entre os círculos de Justiça Restaurativa, inclusive aqueles realizados na Fundação CASA, a palavra circula onde antes

predominavam o medo, o silêncio e a punição. A escuta substitui o julgamento imediato e o conflito passa a ser tratado como oportunidade de responsabilização, reparação e reconstrução de relações. Não há romantização da violência, mas uma aposta profunda na capacidade humana de transformação.

As práticas de Pontos de Cultura como o Instituto Anelo, a Casa de Cultura Aquarela, a Casa de Cultura Fazenda Roseira e a Casa de Cultura Tainã revelam que a cultura também é uma tecnologia de emancipação. São experiências que fortalecem identidades, ampliam repertórios e demonstram que a criatividade coletiva pode enfrentar o abandono e produzir futuros compartilhados. Experiências como as desenvolvidas pela Confraria da Dança, pelas Caixeiros das Nascentes e por tantas outras iniciativas presentes nesta publicação revelam que a arte ultrapassa a esfera individual e incide diretamente sobre os modos de vida coletiva. Ao mobilizar sensibilidades frequentemente endurecidas pelo medo, pelo ritmo produtivo do mercado e pelo isolamento social, a arte amplia possibilidades de reconhecimento, fortalece vínculos e abre caminhos para o diálogo e a convivência.

Embora muito diferentes entre si, todas essas experiências evidenciam que a construção da paz depende da capacidade coletiva de lidar com os conflitos de forma ética e responsável. Também demonstram que os territórios não podem ser reduzidos às suas vulnerabilidades, pois abrigam saberes, afetos e capacidades que sustentam processos de transformação social.

O elemento que atravessa essas experiências é a compreensão de que transformações sociais consistentes dependem da qualidade dos vínculos que organizam a vida coletiva. É nesse horizonte que emerge a ideia de reencantamento. Não como retorno idealizado a um passado perdido nem como recusa das tensões que marcam a realidade, mas como a capacidade de restituir sentido à experiência compartilhada. Trata-se de cultivar relações de cuidado, ampliar as possibilidades de participação e reconhecer que uma cidade mais justa se constrói também no campo da imaginação, da criação e da convivência.

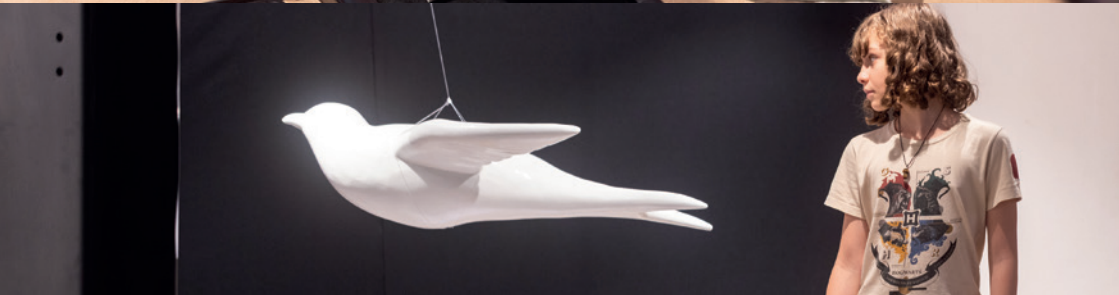
Quando indivíduos e comunidades encontram condições para reelaborar conflitos e projetar futuros, o território deixa de ser apenas um espaço geográfico e passa a constituir um espaço de pertencimento, responsabilidade e criação coletiva. Se a violência pode ser compreendida como uma expressão do *des-envolvimento*, os relatos reunidos neste livro mostram que o reencantamento é sempre um movimento de reaproximação entre pessoas, territórios, memória, futuro, entre o sensível e o inteligível.

Nenhum território é definido apenas por suas feridas. Nessa constatação reside uma das contribuições mais profundas da arte para a construção da paz. Em cada comunidade existem histórias, saberes, afetos e capacidades criadoras que sustentam formas mais justas e solidárias de viver em comum e essas possibilidades não se realizam apenas por meio de normas ou instituições. Elas ganham corpo no gesto de servir comida a um desconhecido, na roda que se forma para dançar, na partilha de memórias, na escuta que acolhe experiências e devolve dignidade à palavra.

São movimentos discretos, muitas vezes invisíveis às estatísticas, mas fundamentais para a vida coletiva. É neles que os vínculos se renovam, o pertencimento se fortalece e os territórios reencontram sua capacidade de florescer. *Reencantar* a cidade é, antes de tudo, reconhecer essas potências e criar as condições para que elas floresçam.



Fotografia: Mário Miranda



Fotografia: Mário Miranda

Capítulo 3

ARTEMETODOLOGIA

Pertencimento

Esta publicação é um processo de sistematização de conceitos e experiências evidenciadas no Festival Artes Pela Paz. Mais do que registrar ações, o trabalho buscou compreender como diferentes iniciativas culturais e comunitárias de Campinas constroem, no cotidiano, práticas concretas de Cultura de Paz, Bem Viver e fortalecimento dos vínculos sociais. Partimos do entendimento de que os territórios não são apenas espaços geográficos, mas configuram-se como espaços vivos de produção de cultura, memória, identidade, afetos e formas coletivas de existência. Por essa razão, a metodologia adotada privilegiou a aproximação sensível com as experiências, reconhecendo os sujeitos, suas trajetórias, seus saberes e seus modos próprios de produzir mudanças culturais e sociais. Inspirada em referenciais da educação popular e nas práticas da comunicação não violenta e da Cultura de Paz, a pesquisa buscou construir conhecimento com os territórios e não sobre eles. Chamamos esse percurso de *artemetodologia*, ou seja, uma metodologia que combina escuta, observação, diálogo, presença e criação narrativa. Uma prática que enxerga a arte não apenas como objeto de estudo, mas como um meio de compreender, traduzir e dialogar com o mundo.

O trabalho de campo

O trabalho de campo envolveu visitas diretas aos territórios, onde acompanhamos de perto as ações e iniciativas das organizações que integram o Festival Artes Pela Paz. Mais do que mapear dados, essas visitas priorizaram a convivência, a partilha de experiências e o reconhecimento dos saberes e fazeres locais.

O intuito foi criar momentos de diálogo aberto, valorizar o conhecimento comunitário e construir laços de confiança essenciais para captar a pulsação cultural, o afeto e o lado humano por trás de cada projeto. Ao longo do percurso, adotamos diferentes caminhos metodológicos, tais como:

a) Escuta sensível das dinâmicas, histórias e demandas dos territórios;

b) Observação participante de atividades, encontros e práticas culturais;

c) Entrevistas e conversas abertas com educadores, artistas, lideranças comunitárias e participantes;

d) Registros de campo, fotografias e documentação das experiências;

e) Rodas de conversa e momentos coletivos de reflexão;

f) Compartilhamento de práticas, trajetórias e aprendizados entre os participantes;

g) Construção coletiva de interpretações sobre os desafios e as potências dos territórios.

Escuta como lugar central

Longe de ser apenas uma técnica de pesquisa, a escuta é uma prática ética, indispensável para a paz. Vivemos em uma sociedade acelerada, fragmentada pelo excesso de estímulos e incapaz de sustentar diálogos profundos. Nesse cenário, ouvir o outro vira um ato político, a convivência democrática e a cultura de paz exigem o reconhecimento mútuo. Nenhuma transformação social se sustenta sem a disposição de acolher o que brota das experiências humanas, venha em forma de memória, silêncio, dor ou esperança. Durante o trabalho de campo buscamos praticar aquilo que chamamos de *ausculta sociocultural*. Inspirada na imagem de quem aproxima o ouvido do coração para compreender os ritmos da vida, a ausculta é uma escuta sensível, profunda e atenta. Ela vai na esteira do que não é dito, decifra olhares, acolhe pausas e lê as emoções que atravessam os relatos. Esse tipo de

atenção pressupõe estar por inteiro no momento, vulnerável e aberto à experiência. A ausculta nos territórios busca heranças, memórias e modos de viver. Escutamos os sons, os ritmos, os conflitos, os sonhos e as potências que habitam cada experiência. Em muitos momentos, compreendemos que aquilo que sustenta uma iniciativa não está necessariamente em seus relatórios ou indicadores, mas na qualidade dos vínculos que ela produz, nos sentidos que constrói e nos afetos que mobiliza. A ausculta nos permite reconhecer que a paz começa quando alguém se sente verdadeiramente ouvido e quando uma comunidade encontra espaço para narrar sua própria história.

Sistematização e escrita

Após as visitas, os registros foram organizados e analisados buscando identificar elementos comuns entre as experiências, suas singularidades, desafios e contribuições para a construção da Cultura de Paz. A escrita procurou preservar a riqueza das narrativas compartilhadas pelos participantes, articulando informações institucionais, relatos de campo, reflexões analíticas e produções poéticas. Essa escolha reconhece que algumas dimensões da experiência humana nem sempre podem ser plenamente traduzidas por indicadores ou descrições técnicas. Por essa razão, cada capítulo combina diferentes linguagens e formas de registro.

Estrutura de leitura

Os capítulos foram organizados em três movimentos complementares:

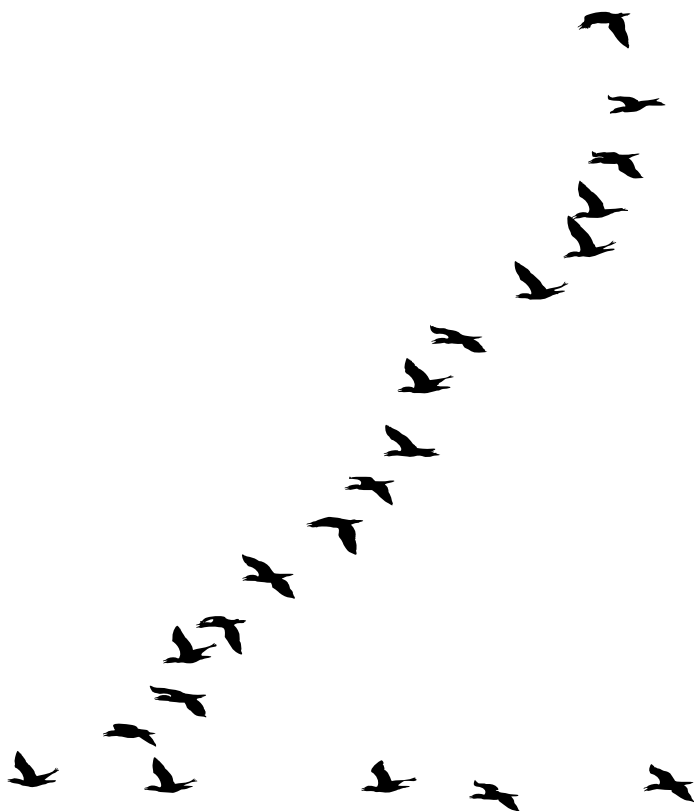
a) **Apresentação.** Contextualização da organização, coletivo ou iniciativa, apresentando sua trajetória, seus objetivos e sua atuação no território;

b) **Relato de Campo.** Registro das observações, diálogos, experiências vivenciadas durante as visitas e as relações com

os princípios da Cultura de Paz, do Bem Viver e da participação comunitária;

c) Considerações Finais. Sínteses reflexivas e poéticas elaboradas a partir das experiências, buscando traduzir dimensões simbólicas, afetivas e humanas que emergiram ao longo do percurso.

Ao invés de certezas ou respostas definitivas, o que você encontrará aqui são bastidores, aprendizados e inspiração.



Capítulo 4

4.1. COZINHA SOLIDÁRIA SÃO MARCOS

As cozinhas solidárias são uma tecnologia social de combate à fome. Uma ação organizada e voluntária de iniciativa da sociedade civil destinada a produzir e ofertar refeições gratuitas nas comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar. A entrevista aconteceu nas dependências do projeto.

ENTREVISTADAS

Marcia Castagna Molina - Farmacêutica sanitaria, doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, servidora pública municipal da saúde e docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, aposentada, integrante da coordenação do Núcleo Campinas de Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara.

Maria do Carmo Cabral Carpintéro - Médica Sanitarista, especialista e Mestre em Saúde Coletiva pela Unicamp, foi secretária municipal de saúde de Campinas, Várzea Paulista e Amparo, hoje, militante do Movimento Popular de Saúde, conselheira no Conselho Municipal de Saúde de Campinas e integrante do Núcleo Campinas de Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC).

Naoko Yanagizawa Jardim da Silveira - Médica generalista, sanitaria e epidemiologista, especialista em Vigilância Epidemiológica e Sanitária (Unicamp/SES-SP). Servidora pública com dedicação integral até a aposentadoria em 2020 pela Secretaria de Saúde de Campinas. Coordenou Unidades Básicas de Saúde e a Vigilância Epidemiológica de

Sumaré, Vigilância Epidemiológica e Sanitária de Hortolândia e, em Campinas, além de coordenar a Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis, coordenou o Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes, Promoção da Saúde e Cultura de Paz. Voluntária na Cozinha Solidária São Marcos e integrante do Núcleo Campinas de Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC).

APRESENTAÇÃO

A Cozinha Solidária São Marcos surgiu na pandemia, em 14/06/2020, por iniciativa do padre **Antônio Rodrigues Alves**, Paróquia São Marcos, e funcionárias da rede de saúde municipal. Fruto de uma parceria entre o **Acampamento Marielle Vive do MST** e o **Núcleo Campinas da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara** - movimento inspirado pelo Papa Francisco. Em 2022, o Papa Francisco enviou uma mensagem de vídeo ao padre Antônio, evocando o trabalho da Cozinha Solidária e incentivando a continuidade das ações. Reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o projeto produz e distribui, atualmente, uma média de 350 refeições por dia, 3 vezes por semana. Recebe apoio regular de sindicatos, emendas parlamentares e realiza parcerias com instituições diversas. Conduz ações formativas e bazares para complementar seus recursos. Sua atuação estimulou o surgimento de outras hortas comunitárias - são 7 iniciativas na região. Funciona na Rua Felinto de Almeida, 95, Jardim São Marcos, Campinas.

A gerência do projeto está a cargo de Marcia Castagna Molina, integrante da coordenação do Núcleo Campinas da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara: a alimentação como direito e o trabalho como espaço relacional.

RELATO DE CAMPO

A Cozinha Solidária São Marcos constitui uma experiência contínua e estruturada de enfrentamento à fome. Enraizada em um território e sustentada por uma rede viva de solidariedade, compromisso social e participação comunitária, articula alimentação, formação e mobilização social. Mais do que uma resposta emergencial ao contexto da pandemia, a iniciativa se consolida como prática permanente de cuidado.

Seu surgimento é fruto de trajetórias que já se encontravam no campo público: mulheres oriundas das áreas da saúde e da educação, acostumadas a lidar com as fragilidades e potências do território, reconhecem na fome uma urgência que não poderia esperar. A partir dessa leitura, organizaram uma ação concreta, ancorada em um espaço da paróquia local, onde a presença do padre Antônio foi decisiva para viabilizar os primeiros passos. A fé encarnada no gesto de abrir portas, reunir pessoas e sustentar a noção de bem comum. Desde então, a cozinha se mantém em funcionamento regular, com uma dinâmica que combina organização e vínculo.

A presença de Márcia Molina, farmacêutica e uma das idealizadoras da iniciativa, somada à atuação de médicas sanitárias e outros profissionais comprometidos, contribui para uma compreensão ampliada do cuidado que ultrapassa a dimensão imediata da alimentação e se inscreve no campo da saúde coletiva. A dinâmica cotidiana conta com a chegada da equipe às 8h e o início do serviço do almoço pontualmente ao meio-dia. Após a distribuição, por volta das 12h40, voluntários e equipe se reúnem para a própria refeição, fortalecendo vínculos comunitários.

A cozinha funciona com cerca de 4 cozinheiros fixos e entre 10 e 13 voluntários por dia. Nesse contexto, a produção de alimentos é a dimensão de maior experiência. A Cozinha também se configura como espaço formativo e de mobilização cidadã, onde rodas de conversa, ações comunitárias e iniciativas como bazares a preços simbólicos ampliam o acesso a bens e direitos e promovem dignidade. A experiência reverberou e inspirou o surgimento de outras hortas comunitárias: uma afirmação da capacidade de

auto-organização das comunidades.

Desde 2024, a trajetória da Cozinha vem sendo registrada na coleção de produção local **O caminho se faz ao caminhar**, indicando um movimento de sistematização e memória da experiência. A coleção, uma série de livros organizada pelo Núcleo Campinas da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC) em parceria com o projeto social do Jardim São Marcos, reúne reflexões sobre ecologia integral, economia dos territórios e práticas sociais construídas pelo projeto. O terceiro volume destaca experiências inspiradas nas mensagens do Papa Francisco e está disponível na Livraria Martins Fontes e pela Editora Santuário.

Ao longo da entrevista, ficou evidente a dimensão afetiva e simbólica atribuída ao projeto. A cozinha alimenta a resistência, diz Márcia. Parte-se do entendimento de que a fome não é acidental, é resultado de escolhas estruturais, e que combatê-la é uma prática ativa de promoção da cultura de paz. As entrevistadas destacaram que uma pessoa com fome perde as condições mínimas de cuidado consigo mesma, com os filhos e os familiares, a fome é elemento profundamente desumanizador.

É sob essa ótica que a Cozinha Solidária São Marcos se reconhece como espaço de promoção da cultura de paz, não como ausência de conflito, mas como prática ativa de convivência, justiça social e construção coletiva. O trabalho voluntário, longe de ser episódico, é estabelecido como compromisso contínuo, onde cada gesto, seja cortar, cozinhar, servir, escutar, compõe uma pedagogia viva do cuidado e da corresponsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressonâncias do Cuidado: arte postal e a Economia de Francisco e Clara.

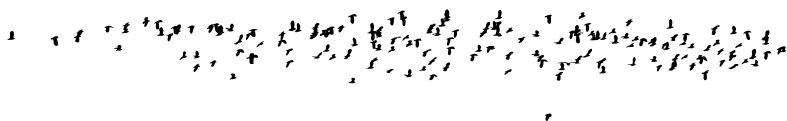
Cartas sobre a mesa

O vapor do alimento também escreve paz.

Na panela acesa, mãos temperam o mundo

com cuidado vivo.
Arte enraizada.
De outros cantos e praças,
o povo floresce.
A fome silencia.
A partilha devolve o nome das coisas.
Colagens, bordados, adesivos, fotografias
o afeto circula.
Em cada postal, alguém diz:
“eu vejo você”
sem usar palavras.
O arroz no prato.
O poema na parede.
Ambos alimentam.
Há algo invisível entre servir e acolher
uma esperança quente.
Cartas atravessam fronteiras e violências.
Chegam como abrigo.
No Jardim São Marcos, a paz ferve lentamente
em fogo coletivo.
Poemas pela Paz.
Não espetáculo apenas,
mas prática diária.
Uma colher bate.
Outra pessoa escuta.
Começa o diálogo.
As imagens chegam como sementes do mundo,
pedindo cuidado.
Quem cozinha sonhos
não caminha sozinho.
A cidade respira.
Arte postal, gesto que cola memória e luta
no corpo do tempo.
Toda marmita carrega junto
um pequeno direito de existir.

Na mesa comum, ninguém pergunta primeiro
de onde vem a dor.
A cozinha acesa.
Lá fora, o mundo duro.
Dentro, coexistir.
Cartas, tintas, linhas.
A paz também se aprende
com mãos partilhadas.
O caminho segue feito de corpos, vínculos
e panelas cheias.
Martha Lemos.



*A fome não é acidental
é resultado de escolhas estruturais
A cozinha alimenta a resistência*

COZINHA SOLIDÁRIA SÃO MARCOS



Fotografia: Joanan Prates

*A dança circular modifica o ambiente
As relações se tornam mais acolhedoras
afetivas e humanas*

DANÇA CIRCULAR SAGRADA



Fotografia: Julia Magalhães

4.2. DANÇA CIRCULAR SAGRADA

As Rodas de Danças Circulares são espaços ancestrais de partilha, cooperação, escuta e conexão interpessoal. Uma prática meditativa e terapêutica que visa à harmonização e à celebração. A entrevista aconteceu no Sindicato dos Professores de Campinas e no Café Arte e Cultura.

ENTREVISTADA

Mairany Gabriel - Artista plástica, professora de música e *focalizadora* de Danças Circulares Sagradas. É arteterapeuta pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e terapeuta transpessoal pelo CLASI Campinas, além de mestra em Reiki. Atua há décadas unindo arte, autoconhecimento, espiritualidade e movimento em rodas meditativas. Foi contemplada em quatro prêmios da FUNARTE e Ministério da Cultura (MinC) nos anos 2008, 2009, 2010 e 2011. Integrou a coordenação da pós-graduação em Danças Circulares pela UNIPAZ Campinas em 2010.

APRESENTAÇÃO

Presente de forma sistemática na vida cultural de Campinas, a dança circular encontrou forte apoio na arte educadora, instrutora de danças circulares e professora de música Mairany Gabriel. As oficinas de Danças Circulares Sagradas conduzidas por ela têm sólido apelo terapêutico e evidente conexão com o sentido do sagrado. Mairany conheceu as danças circulares em 1991, a identificação foi imediata, ela se aprimorou e levou essa dinâmica a prefeituras, escolas e ONGs da região. Em 2005, se firmaram como projeto estável de formação de público e culturalização via linguagem da dança.

O contato de Mairany com o Programa Cultura Viva e com

o **Sindicato dos Professores de Campinas e Região (SINPRO)**, em 2008, ampliou sua atuação. Destacaram-se os processos desenvolvidos em escolas com professores e crianças de 9 a 11 anos. Um dos pontos fortes da proposta foi enxergar o professor como um multiplicador da experiência. Esse contexto viabilizou ações e o reconhecimento por meio de prêmios. Mairany integrou o Conselho de Cultura de Paz de Campinas (COMPAZ), órgão colegiado voltado à promoção de políticas públicas de cultura de paz e não violência.

RELATO DE CAMPO

A visita ao SINPRO CAMPINAS permitiu acompanhar uma roda conduzida por Mairany Gabriel com mulheres que participam semanalmente dos encontros de dança circular sagrada. O espaço reúne escuta, acolhimento e partilha. Ao final da vivência, foi discutido o projeto Festival Artes pela Paz, cujo encerramento inclui uma apresentação orquestrada por Mairany. Ela contou que a ação reunirá prioritariamente duas escolas municipais, envolvendo aproximadamente 160 a 200 crianças em uma grande roda de dança coletiva. Todo o processo vem sendo construído junto a duas professoras da rede pública que aderiram espontaneamente ao projeto, Jaqueline de Meira Bisse e Edmara Gaudenci Marques. Entre ensaios, adaptações coreográficas, desafios de infraestrutura, limites dos espaços e adequações necessárias para acolher todos os participantes, o percurso tem exigido constante reinvenção. Mais recentemente, a aproximação com Marcos Brytto, gestor da Casa de Cultura Aquarela, ampliou as possibilidades criativas do trabalho.

Durante a roda, Mairany convidou as mulheres presentes a dançarem a música composta especialmente para o encerramento do festival por Suzana Montauriol, musicoterapeuta, contadora de histórias, psicopedagoga, e parceira do projeto. A canção, criada para acompanhar a apresentação das crianças, começou a ganhar corpo ali mesmo, entre lenços, movimentos circulares e vozes

que se encontravam pela primeira vez em torno de uma mesma intenção - afirmar a cultura de paz como prática viva.

A relação mais direta de Mairany com a Cultura de Paz começou em 2005, a partir da realização de rodas de dança circular no Parque Ecológico. Uma jornalista conheceu o trabalho e passou a chamá-lo de Intervenções Urbanas pela Cultura de Paz, nome que acabou permanecendo e passando a representar muitas das atividades desenvolvidas desde então.

Com o tempo, aquilo que começou de forma individual tornou-se coletivo. Em 2008, veio a aproximação com o programa Cultura Viva. Surgiu então o desafio de escrever um primeiro projeto cultural. A proposta elaborada tinha como eixo as danças circulares como resgate cultural. Misturava linguagens e contava, por meio da dança, a história da chegada dos imigrantes à região, começando pelos povos indígenas que já habitavam o território. Nessa época, as ações reuniam cerca de quinhentas pessoas por meio da dança. O processo de criação foi intenso e desafiador. Envolveu organização, logística e articulação. Uma radialista comunitária conheceu o projeto e passou a colaborar com ele. Antes de cada apresentação de dança, fazia-se uma breve locução em tom poético, evocando os povos representados. O gesto deu outra espessura às cenas. O encontro entre as linguagens foi percebido como algo delicado e potente. Pessoas que nunca haviam compartilhado o mesmo espaço passaram a dividir a convivência, a criação e um certo sentido comum de pertencimento. O encerramento do projeto aconteceu no Teatro de Arena, cedido pela Secretaria de Cultura e Esportes à época. Depois dessa experiência, veio a participação no primeiro encontro nacional dos Pontos de Cultura, em Brasília.

A lembrança da grande ciranda na Esplanada dos Ministérios permanece viva ainda hoje na memória de Mairany e de todos que participaram daquele momento. A partir dali, surgiram novos vínculos e uma aproximação mais intensa com os grupos ligados à Cultura de Paz. Ao longo dos anos vieram projetos, prêmios e diversas experiências comunitárias. Em destaque, o

Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis, conectado ao Programa Cultura Viva.

A dança circular aparecia sempre como ferramenta de devolutiva, de encontro e de construção comunitária. Com o término de alguns financiamentos e programas culturais a atuação passou a incluir também o apoio do Conselho Municipal de Cultura de Paz (COMPAZ). Mais recentemente, foi instituído o Grupo Gestor de Justiça Restaurativa, um espaço que vem se consolidando como importante instância de diálogo, articulação com a sociedade civil e formulação de políticas voltadas ao enfrentamento da violência e à promoção da cultura de paz. Embora não integre formalmente o grupo, Mairany participou de algumas reuniões e acompanhou parte das discussões desenvolvidas nesse âmbito.

Com a iniciativa do Festival, os meses iniciais de 2026 proporcionaram o reencontro com pessoas ligadas ao movimento Cultura Viva. O sentimento relatado foi o de voltar a encontrar escuta e acolhimento nesse campo de atuação. A percepção de Mairany é de que a Cultura de Paz havia perdido espaço nas políticas públicas e nos debates culturais, apesar de sua relevância cada vez maior diante dos desafios contemporâneos.

Atualmente, a proposta aumenta sua presença em escolas da rede municipal de ensino da cidade, expandindo o seu alcance de maneira significativa. Busca oferecer às crianças experiências coletivas de convivência, escuta, limite, afeto e presença. Mairany observa que muitas crianças vivem hoje em estado constante de excesso de estímulos e informações, e alerta que a dança cria outro tipo de experiência corporal e relacional.

As atividades têm mostrado impactos importantes. Crianças com dificuldades várias encontram espaço de acolhimento. A dança não exclui ninguém, ao contrário, acolhe crianças neurodivergentes ou com outras especificidades. O processo exige preparação dos educadores, pois muitos deles também carregam dificuldades corporais, rítmicas ou emocionais. Inicialmente pensado para poucas escolas, passou a mobilizar um interesse maior de participantes após sua divulgação. A

construção artística também se ampliou com a entrada de outros artistas, músicos e grupos culturais, deixando de ser apenas uma apresentação de dança e incorporando cortejos, música ao vivo, tecidos, brincadeiras e interação direta com o público.

A experiência acumulada ao longo dos anos reforça a percepção de que a dança circular modifica o ambiente escolar. As relações se tornam mais acolhedoras, afetivas e humanas. Surgem mudanças no modo como crianças e professores convivem entre si. Para além da dança, trata-se de criar espaços de presença, escuta e cuidado coletivo. Há um desejo forte de que essas práticas se tornem políticas públicas permanentes, afirma Mairany. A defesa é de que a dança circular não seja vista apenas como atividade artística ou currículo nas aulas de educação física escolar, mas como ferramenta pedagógica, afetiva e comunitária. Ela já é reconhecida inclusive como prática integrativa no SUS, embora ainda receba pouco investimento ou reconhecimento institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No reencontro com Mairany, entre músicas, lenços coloridos e presenças diversas, a dança surgiu menos como performance e mais como forma de permanecer no mundo. No salão do SINPRO Campinas, durante o ensaio da música de encerramento do Festival Artes pela Paz, compôs-se uma ciranda coletiva que continua reverberando para além do fim da música. Mairany evoca a dança como território vivido, sustentado por mais de duas décadas de práticas em parques, intervenções urbanas e Pontos de Cultura, onde se articula experiência, memória e construção coletiva. Em outro momento do percurso, o Café Arte e Cultura se apresentava como extensão dessa mesma lógica, um espaço doméstico ampliado, feito de livros, plantas, crianças e conversas, onde o cotidiano ganha densidade de encontro.

4.3. CAFÉ ARTE E CULTURA

Consumo consciente é a prática de adquirir produtos e serviços considerando seus impactos ambientais e sociais. Busca reduzir desperdícios e preservar recursos para o futuro. Envolve refletir sobre a real necessidade de compra, optar por marcas sustentáveis e adotar a prática dos *Três Rs*: reduzir, reutilizar, reciclar. A entrevista aconteceu na unidade Bosque do Café Arte e Cultura.

ENTREVISTADO

Vinícius Lobo - Carioca de origem e campineiro de escolha (desde 2012). Viajante por natureza, é movido pelo desejo de criar experiências que acolhem, inspiram e permanecem, como um bom café compartilhado no tempo certo.

APRESENTAÇÃO

O objetivo do Café Arte e Cultura é valorizar a diversidade cultural, a autenticidade e a reflexão crítica - em oposição à padronização das relações humanas e ao consumo passivo. Em diálogo com colaboradores e produtores culturais diversos, traz, em suas dependências, obras e instalações artísticas, acervo de mobiliário e objetos antigos, biblioteca temática, plantas e até animais domésticos (galinhas, patos e coelhos). Atuante há um ano e três meses, tem conseguido grande aceitação de mercado: em alguns finais de semana, funciona com visitas agendadas, fila de espera e já inaugurou a sua segunda unidade.

Seus usos vão desde passeios rápidos a estadias prolongadas que envolvem dança, leitura e rodas de bate-papo, tudo isso com cunho intergeracional e livre. Realiza eventos e encontros temáticos gratuitamente. O endereço da sede é na Rua

Pedreira, 360, Jardim Novo Campos Elíseos. A filial funciona na Rua Saint Hilaire 315, Vila Jequitibás. O projeto foi idealizado por Vinícius Lobo, historiador e antropólogo.

RELATO DE CAMPO

O Café Arte e Cultura nos foi apresentado como uma casa de democratização cultural. Um espaço pensado para promover encontros humanos, convivência, pertencimento e experiências afetivas. O crescimento do projeto aconteceu de forma orgânica, impulsionado principalmente pelos frequentadores do local. Traz uma programação diversa que inclui apresentações artísticas e atividades culturais gratuitas. Em meio à velocidade e às exigências da vida contemporânea, o café surge como território de pausa e reconexão: um ambiente onde as pessoas podem desacelerar.

Após quase duas décadas no mercado editorial, Vinícius decidiu criar um espaço capaz de reunir arte, memória, convivência e cotidiano. Ele incorporou, em seu projeto, referências, objetos e experiências vividas em diferentes cidades pelas quais viajou. Aos poucos, o projeto foi se desenhando como um café cotidiano, pensado não para ocasiões especiais, mas para o encontro diário. A fala trouxe exemplos da dimensão do cuidado e do autocuidado: uma cliente leva, semanalmente, uma pequena bacia para fazer escalda-pés enquanto lê um livro; amigos se encontram para tomar café juntos; idosos frequentam aulas de dança; crianças descobrem experiências simples, como tocar a grama, ver animais, observar o pôr do sol ou brincar em um quintal: em alguns casos, pela primeira vez.

O espaço é assimilado como um lugar simbólico de reconstrução de vínculos e afetos. Um dos relatos mais marcantes envolve crianças acolhidas em um abrigo da região que, ao visitarem o café, perguntaram o que significava a expressão casa de vó. Infelizmente elas não tinham essa referência afetiva em suas trajetórias. A biblioteca do café também aparece como elemento central dessa proposta cultural e comunitária. Com dezenas de

livros circulando entre os frequentadores, ela representa não apenas acesso à leitura, mas também a construção de uma rede de trocas e convivências.

O café busca assumir compromisso com o território e com as pessoas do entorno. Possui relevância social e afetiva para o bairro. A conversa avançou para os próximos projetos do grupo, incluindo a abertura de uma nova unidade em uma casa tombada pelo patrimônio histórico na Vila Industrial. O futuro espaço contará com salas temáticas, homenagens culturais e ambientação inspirada nos anos 1960, reunindo móveis antigos e elementos de memória afetiva. Terá com uma biblioteca dedicada exclusivamente a autores negros e negras. A proposta é fortalecer representatividades.

Outro aspecto destacado foi o compromisso do café com alimentação saudável, acessível e conectada aos pequenos produtores locais. Trabalha com produtos orgânicos, alimentos sem glúten e sucos naturais, buscando unir qualidade e preço justo. Todos os eventos culturais são gratuitos e financiados pelo próprio espaço, reafirmando a compreensão da arte e da cultura como direitos e experiências cotidianas. A conversa se encerrou com a percepção de que o espaço ultrapassa a ideia de empreendimento cultural ou gastronômico. Trata-se de um território de resistência afetiva, onde se tecem vínculos, se amplia o acesso à cultura e se pratica, no cotidiano, uma cultura de paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O café Arte e Cultura é um ambiente naturalmente acolhedor. Livros espalhados, móveis antigos, plantas crescendo pelos cantos, gente lendo silenciosamente, outros saboreando as delícias oferecidas no cardápio, discrição e leveza. Um espaço onde fruição é mais importante que consumo. Ali, o tempo parece desacelerar para que as pessoas possam conectar-se com algo. Um ambiente cuidadosamente preparado tanto para a convivência como para a solidão. Vinícius Lobo fala do Café como quem cultiva

um quintal amoroso em plena cidade – uma cidade que é uma metrópole! O Café é um ponto de cultura enraizado no cotidiano de uma Campinas que busca outras referências, outros ritmos para a vida. Um oásis onde arte, memória, alimentação e fruição se encontram. Compartilhar refeições é um ato que simboliza, de maneira universal e atemporal, união, confiança e hospitalidade. Esse costume antigo transforma o simples ato de comer em um momento de partilha da própria vida. Essa é a contribuição do Café para a cultura de paz: restaurar um ambiente e uma rotina da qual a dinâmica de vida ditada por indicadores de mercado, produtividade exaustiva e competição constante nos privou.



*Um espaço criado para promover
convivência, pertencimento e
experiências afetivas*

CAFÉ ARTE E CULTURA



EXPERIÊNCIAS EM JUSTIÇA RESTAURATIVA



Fotografia: Joanan Prates

4.4. EXPERIÊNCIAS EM JUSTIÇA RESTAURATIVA

A proposta da Justiça Restaurativa é valorizar a responsabilização e o compromisso em vez da punição unilateral tão comum à justiça punitiva. É a justiça como valor, não como poder. A entrevista aconteceu no Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti.

ENTREVISTADOS

Marcelo da Cunha Bergo - Juiz de Direito Titular da Vara da Infância e da Juventude, Atos Infracionais e Medidas Socioeducativas de Campinas/SP. Membro da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Justiça Restaurativa da Comarca de Campinas.

Mario Marcelo Nicodemos Ramos - Historiador e educador, atua como facilitador e coordenador de Prevenção e Combate ao Bullying na Secretaria Municipal de Educação de Campinas, junto ao Gabinete do Secretário. Especialista em não violência, possui certificação em Comunicação Não Violenta pelos Institutos Konekti e Colibri, além de integrar o Grupo Gestor de Justiça Restaurativa da Vara da Infância de Campinas. Especializado em Educação para a Paz pela Unicamp e qualificado em Mediação de Conflitos pela Max Mel (México), atua no fortalecimento de relações colaborativas e na promoção de práticas dialógicas em contextos educacionais, comunitários e institucionais.

Leonardo Duart Bastos - Psicólogo formado pela PUC-Campinas, com uma sólida carreira de mais de duas décadas dedicada à gestão, supervisão e atendimento em Saúde Mental e Assistência Social. É membro da Academia Campineira de Letras,

Ciências e Artes das Forças Armadas e do Curador de Arte do Espaço Cultural Marco do Valle. Com experiência internacional adquirida na Inglaterra, França e Canadá, atua hoje como docente em cursos de pós-graduação. Preside o Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti. Foi fundador do Instituto Conduzir e atuou ativamente como conselheiro em diversos conselhos municipais.

APRESENTAÇÃO

O Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti (CEI) é um projeto de inclusão e formação sociocultural. Sua atuação percorre as áreas das Políticas da Educação e da Assistência Social. O CEI surge como laboratório de inclusão em 1981, pela pedagoga da área de educação especial Suely Felix Pereira. Atendia crianças da rede pública. Com o tempo e o acúmulo de experiências, passou a atuar em três frentes: Justiça Restaurativa, Cultura e Arte, Pesquisa e Formação. O CEI atua na produção e na circulação de conhecimento, na preservação da memória e no diálogo com a juventude. Atualmente, mobiliza 100 funcionários e atende aproximadamente 1600 pessoas, com forte olhar para a saúde mental. Sua governança é orientada pelo princípio da sociocracia baseada em uma estrutura de autogestão circular ao invés de piramidal, com espaço para a escuta e a igualdade.

Dedica-se a conceitos como Círculos de Cuidados, Equipe de Crise e cursos diversos relacionados aos princípios da Cultura de Paz. Promove exposições, podcasts, bazares, cursos, palestras, tudo isso em ambientes acolhedores e humanizados. É uma referência no estado em relação à formação em Justiça Restaurativa.

Seu atual presidente é Leonardo Duart Bastos, psicólogo com uma sólida carreira de mais de duas décadas dedicada à gestão, supervisão e atendimento em Saúde Mental e Assistência Social. Ele é membro da Academia Campineira de Letras, Ciências e Artes das Forças Armadas e da Curadoria de Arte do Espaço Cultural Marco do Valle. Com experiência internacional adquirida

na Inglaterra, França e Canadá, atua hoje como docente em cursos de pós-graduação. Foi fundador do Instituto Conduzir e atuou ativamente como conselheiro em diversos conselhos municipais. Os Círculos de Diálogo e Escuta são um projeto de Justiça Restaurativa e Cultura de Paz conduzido pelo facilitador Mario Marcelo Nicodemos Ramos. Trata-se de uma metodologia estruturada que promove encontros horizontais para facilitar a resolução de conflitos, prioriza a escuta ativa e o respeito mútuo. É uma prática que transforma o ambiente ao substituir a punição pelo aprendizado e pela corresponsabilidade. Fomenta a empatia, a autorregulação emocional, o pensamento crítico e a cooperação. Idealmente, cada vivência tem duração média de 2h, é dividida em 7 etapas e atende até 20 participantes. A ação se iniciou em 2015 nas escolas municipais como resposta à necessidade de debater temas como bullying e cyberbullying. Expandiu sua atuação para dar suporte a quaisquer demandas que exijam escuta e diálogo qualificados e incluiu a mobilização de professores. Apostou na formação de multiplicadores e em parcerias com outras instituições, como a Vara da Infância e Adolescência, através do Dr. Marcelo da Cunha Bergo e o CEI.

Através da ação integrada de seus ativistas, a justiça restaurativa se ampliou para outras áreas da prefeitura, inclusive a Guarda Civil Municipal. Há três anos, o projeto é desenvolvido na Fundação Casa Maestro Carlos Gomes. Em Campinas, uma lei consolida o diálogo e a corresponsabilidade para prevenir e resolver conflitos. É a **Lei Municipal nº 15.846/2019**, que instituiu a **Política Pública e o Programa de Justiça Restaurativa**. Ela busca a reparação de danos e fomenta a cultura de paz. Atua em escolas e serviços públicos diversos, gerida de forma intersetorial.

RELATO DE CAMPO

Tecnologias, fundamentos éticos, institucionalidade

Leonardo Bastos aponta que ferramentas tecnológicas

são utilizadas para registro de reuniões, síntese de conteúdos e organização de encaminhamentos, permitindo a estruturação automatizada de tarefas, responsabilidades e prazos atribuídos a diferentes membros da equipe. Apesar dos ganhos operacionais, Leonardo destaca uma preocupação ética consistente com o uso dessas tecnologias. A instituição desenvolveu uma política interna de uso de inteligência artificial, estabelecendo diretrizes claras, sobretudo no que diz respeito à proteção de dados sensíveis. Em situações que envolvem informações sigilosas, os dados pessoais são suprimidos antes da utilização da ferramenta, sendo posteriormente reinseridos manualmente. Reforça-se, nesse contexto, o princípio de responsabilização: a autoria e a responsabilidade final pelos documentos permanecem com quem os assina, e não com a ferramenta utilizada. Essa reflexão é aprofundada por meio de uma analogia com a fotografia. Assim como a transição da fotografia analógica para a digital não elimina o papel do fotógrafo, o uso de tecnologias não substitui o olhar humano.

A técnica, por si só, não define a autoria ou a qualidade do trabalho: o elemento central permanece sendo a intencionalidade, a sensibilidade e a capacidade interpretativa do sujeito. Essa compreensão é atravessada por uma ideia central: a tecnologia não substitui o humano, mas o potencializa. Assim como na fotografia digital, em que o equipamento não elimina o olhar do fotógrafo, as ferramentas tecnológicas não substituem a sensibilidade, a intencionalidade e a capacidade interpretativa de quem as utiliza.

Transformações no campo da justiça

O diálogo abordou transformações históricas no campo jurídico e institucional, evidenciando mudanças nas formas de organização do trabalho e na produção de decisões. A introdução de funções como a de assistentes no sistema judiciário ilustra a tentativa de redistribuição das cargas de trabalho, ainda que o processo decisório permaneça centrado na figura do juiz. Nesse

cenário, a inteligência artificial surge como mais um elemento de apoio, comparável à atuação de equipes técnicas. Contudo, ressalta-se a necessidade de direcionamento qualificado e revisão crítica constante, evitando a transferência acrítica de responsabilidades. A conversa destaca a obra de Howard Zehr, especialmente o livro *Trocando as Lentes*. O livro (de 1990) propõe uma mudança radical de paradigma na forma como a sociedade compreende e lida com o crime e a punição. A proposta restaurativa é apresentada como uma mudança de paradigma: ao invés de compreender conflitos exclusivamente sob a ótica punitiva, propõe-se uma leitura ampliada, que considera contextos, relações e possibilidades de reparação. Em vez de focar exclusivamente na identificação do culpado e na aplicação de sanções, ela propõe deslocar o olhar para as relações afetadas pelo conflito, suas causas e suas consequências. O foco deixa de ser o ato isolado e passa a ser o conjunto de impactos que ele produz nas vítimas, nos autores, nas comunidades e nas instituições.

Trajetória institucional e reconfiguração do CEI

A narrativa histórica da instituição (CEI) revela um percurso marcado por transformações significativas. Inicialmente concebido como um espaço experimental voltado à inclusão, com forte articulação com a rede pública de ensino, o projeto passou por um processo de desestruturação ao longo dos anos 2000, em função da dispersão de sua equipe fundadora. Posteriormente, a instituição assumiu características mais próximas de um modelo de educação especial, até que, em 2017, com o encerramento dessas atividades, inicia-se um processo de reestruturação institucional. A nova gestão propõe a retomada de uma perspectiva inovadora e progressista, reposicionando o CEI como um espaço de vanguarda, com forte ênfase na arte e nas relações humanas.

Estrutura organizacional: os três núcleos

A instituição organiza suas ações em três núcleos principais:

1. **Núcleo de Justiça Restaurativa.** Eixo estruturante, parte do princípio de que é fundamental qualificar as formas de relação e de enfrentamento de conflitos. Desde 2018 são realizadas formações contínuas sobre o tema, envolvendo funcionários voluntários. Aproximadamente metade da equipe possui formação na área.

2. **Núcleo de Arte e Cultura.** Surge a partir da compreensão de que a linguagem verbal é insuficiente para dar conta da complexidade das experiências humanas. A arte é incorporada como meio privilegiado de expressão, comunicação, elaboração subjetiva e construção de vínculos.

3. **Núcleo de Pesquisa e Informação.** Responsável por sistematizar práticas, produzir conhecimento e organizar processos formativos. A instituição se consolida, assim, como espaço de formação contínua, abrangendo áreas como arte-educação, educação social e práticas colaborativas.

Arte como estratégia política de transformação social

A arte é concebida não apenas como expressão estética, mas como estratégia política e ferramenta de transformação social. Leonardo destaca que referências culturais brasileiras ganham centralidade, como Caetano Veloso, cujas produções durante a ditadura militar exemplificam o poder da arte em mobilizar subjetividades e tencionar estruturas de poder. O espaço cultural da instituição materializa essa proposta ao promover exposições que valorizam narrativas diversas e frequentemente silenciadas.

A filosofia institucional do espaço físico

A organização do espaço físico da instituição traduz simbolicamente sua filosofia. Inspirada em uma releitura da obra de Platão, a estrutura do prédio é dividida em três níveis:

1. Piso superior (pensadores): dedicado a referências teóricas que orientam a reflexão institucional, incluindo autores como Edgar Morin, Friedrich Nietzsche, Baruch Espinoza e Hannah Arendt.

2. Piso intermediário (artistas): espaço de acolhimento e conexão com o público, valorizando a arte como linguagem primeira de encontro. Inclui homenagens a figuras como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Frida Kahlo.

3. Piso inferior (ativistas): dedicado a lideranças que promoveram transformações sociais, como Zumbi dos Palmares e Luiz Gama.

Essa organização não estabelece hierarquias de valor, mas evidencia a interdependência entre pensamento, expressão e ação.

Desafios institucionais e contradições

A implantação desse modelo não ocorre sem tensões. A instituição, com cerca de 100 funcionários, atende aproximadamente 1.600 pessoas. Enfrenta desafios relacionados às divergências internas, à resistência a mudanças e às contradições inerentes a um trabalho que se dedica a olhar para a sociedade e não responder de maneira reativa, reacionária e superficial. A justiça restaurativa, nesse contexto, não é apresentada como solução simplificadora, mas como um horizonte ético-político em construção, que exige revisão, formação contínua e disposição para o diálogo.

Dr. Marcelo da Cunha Bergo

A justiça restaurativa é apresentada pelo Dr. Marcelo da Cunha Bergo - Juiz de Direito Titular da Vara da Infância e da Juventude de Campinas - como um campo em construção que, embora recente em sua formalização institucional, tem raízes em práticas ancestrais de organização comunitária. Experiências

desenvolvidas em países como Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos foram fundamentais para sua sistematização contemporânea. Nessas localidades, estudiosos e operadores do direito passaram a observar práticas de comunidades tradicionais, especialmente povos originários, que já operavam a resolução de conflitos de forma coletiva, dialógica e não punitiva. Diferentemente do modelo jurídico tradicional, centrado na identificação do autor de um ato e na aplicação de uma sanção, a justiça restaurativa propõe uma mudança de paradigma.

O foco desloca-se do ato isolado para suas reverberações nas relações. O conflito passa a ser compreendido em sua dimensão sistêmica, considerando impactos sobre vítimas diretas e indiretas, comunidades e redes de atendimento. Nessa perspectiva, práticas como círculos de diálogo permitem que todas as partes envolvidas possam expressar suas experiências, compreender as múltiplas dimensões do conflito e construir, coletivamente, caminhos de reparação e prevenção.

Da experimentação à normatização

No Brasil, as primeiras iniciativas estruturadas emergem entre 2004 e 2006, por meio de projetos-piloto em diferentes territórios, incluindo cidades do estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Esses projetos foram conduzidos por magistrados e profissionais do sistema de justiça que buscaram adaptar a abordagem restaurativa ao contexto brasileiro.

Entre os pioneiros, destacam-se Egberto de Almeida Penido - Juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) - do Grupo Gestor de Justiça Restaurativa (GGJR) e a Comissão de Incentivo à Justiça Restaurativa (CIJ), e Leoberto Brancher - Desembargador do TJRS, criador do projeto Justiça para o Século 21. Eles atuaram na implementação inicial dessas práticas, ainda sem respaldo normativo consolidado. Trata-se de um período marcado por experimentação, desafios institucionais e resistência.

Um marco relevante nesse processo foi a Carta de

Araçatuba, que reuniu pesquisadores e profissionais para aprofundar o debate e fortalecer a articulação do campo. A consolidação normativa ocorre com a publicação da **Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça**, que reconhece formalmente a justiça restaurativa e orienta sua implementação no âmbito do sistema judiciário brasileiro. A partir daí, tribunais estaduais passam a desenvolver regulamentações próprias, institucionalizando práticas restaurativas.

Implantação e desenvolvimento em Campinas

Em Campinas, a justiça restaurativa começa a se estruturar ainda nos anos 2000, a partir da articulação entre profissionais do judiciário e atores da sociedade civil. Contudo, o processo sofre descon continuidades - sobretudo em períodos de vacância institucional.

A retomada ocorre a partir de 2017 com a chegada de um novo magistrado à Vara da Infância e Juventude. Ele assume o papel de articulador do campo restaurativo no território. Inicialmente sem formação específica na área, buscou qualificação e passou a integrar ativamente as iniciativas existentes. Trata-se do Dr. Marcelo da Cunha Bergo, coordenador do Núcleo de Justiça Restaurativa da Comarca de Campinas, Membro da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo e Coordenador do Núcleo de Justiça Restaurativa da Comarca de Campinas.

Interconexão e corresponsabilidade

Um dos princípios centrais da justiça restaurativa é a compreensão de que os indivíduos estão inseridos em uma teia de relações interdependentes. Situações de violência não são entendidas como eventos isolados, mas como manifestações de desequilíbrios que atravessam vínculos familiares, institucionais e comunitários. Nesse sentido, questiona-se a exclusão de determinados atores -

como o próprio poder público - dos processos restaurativos. Se todos estão interligados, não há justificativa para a não participação de instituições como o judiciário, o Ministério Público ou políticas públicas setoriais.

Da punição à responsabilização

Um exemplo elucidativo é o tratamento de situações de violência escolar, como o bullying. No modelo tradicional, a intervenção tende a se limitar à identificação do agressor e à aplicação de sanções disciplinares. Já na abordagem restaurativa, amplia-se o foco para incluir:

- a) A escuta qualificada da vítima, considerando seus impactos emocionais e psicológicos;
- b) A compreensão das condições que influenciam o comportamento do agressor;
- c) O envolvimento das famílias;
- d) A análise do contexto institucional (escola, gestão, cultura organizacional);
- e) A construção coletiva de estratégias de prevenção.

Essa abordagem permite não apenas responder ao conflito, mas atuar sobre suas causas e prevenir sua recorrência.

Estruturação do Grupo Gestor e governança em rede

A consolidação da justiça restaurativa em Campinas se dá por meio da criação de um Grupo Gestor Interinstitucional, ativo desde 2017. Esse grupo se reúne regularmente e é composto por representantes de diferentes setores:

- a) Sistema de justiça (judiciário, Ministério Público, defensoria);
- b) Educação (redes municipal e estadual);
- c) Assistência social;
- d) Organizações da sociedade civil;
- e) Instituições de ensino e pesquisa;

f) Fundações de apoio e financiamento.

Essa configuração reflete uma lógica de governança em rede, na qual decisões e encaminhamentos são construídos de forma coletiva, promovendo maior integração entre políticas públicas e iniciativas comunitárias.

Desafios culturais e institucionais

A implementação da justiça restaurativa enfrenta resistências, especialmente em contextos marcados por uma cultura punitiva consolidada. Há interpretações equivocadas que associam essa abordagem à condescendência com a violência. No entanto, conforme destacado, a justiça restaurativa exige um nível elevado de comprometimento dos envolvidos, uma vez que pressupõe participação ativa, reconhecimento de responsabilidades e engajamento na construção de soluções.

Justiça Restaurativa na prática

A experiência relatada evidencia como a justiça restaurativa, quando aplicada de forma consistente, age nas relações institucionais e culturas inteiras. O que começou como piloto se expandiu e passou a ser referência, impactando diretamente o cotidiano de adolescentes e profissionais. No contexto da socioeducação, especialmente na **Fundação CASA - Casa Maestro Carlos Gomes**, onde o projeto é desenvolvido há três anos, observa-se uma mudança significativa: adolescentes que antes evitavam contato, mantinham-se retraídos ou desconectados, passam a desejar participar ativamente dos círculos de diálogo. Há uma inversão simbólica importante, o espaço restaurativo deixa de ser obrigação e passa a ser lugar de pertencimento e expressão. Inclusive, funcionários relatam frustração quando não conseguem participar.

Um marco importante nesse percurso foi a inclusão dos próprios adolescentes nas reuniões do grupo gestor, algo

inédito até então. Ao ocuparem esse espaço, diante de juízes, promotores e demais atores institucionais, esses jovens puderam narrar suas histórias, muitas vezes marcadas por dor e exclusão. Esse movimento rompe hierarquias rígidas e materializa um dos princípios centrais da justiça restaurativa: todos os envolvidos têm voz legítima.

A consolidação da política no município, por meio da legislação criada em 2019, fortalece essa prática ao garantir continuidade para além de gestões específicas. Ainda assim, há o reconhecimento de que o maior desafio é evitar a personalização das iniciativas e garantir que se tornem estruturas coletivas e sustentáveis. No âmbito judicial, a justiça restaurativa passa a atuar de forma complementar ao sistema tradicional.

Casos são encaminhados para os círculos restaurativos, com suspensão do processo formal. Havendo acordo e encaminhamentos entre as partes, o processo pode ser encerrado. Isso revela uma mudança importante: o processo deixa de ser o fim e passa a ser um meio entre outros possíveis, sendo a resolução construída coletivamente muitas vezes mais eficaz. Um princípio central que sustenta esse modelo é a voluntariedade. A participação imposta perde seu sentido. Esse fator, embora limite a escala quantitativa, garante profundidade qualitativa nos resultados, pois envolve engajamento real. Como exemplo concreto e exitoso, o projeto de justiça restaurativa e cultura de paz conduzido pelo facilitador Mário Marcelo Nicodemos Ramos tem alcançado resultados pautados na Justiça Restaurativa (JR), comunicação não violenta e resolução de conflitos. Os círculos evoluíram para dar suporte a quaisquer demandas que exijam escuta e diálogo qualificados e incluíram a mobilização de professores. Aposta na formação de multiplicadores e em parcerias com outras instituições - como a Vara da Infância e Adolescência e o CEI. Historicamente, conflitos escolares são tratados com advertência, suspensão e, em última instância, expulsão, um processo descrito como terceirização da responsabilidade, afirma Mário.

A justiça restaurativa propõe outro caminho: compreender

o conflito como oportunidade pedagógica. A implementação nas escolas se inicia com um movimento estratégico: antes de trabalhar com alunos é necessário cuidar dos educadores. Surge então a formação de facilitadores dentro da própria rede com professores, gestores e equipes pedagógicas garantindo capilaridade e autonomia das práticas.

Os círculos restaurativos nas escolas estruturam-se com elementos simbólicos e metodológicos: disposição em círculo, objeto da fala, construção coletiva de valores e combinados (como escuta, respeito, confidencialidade). O simples gesto de reorganizar o espaço físico já altera a dinâmica relacional. A fala ganha lugar, a escuta torna-se prática e o silêncio deixa de ser imposição. Com o tempo, os estudantes passam a reconhecer esses espaços como seguros. Relatos emergem - tanto de sofrimento quanto de vivências positivas - e começam a ser trabalhados coletivamente. A confiança, construída gradualmente, é a base para que o processo aconteça de forma genuína. A justiça restaurativa não nega a responsabilização, mas a ressignifica: responsabilizar passa a ser compreender, reparar e transformar, e não apenas punir. Outro ponto relevante é a ampliação do olhar sobre o conflito. Ele deixa de ser visto como algo a ser eliminado e passa a ser entendido como elemento constitutivo das relações humanas, essencial para o diálogo e para a construção de uma cultura de paz.

Consolidação e Cultura de Paz

Na escola, um exemplo marcante foi o caso de conflito entre duas alunas que resultou em agressão. A proposta inicial de um responsável era a expulsão, no entanto, a escola optou pelo caminho restaurativo. Ao final, o próprio pai que havia solicitado a expulsão reconheceu o valor do processo e pediu desculpas, compreendendo a potência do diálogo. Os círculos permitem algo fundamental: validar sentimentos, reconhecer necessidades e compreender que, mesmo em situações de violência, há histórias que precisam ser escutadas. Trabalhar isso na educação exige

constância e intencionalidade e um processo contínuo. Na formação de guardas municipais para atuação nas escolas com abordagem restaurativa houve mudanças significativas na relação entre segurança pública e comunidade escolar. Mais diálogo e menos repressão.

Desafios e tensões

A implementação da justiça restaurativa enfrenta desafios importantes. Resistência cultural, tendência à personalização das iniciativas e as estruturas institucionais são obstáculos recorrentes. Ambientes que não permitem escuta tendem a silenciar dores e isso pode ter consequências graves, como casos de sofrimento extremo e até suicídio. Além disso, é necessário cuidado metodológico.

A estruturação dos processos exige tempo, preparação e atenção às condições emocionais dos envolvidos. Os relatos dos estudantes evidenciam o impacto desse trabalho. Muitos afirmam que, nos círculos, encontram um espaço onde podem ser quem são, falar sem medo, sem julgamento, sem violência, um espaço de confiança que propicia a escuta assertiva e acolhedora. Os resultados aparecem. Entre eles, redução de conflitos graves, aumento da autonomia dos estudantes para resolver questões, fortalecimento das relações. Os próprios alunos passam a reconhecer situações de violência e a buscar o diálogo como caminho, a fomentação de processos individuais prévios, garantindo que o círculo não amplifique a violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirada tanto em práticas ancestrais de resolução coletiva de conflitos quanto em experiências contemporâneas internacionais, a justiça restaurativa se consolida como um campo em construção, que valoriza o diálogo, a escuta e a corresponsabilização. Ela propõe uma mudança profunda na

forma de compreender o conflito, a responsabilidade e as relações humanas. Aliada à arte, à educação e à organização em rede, torna-se um caminho potente para a construção de instituições mais humanas, democráticas e sensíveis à complexidade da vida social. Trata-se, em última instância, de uma escolha, investimento em diálogo, escuta e construção coletiva.

O grande desafio é fazer com que essa prática seja compreendida não como mais uma demanda passageira, mas como uma política estruturante, uma forma de qualificar as relações, fortalecer a comunidade e impactar a escola e, conseqüentemente, a sociedade. A justiça restaurativa, nesse sentido, não é apenas uma metodologia: é uma cultura. Uma escolha ética e um caminho possível para o bem viver.

Uma conexão possível entre o Festival Artes pela Paz e os princípios da Justiça Restaurativa aparece na instalação e vivência dos stickers, que deixaram de ser apenas adesivos para se tornarem intervenções no espaço público. Entre muros, superfícies urbanas e lugares marcados por ruídos cotidianos, surgem frases, imagens e provocações que convidam à escuta e à reflexão. Inspiradas nas ações dos artistas, essas pequenas marcas funcionam como convites ao diálogo, deslocam o olhar do conflito isolado para a corresponsabilidade, da punição para a convivência, criando espaços simbólicos de encontro e reconhecimento. Assim como na JR, o gesto artístico aqui também pergunta:

O que fazemos com aquilo que foi descartado?

Na exposição promovida pelo Festival Artes Pela Paz, o contêiner de lixo torna-se símbolo e suporte. Sobre ele, colam-se memórias, dores, afetos e futuros possíveis. A arte ocupa aquilo que a sociedade tenta invisibilizar. No CEI Padre Santi Capriotti, na socioeducação, nos círculos de diálogo e nas práticas de Cultura de Paz, emerge uma mesma compreensão, a de que tecnologia, arte e escuta não substituem o humano, ampliam suas possibilidades de encontro. Entre *stickers*, palavras e convivências, outra narrativa

se desenha, uma cidade onde a arte não encobre as violências, mas as torna visíveis, provoca reflexão, acolhe histórias e reconstrói vínculos. Porque paz não é ausência de conflito, é a escolha coletiva de atravessá-lo sem abandonar a humanidade.



4.5. FUNDAÇÃO CASA MAESTRO CARLOS GOMES

A Fundação CASA Maestro Carlos Gomes é uma unidade de atendimento socioeducativo do governo do estado de São Paulo destinada ao acolhimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação. A entrevista aconteceu nas dependências da fundação.

Entrevistados

Ana Rita Ratzat - Formada em Educação Física e Letras. Com uma trajetória de 25 anos na Fundação Casa, dedica a experiência à socioeducação, atuando diretamente na transformação de jovens. Mesmo após a aposentadoria, escolheu permanecer ativa por acreditar no poder da educação como ferramenta de mudança social. Possui formação de facilitadora em círculos restaurativos, utilizando o diálogo e a mediação para promover a reparação de vínculos e a construção de novos caminhos.

Mario Marcelo Nicodemos Ramos - Historiador e educador, atua como facilitador e coordenador de Prevenção e Combate ao Bullying na Secretaria Municipal de Educação de Campinas, junto ao Gabinete do Secretário. Desenvolve Processos Circulares de Cultura de Paz no ambiente escolar, promovendo diálogo, escuta ativa e construção coletiva de soluções. Especialista em não violência, possui certificação em Comunicação Não Violenta pelos Institutos Konekti e Colibri, além de integrar o Grupo Gestor de Justiça Restaurativa da Vara da Infância de Campinas. Especializado em Educação para a Paz pela Unicamp e qualificado em Mediação de Conflitos pela Max Mel (México).

Ronaldo de Oliveira Silva - Diretor de Centro

Socioeducativo – CASA Maestro Carlos Gomes. Há 10 anos atua como Diretor do Centro Socioeducativo CASA Maestro Carlos Gomes, desenvolvendo um trabalho voltado à organização, disciplina e ao desenvolvimento humano - tanto dos adolescentes atendidos quanto das equipes de trabalho. Acredita na importância do equilíbrio entre firmeza e respeito, buscando sempre fortalecer um ambiente ético, seguro e colaborativo. Possui experiência na condução de equipes, na mediação de conflitos e na construção de estratégias que garantam o bom funcionamento do centro e o cumprimento das normativas institucionais. Graduado em Recursos Humanos e Serviço Social.

Wagner Porfírio - Profissional multidisciplinar com sólida trajetória na área de socioeducação, atua na Fundação CASA. Formação Acadêmica - Bacharel em Direito. Licenciatura em Letras - Base para o desenvolvimento de competências comunicativas e pedagógicas aplicadas ao ambiente educativo. Especialização em Socioeducação. Experiência direta na execução de medidas socioeducativas desde 2014. Formação especializada em técnicas de mediação, resolução de conflitos e promoção da cultura de paz e processos circulares.

Registra-se a presença de um **assessor de comunicação da Fundação CASA** para o acompanhamento e desenvolvimento da pauta realizada durante a entrevista.

APRESENTAÇÃO

Na Fundação CASA Maestro Carlos Gomes, a Justiça Restaurativa (JR) vem sendo construída de forma contínua e coletiva dentro da instituição, sempre pautada pelo princípio da voluntariedade. Segundo os participantes, nada é imposto, adolescentes, servidores e familiares são convidados a participar das rodas de conversa e dos círculos restaurativos a partir do desejo genuíno de estar ali. O projeto, inicialmente pensado para

outro centro, acabou sendo transferido para a unidade atual, onde encontrou abertura da gestão e da equipe para se desenvolver. O objetivo sempre foi mediar conflitos entre adolescentes e servidores, criando espaços de escuta, diálogo e compreensão mútua.

RELATO DE CAMPO

Os participantes destacam que, muitas vezes, profissionais da área de segurança tendem a enxergar o adolescente apenas como ameaça ou inimigo, enquanto a proposta restaurativa busca vê-lo como alguém que necessita de apoio, acolhimento e novas possibilidades de relação. Assim, os círculos passaram a acontecer semanalmente, envolvendo adolescentes e servidores em conversas mediadas por facilitadores.

Ao longo do tempo, os resultados começaram a aparecer de forma concreta, especialmente em situações de conflito intenso dentro da unidade. Um dos relatos menciona um episódio grave de tumulto envolvendo adolescentes agressivos e resistentes ao diálogo. Mesmo nesse contexto, a equipe apostou na metodologia restaurativa. Em vez de responder com repressão imediata, organizou-se um círculo de conversa utilizando o objeto da palavra, símbolo que garante escuta e respeito à fala de cada participante. Segundo os entrevistados, foi possível perceber que as sementes plantadas pelas rodas anteriores já começavam a produzir efeitos: adolescentes passaram a refletir sobre responsabilidades, sentimentos e necessidades, reduzindo resistências e construindo formas mais humanas de convivência.

Os participantes destacam a importância das rodas realizadas também com os servidores. Muitos profissionais saíram desses encontros sensibilizados, com a sensação de terem sido escutados e acolhidos. A possibilidade de compartilhar experiências pessoais e reconhecer o outro para além do cargo ou da função fortaleceu os vínculos da equipe. Um facilitador foi lembrado pela capacidade de mediar conflitos sem desconsiderar

nenhuma das partes, ajudando adolescentes e servidores a compreenderem suas responsabilidades, limites e necessidades. Uma das entrevistadas compartilhou sua trajetória com a Justiça Restaurativa desde 2006, ainda em outra unidade da Fundação: as rodas de conversa mostravam caminhos possíveis ao permitir que os jovens falassem sobre sentimentos, relações familiares e desafios pessoais. Mesmo com mudanças institucionais e encerramento de unidades, ela continuou vinculada às práticas restaurativas, participando de formações e de espaços de construção relacionados à Cultura de Paz.

Outro aspecto apontado como decisivo foi o compromisso da gestão institucional. A continuidade do projeto se fortaleceu porque encontrou uma equipe disposta a escutar, acompanhar os processos e construir coletivamente cada etapa. As rodas não eram vistas como ações isoladas, mas como parte de uma dinâmica de cuidado.

Embora ainda existam resistências dentro da instituição, especialmente diante de visões mais rígidas sobre os adolescentes, há um fortalecimento gradual dessa cultura. Como sinal desse movimento, destaca-se a criação de um Núcleo de Apoio à Cultura de Paz e Comunicação Não Violenta voltado à difusão dessas práticas em outras unidades da região.

Os participantes ressaltam que há muitas experiências positivas acontecendo dentro da instituição e que elas também precisam ser visibilizadas. Nesse sentido, mencionam seminários, encontros e trocas em universidades e outros espaços, onde puderam compartilhar experiências construídas no cotidiano da Fundação, especialmente relacionadas aos círculos de diálogo, cultura de paz e práticas restaurativas.

Ao longo da conversa, emerge com força a percepção de que o trabalho em rede fortalece os vínculos e renova o sentido da atuação coletiva. Os participantes destacam que ouvir diferentes profissionais e experiências gera inspiração e reacende a esperança de que mudanças são possíveis. A trajetória da cultura de paz é descrita como marcada por avanços e retrocessos,

mas sustentada pela persistência, pelo encontro entre pessoas comprometidas e pela crença de que o diálogo transforma. Quando perguntados sobre a adesão dos servidores aos círculos, explicam que a participação acontece de forma voluntária, sempre por meio de convite e acolhimento. Muitas vezes os profissionais chegam sem saber exatamente o que irão encontrar, mas acabam se envolvendo pela experiência vivida. Relatam que, mesmo quando poucas pessoas participam, os encontros são profundamente significativos. O importante não é a quantidade, mas a qualidade da escuta, do compartilhamento e do acolhimento construído naquele espaço. Além disso, descrevem os círculos como espaços de cuidado emocional, onde servidores, adolescentes e equipes podem falar sobre suas dores, medos, angústias e histórias de vida. Destacam que o trabalho busca tirar as pessoas de zonas de conforto e favorecer conexões humanas mais profundas.

Em um dos relatos, um participante conta que uma pergunta sobre saudade desencadeou forte emoção coletiva, levando todos a um lugar de vulnerabilidade e humanidade compartilhada. Segundo ele, é nesse momento que as pessoas percebem que, apesar das armaduras e durezas impostas pela rotina institucional, continuam sendo seres humanos sensíveis.

Ao refletirem sobre o sentido mais amplo dessas práticas, os participantes relacionam o trabalho restaurativo com crise contemporânea de saúde mental, apontando a sua relevância. São mencionados dados sobre depressão, suicídio, adoecimento de professores e sofrimento emocional de adolescentes. A escuta aparece como elemento central para enfrentar esse cenário. Um dos participantes, voluntário do CVV (Centro de Valorização da Vida), afirma que não conhece nada mais potente do que a escuta empática e o diálogo verdadeiro. Ele relata experiências de pessoas que afirmaram ter desistido do suicídio porque encontraram alguém disposto a ouvi-las sem julgamentos ou conselhos prontos.

A conversa também aborda a dificuldade das famílias em estabelecer conexão com adolescentes, o aumento da automutilação, da ansiedade e da depressão entre jovens e a

importância de criar espaços seguros de fala.

Outro aspecto fortemente ressaltado é que o sucesso do trabalho não depende apenas da metodologia, mas principalmente da construção coletiva, da confiança e do comprometimento da equipe. Os participantes enfatizam que não existe protagonismo individual: os resultados surgem porque há uma rede de pessoas que acredita no trabalho, compartilha responsabilidades e sustenta coletivamente as práticas. Ao final, defendem a necessidade de sistematizar essa experiência em documentos, livros e registros que possam inspirar outras instituições. Consideram que práticas bem-sucedidas precisam ser compartilhadas para mostrar que existem caminhos possíveis para transformar relações marcadas pela violência, pelo sofrimento e pela falta de escuta.

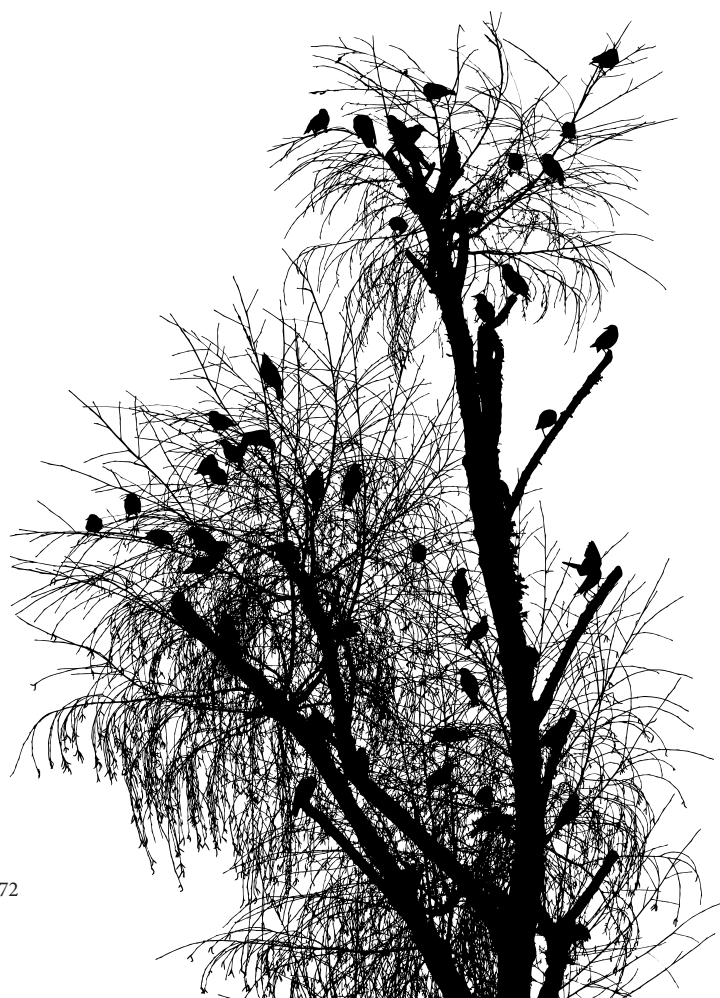
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os portões da Fundação CASA Maestro Carlos Gomes se abrem entre grades, scanners, protocolos e silêncios atentos. Mas, atravessando os corredores, existe também algo menos visível: pequenos gestos humanos insistindo em permanecer vivos dentro de um espaço marcado pela privação de liberdade. Em uma sala simples, cadeiras organizadas em círculo suspendem, ainda que por algumas horas, as hierarquias rígidas do cotidiano institucional.

Os adolescentes chegam desconfiados. Muitos aprenderam desde cedo que sobreviver significa endurecer o corpo, esconder fragilidades e responder à violência com mais violência. Mas nos círculos encontram outra linguagem, encontram adultos que perguntam sobre saudade, medo, família, futuro, basta isso para que alguma armadura rache silenciosamente.

A Justiça Restaurativa, por meio dos círculos vem sendo construída ali de forma coletiva, envolvendo educadores, agentes de segurança, psicólogos, gestores, facilitadores e equipes multidisciplinares que sustentam, juntos, espaços de escuta e diálogo. Nada é imposto: adolescentes, servidores e familiares

participam de forma voluntária, construindo lentamente relações mais humanas dentro da instituição. Eles falam sobre emoções guardadas por anos, o peso cotidiano da violência institucional e a descoberta de novas formas de convivência dentro e fora da Fundação. Não há romantização da dor nem respostas simplificadoras. Há conflitos, resistências e limites concretos. Ainda assim, permanece uma aposta contínua na possibilidade de reconstrução humana. A punição deixa de ser a única resposta possível e dá lugar à responsabilização consciente, à escuta e à construção coletiva de novos caminhos. Durante a visita, uma imagem surgia repetidamente: sementes lançadas diariamente em um terreno árido. Aí reside a maior potência desse trabalho, devolver humanidade onde o mundo costuma enxergar apenas endurecimento.



FUNDAÇÃO CASA MAESTRO CARLOS GOMES



Fotografia: Joanan Prates

*A potência transformadora nasce do
aprofundamento artístico
e da dedicação ao processo criativo*

CONFRARIA DA DANÇA



Fotografia: Mário Miranda

4.6. CONFRARIA DA DANÇA

A Confraria da Dança é uma premiada companhia de dança contemporânea sediada em Campinas. Fundado em 1996 pelos artistas Diane Ichimaru e Marcelo Rodrigues, o grupo celebra 30 anos de atuação em 2026. Sua assinatura artística une pesquisa continuada, dança autoral e uma linguagem híbrida que dialoga com o teatro, a música e as artes visuais. A entrevista aconteceu na residência do casal, que possui ambientes para ensaios e apresentações.

ENTREVISTADOS

Diane Ichimaru - Iniciou sua carreira artística em 1983. É graduada em dança pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Sua carreira inclui diversos prêmios. Enquanto criadora-intérprete, Diane trabalhou sob a direção de Graziela Rodrigues e João das Neves (1934-2018), entre outros. Desenvolve seus projetos junto a seu parceiro Marcelo Rodrigues, com quem fundou a Confraria da Dança em 1996. Concebe projetos de cenografia, figurino e criação gráfica.

Marcelo Rodrigues - Bailarino, iluminador e produtor artístico, amplamente conhecido por ser o cofundador da renomada companhia Confraria da Dança. Em sua formação influíram nomes como Klauss Vianna, Laura Gimenes, Sônia Motta, além dos mestres de folias do interior do estado. Com atuação multidisciplinar, além de sua performance nos palcos como bailarino, desenvolve desde 1996 estudos práticos no desenho de iluminação teatral. É o responsável por assinar a luz e a produção dos espetáculos da Confraria.

APRESENTAÇÃO

O trabalho de Diane Ichimaru e Marcelo Rodrigues, a Confraria da Dança, pela linguagem híbrida da cena e possui amplo repertório de espetáculos autorais que dialogam com as premissas de uma cultura de paz. A Confraria manteve uma sede por sete anos desde sua fundação. Era uma sala com toda a estrutura cênica adequada, tablado, arquibancada e capacidade para 120 pessoas. Oferecia cursos e apresentações de música, cênicas e dança. Nesse período (1996 a 2003), viabilizou uma programação importante para a época, num momento em que os teatros da cidade apresentavam problemas estruturais ou dificuldade de acesso para alguns perfis artísticos. Se fortaleceu após a revolução na atuação do MinC, entre 2004 e 2010, quando houve uma democratização geral do acesso a recursos. Acumula premiações da Funarte, do Ministério da Cultura, da Secretaria Estadual da Cultura, da Cultura Inglesa e da Associação Paulista dos Críticos de Arte - APCA. A dupla reside em uma casa projetada que combina o ideal de lar acolhedor e definitivo com um ambiente de ensaios e encontros. Sua área verde imita a dinâmica natural de uma floresta, combinando jardim, bosque e horta.

RELATO DE CAMPO

A conversa percorreu a trajetória artística e cultural do grupo: da criação de seu primeiro espaço próprio até os desafios e transformações vividos ao longo de mais de três décadas de atuação. Os artistas recordaram que o espaço nasceu com o desejo de ser uma sala cênica aberta à cidade. Embora a dança fosse o eixo principal, o local acolhia também música, teatro e manifestações da cultura popular, especialmente a viola caipira, movimento que ajudaram a fortalecer. Naquele contexto, Campinas vivia uma carência de espaços culturais. Muitos teatros estavam fechados para reforma, e os espaços alternativos independentes ainda eram raros. O grupo acabou se tornando referência na

cidade, recebendo apresentações intimistas, artistas parceiros e produções diversas. Foi também nesse período que estreitaram relações com importantes agentes culturais e começaram a consolidar sua presença na cena artística local.

Ao refletirem sobre sua trajetória, ressaltam que sempre buscaram manter o foco na criação artística. Reconhecem a importância do impacto social da arte, mas afirmam que a potência transformadora nasce justamente do aprofundamento artístico e da dedicação integral ao processo criativo. Comentam que, em determinado momento, a gestão do espaço e a intensa programação começaram a consumir toda a energia do grupo, afastando-os do tempo necessário para criar. Essa percepção motivou uma retomada de essência, voltar a priorizar a pesquisa, a dança e os processos autorais. Também compartilham as dificuldades enfrentadas nos anos 1990 e início dos anos 2000, quando ainda havia poucos mecanismos públicos de financiamento para grupos independentes. Lembram que a ampliação das políticas culturais, especialmente durante o período em que o Ministério da Cultura ganhou maior fortalecimento institucional, possibilitou novas perspectivas para artistas e coletivos.

Ao longo dos anos, passaram por diferentes espaços até conseguirem construir sua sede atual. Contam que a experiência acumulada nos lugares anteriores ajudou a compreender o que realmente precisavam como espaço de criação. A construção envolveu reaproveitamento de materiais e curadoria pessoal, sempre guiados pela ideia de criar a partir do que estava disponível.

Essa relação com o reaproveitamento e com o território aparece como parte fundamental da identidade artística do grupo. Os artistas abordaram o repertório construído ao longo do tempo e os espetáculos que seguem vivos há mais de vinte anos. Destacam a parceria com músicos e compositores, especialmente na criação de trilhas originais, desenvolvidas em processos lentos, colaborativos e profundamente experimentais.

A conversa se desloca então para o presente, diante de um novo desafio: a realização de um espetáculo com orquestra ao vivo.

Compartilharam a emoção e a tensão desse processo, marcado por ensaios reduzidos, limitações técnicas e pela necessidade constante de adaptação. Ainda assim, reconhecem que o risco faz parte da arte e que o desejo de comunicação com o público sustenta a criação.

Diane e Marcelo relacionam o momento atual, marcado por conflitos, tensões sociais e sensação coletiva de exaustão à urgência de práticas de escuta, diálogo e cultura de paz. Falam sobre cursos, experiências em justiça restaurativa e a necessidade crescente que as pessoas têm de serem ouvidas. A escuta aparece como elemento essencial para a reconstrução dos vínculos humanos.

O diálogo amplia-se para reflexões históricas e sociais. São abordados temas como colonialismo, escravidão, violência estrutural e memória coletiva. Os participantes discutem como muitos espaços culturais e cidades carregam marcas profundas de exploração e sofrimento, e como a arte pode ajudar a revisitar essas histórias sem apagamentos. Refletem sobre os mecanismos contemporâneos de negação da realidade, polarização e medo, especialmente após a pandemia.

Ao falarem sobre a passagem do tempo e o envelhecimento, compartilham a experiência de manter o corpo ativo após décadas dedicadas à dança. Comentam a necessidade de atenção constante ao corpo, à saúde e aos modos de continuar criando. A dança permanece como força vital, aquilo que os faz “levantar da cama todos os dias”. A relação com a natureza também atravessa a fala da dupla. Eles descrevem uma convivência atenta com o espaço ao redor, observando plantas, vibrações do ambiente, mudanças climáticas e sinais da terra. Essa escuta da natureza é compreendida como parte do aprendizado artístico e espiritual, algo que ensina equilíbrio, tempo e presença.

A conversa retorna às políticas públicas de cultura. Reconhecem a importância dos editais e programas de fomento, mas apontam os limites de modelos que distribuem recursos insuficientes diante da grande demanda artística existente.

Criticam a ausência de políticas culturais continuadas e de planos de longo prazo, observando que muitos projetos acabam tendo pouca permanência e impacto real nos territórios. Ao longo da entrevista, emergem relatos sobre os desafios estruturais da cultura no Brasil, especialmente no que diz respeito à descontinuidade das políticas públicas, à fragilidade da gestão cultural municipal e às dificuldades enfrentadas por artistas e grupos independentes para garantir acesso, permanência e formação de público.

Os participantes discutem como muitos municípios ainda não aderem plenamente ao Sistema Nacional de Cultura, o que faz com que as ações culturais dependam excessivamente das mudanças de gestão e de interesses eleitorais. Nesse contexto, ressaltam que, embora haja atualmente mais recursos disponíveis para a cultura, falta muitas vezes uma direção comum, continuidade e construção coletiva de visão cultural de longo prazo. A percepção é de que políticas culturais exigem permanência, escuta e tempo para criar vínculos, hábitos e pertencimento.

A trajetória relatada pelos artistas evidencia uma prática comprometida com a democratização do acesso à arte. O grupo compartilha experiências de circulação por pequenas cidades, periferias, quilombos urbanos, escolas públicas, centros comunitários e espaços improvisados, muitas vezes assumindo também tarefas de organização, limpeza e adaptação dos locais para que as apresentações pudessem acontecer.

Mais do que levar espetáculos, havia o desejo de construir encontros, ativar territórios e fortalecer vínculos comunitários. Os relatos sobre apresentações em espaços culturais populares, assentamentos e quilombo urbano revelam tanto a potência desses encontros quanto as tensões sociais e religiosas presentes nos territórios. Em uma das experiências, o grupo descreve o contato com uma comunidade marcada por disputas internas entre tradições afrodescendentes e influências evangélicas. Ainda assim, a apresentação artística foi recebida de forma sensível e afetiva.

Outro eixo importante da conversa é a compreensão da

arte como missão, cuidado e responsabilidade coletiva. Os artistas falam da criação artística como algo vivo, que precisa ser cultivado, preservado e compartilhado. Os espetáculos são entendidos quase como entidades que carregam sentidos, memórias e compromissos éticos. As experiências narradas demonstram também o impacto concreto da arte em diferentes públicos. Contam situações marcantes vividas com crianças, idosos e comunidades vulnerabilizadas. Um dos relatos mais emocionantes descreve uma senhora idosa que havia deixado de se comunicar verbalmente e que, durante um espetáculo inspirado em marchinhas de carnaval, voltou a cantar junto com a apresentação, despertando memória afetiva e emoção nos familiares presentes. Essas experiências reforçam a percepção de que a cultura atua diretamente sobre os afetos, a saúde emocional e os vínculos sociais.

A dimensão intergeracional aparece como um aspecto central do trabalho desenvolvido pelo grupo. Os artistas relatam a importância de reunir crianças, idosos e diferentes públicos em um mesmo espaço de fruição artística, percebendo como essa convivência enriquece a experiência coletiva e amplia os sentidos do espetáculo. Ao refletirem sobre seus processos criativos, os participantes destacam que muitos trabalhos acabaram adquirindo novos significados diante do contexto político e social recente. Espetáculos criados anos antes passaram a dialogar diretamente com temas contemporâneos como negacionismo, autoritarismo, guerra, intolerância e cultura de paz. Um exemplo citado é uma obra inspirada em Copérnico e Galileu, criada em 2013, que voltou a ganhar força diante da ascensão recente de discursos terraplanistas e anticientíficos. Em outro espetáculo, a representação coreográfica da guerra é construída de forma crítica e irônica, transformando a marcha militar em gesto poético e questionador.

Diane e Marcelo compreendem o festival como espaço de resistência simbólica e criação de novas possibilidades de convivência. A arte aparece como ferramenta de transformação da violência, do medo e da intolerância em experiência sensível,

imaginação coletiva e encontro humano. Em vez de responder à brutalidade com mais brutalidade, os artistas defendem a necessidade de elaborar poeticamente os conflitos e abrir espaços de escuta, silêncio e presença. Também surgiram reflexões sobre a pandemia e seus impactos sociais, um período que evidenciou desigualdades profundas e abriu espaço para perceber a importância dos vínculos, da pausa e da reconexão humana. A experiência do isolamento trouxe à tona a interdependência entre as pessoas e os limites de uma vida marcada pela aceleração constante. Nesse contexto, a arte reaparece como possibilidade de encontro com o sensível, com a presença e com aquilo que se constrói coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TEMPO DE CHEGAR

há infinitas páginas para chegar até aqui
por imensos desertos de silêncio
oásis de silêncio miragens de silêncio
páginas são vazios que se abrem
há o preço de atravessá-las e então
vejo você de perto
há muitos desertos para chegar até você
entre este e aquele a travessia é longa
mas não importa
a vida é o tempo de chegar até aqui

Marcos Siscar

Há artistas que criam maneiras de habitar o mundo para além dos espetáculos. Encontrar Diane Ichimaru e Marcelo Rodrigues, da Confraria da Dança, é atravessar um território onde arte, corpo, memória e cotidiano respiram juntos. Tudo parece dançar, como os bambuzais ao redor da casa-ateliê, os objetos reinventados a partir de materiais esquecidos, os figurinos costurados como quem prolonga afetos, o chá servido lentamente

enquanto a conversa percorre mais de trinta anos de persistência artística. Nada ali nasce do excesso, tudo nasce da escuta. A trajetória da Confraria é construída assim, ocupando galpões, reinventando espaços abandonados, criando presença onde antes havia vazio. Vai para além da manutenção de sedes ou espetáculos, sustenta ao longo do tempo uma ética silenciosa da permanência mesmo diante das precariedades, dos desmontes culturais e das interrupções do mundo. Há delicadeza quando falam da arte. Não como fuga da realidade, mas como forma profunda de atravessá-la. A dança surge como prática de atenção radical ao corpo, ao envelhecimento, à cidade, às relações humanas e ao próprio tempo, por isso o trabalho carrega tanta densidade: nasce de uma escuta contínua da vida. Quando falam do Festival Artes pela Paz, percebe-se algo raro, não existe separação entre obra, convivência e compromisso humano. O festival surge como extensão natural de suas próprias trajetórias, uma geografia afetiva onde artistas, educadores e coletivos continuam escolhendo construir encontro em vez de isolamento. Existem pessoas, como Diane e Marcelo, que transformam o mundo não pelo tamanho do palco, mas pela delicadeza insistente com que continuam cultivando humanidade. E dá vontade de permanecer mais tempo ali.

4.7. CAIXEIRAS DAS NASCENTES

As Caixeiiras das Nascentes são um grupo feminino de percussão e cultura popular. Dedicam-se a celebrar a cultura brasileira através de cantos e ritmos. Liderado por Cristina Bueno (mestra) e Inês Vianna (contramestra), o grupo realiza releituras e mantém tradições - especialmente da Festa do Divino Espírito Santo do Maranhão e Moçambique de Minas. A entrevista aconteceu no Raízes Zen Restaurante Natural.

ENTREVISTADAS

Cristina Bueno - Coordenadora do grupo das Caixeiiras das Nascentes, percussionista, pesquisadora das manifestações de raiz Brasileira e artesã de Caixa do Divino. Reconhecida pela Caixeira Régia da Casa das Minas (MA), por mais de 60 anos, Dona Celeste (*in memoriam*). É atriz formada em Artes Cênicas Unicamp (1990) e Pós-graduada em Capacitação Docente em Música Popular Brasileira pela Anhembi Morumbi/SP (2008). Arte Educadora desde 1986, trabalhou em diversas ONGs, sendo uma das idealizadoras do Projeto Bate Lata junto à Fundação Orsa em 1987.

Inês Vianna - Diretora artística, contramestra e coordenadora de produção do Bloco das Caixeirosas e do grupo popular Caixeiiras das Nascentes, onde também é Caixeira Mor. Formada em Artes Cênicas na Unicamp (1990) e Pós-Graduada em Arte Integrativa pela Anhembi- Morumbi (2006). De 1994 a 2023 trabalhou no Núcleo de Artes Cênicas do SESI de Campinas como Orientadora de Artes Cênicas, ministrando aulas de teatro e dança brasileira para todas as idades, além de dirigir 22 espetáculos na instituição.

APRESENTAÇÃO

O grupo nasceu do desejo de algumas mulheres de vivenciarem a Cultura Popular através dos toques da Caixa do Divino e cantigas ligadas tanto à Festa do Divino em Alcântara (católica) quanto à Casa das Minas (religião de matriz africana). Sua atuação perpetua saberes e práticas ancestrais e valores como a conexão com o sagrado, a partilha, a comunhão e a devoção, e se ampliou para o diálogo com outras culturas, como o carnaval e a programação dos terreiros de umbanda. No Maranhão, contrariando o restante do país, são as mulheres que tocam a Caixa do Divino: um tambor de som encorpado e versátil, amplamente usado nas festas da cultura popular brasileira. A primeira formação foi em 2003, chamava-se Caixeiras da Guia. Era um coletivo menor, reunido por amizade. Percebendo o potencial da proposta e o interesse por adesão, Cristina Bueno expandiu a participação, ampliando a participação. O projeto cresceu, consolidou uma identidade própria e um calendário anual integrado com festas e parcerias diversas. Ele dialoga com o princípio da Cultura de Paz de forma diversa: seja abordando a espiritualidade em seu sentido amplo e sem restrições, seja pela dimensão artístico-terapêutico ou seja pela sinergia na construção compartilhada e no encontro intergeracional.

RELATO DE CAMPO

Caixeiras das Nascentes e o Bloco das Caixeiras são coletivos formados por mulheres que têm a música como forma de partilha e celebração. Em comum, o interesse em pesquisar e vivenciar a cultura popular de raiz brasileira e a Caixa do Divino. As Caixeiras das Nascentes realizam apresentações e intervenções em comunidades, eventos, escolas, universidades, festivais, sempre com o intuito de partilhar e divulgar saberes, cantos, ritmos, danças e brincadeiras.

O coletivo não surgiu de forma estruturada, mas a partir

de relações afetivas e encontros entre amigas. Inicialmente restrito, o grupo foi se transformando à medida que mais pessoas demonstravam interesse, levando à necessidade de abertura e expansão. Esse movimento culmina na criação de novos formatos de organização, incluindo cursos e espaços de formação voltados principalmente a educadoras e pessoas interessadas na cultura popular. Com o crescimento, surgem também desafios relacionados à estrutura, como a ausência de institucionalização formal, e à necessidade de sustentar as atividades em espaços muitas vezes improvisados. Ainda assim, o grupo se fortaleceu a partir da realização de festas tradicionais e vivências para além de vínculos religiosos formais.

Cristina destaca que sua aproximação com a tradição das caixeiras está profundamente ligada à sua busca espiritual e à sua relação com diferentes manifestações religiosas brasileiras. Ao entrar em contato com os terreiros no Maranhão, ela encontra um espaço de identificação e pertencimento, especialmente pela coexistência, ainda que não sincrética, entre diferentes expressões do sagrado, como o culto aos voduns e a Festa do Divino. Esse encontro marca um ponto de virada em sua trajetória, conectando experiências pessoais, ancestrais e culturais.

A partir daí, inicia-se um processo de pesquisa e aprofundamento, realizado junto a outras parceiras, com destaque para a relação construída desde o ambiente universitário, sobretudo com Inês Vianna. O grupo opta por mergulhar na cultura maranhense, desenvolvendo trabalhos artísticos que trazem essas referências para seu território de origem.

É nesse contexto que a prática das caixeiras se integra ao percurso artístico e de vida das participantes. A partir das artes cênicas, as relações ultrapassaram o campo artístico e se tornaram um compromisso existencial. A fala também evidencia as barreiras de gênero presentes em outras manifestações culturais, especialmente em contextos religiosos onde o toque de tambores era historicamente restrito aos homens. Nesse sentido, a atuação das caixeiras mulheres afirma-se como gesto de resistência e

transformação, abrindo caminhos para novas possibilidades de participação feminina.

A entrevista avança ao destacar a importância das mestras da cultura popular nesse processo formativo, com ênfase na figura de Dona Celeste, da Casa das Minas (o mais antigo terreiro de Tambor de Mina de São Luís, no Maranhão), que acolhe e legitima o trabalho desenvolvido em Campinas. Esse reconhecimento simbólico - expresso ao nomear Cristina como Caixeira Régia - representa não apenas uma validação, mas também a transmissão de uma responsabilidade: dar continuidade à tradição e fortalecer a presença do Divino em seu território.

Nesse ponto, emerge um elemento central, a bandeira do Divino. A partir das conversas com sua mestra, Cristina revela o impacto de compreender a dimensão e a complexidade da Festa do Divino - rica em rituais, fundamentos e significados. Diante disso, surge inicialmente um sentimento de impossibilidade de realizar algo semelhante em Campinas. No entanto, a resposta da mestra desloca essa lógica: não seria uma decisão individual, mas um chamado conduzido pelo próprio Divino.

O processo de confecção da bandeira, iniciado por Dona Celeste, é interrompido com a sua morte. A Caixeira-Mor, que se torna régia naquele momento, reconhece a intenção da mestra e providencia uma nova bandeira para ser levada a Campinas. É a partir desse gesto que se consolida uma força fundadora - a bandeira como elemento que inaugura e legitima a presença das caixeiras nesse território. Com isso, nasce um novo ciclo, marcado pela ampliação do grupo e pela consolidação de uma filosofia própria. O coletivo se estrutura a partir de um princípio fundamental: o nós. Não se trata de um grupo artístico voltado à performance ou à técnica, mas de um espaço de vivência, de ritualização e de aprofundamento na cultura popular; o aprendizado não se dá pela observação externa ou pela busca da perfeição, mas pela experiência direta, pela escuta do corpo e pela relação sensível com o tambor.

Cada participante desenvolve sua própria relação com

o instrumento, respeitando seu tempo, suas limitações e seus processos. Não há exclusão: quem chega pode participar, mesmo sem domínio técnico, pois o foco está na construção coletiva e no acolhimento. Esse modo de fazer se diferencia de outras tradições mais rígidas, reafirmando um compromisso com a inclusão e com a diversidade. O grupo é composto por mulheres de diferentes territórios, trajetórias e religiões - católicas, matriz africana, budistas - que convivem e compartilham um mesmo espaço ritual. Essa diversidade é entendida como fundamento da cultura de paz que orienta o coletivo.

A presença nos territórios por onde passa é acompanhada por uma postura de escuta e mediação: conversar com moradores, explicar as práticas, construir vínculos. Ao longo do tempo, essas ações transformam percepções e ampliam a aceitação, fortalecendo o pertencimento comunitário. A praça Durval Pattaro, em Barão Geraldo, Campinas, é o lugar das raízes, uma casa verde e em constante visitação onde acontece o Carnaval e o Arraial Junino. As manifestações realizadas, como as congadas e as festas do Divino, são compreendidas como expressões culturais carregadas de ancestralidade. Cada uma possui sua própria história, fundamentos e modos de fazer, que precisam ser vivenciados para serem compreendidos em profundidade.

O grupo também desenvolve ações formativas e festivas, como festas juninas e cortejos, envolvendo crianças, famílias e outros coletivos culturais. Essas iniciativas ampliam o alcance do trabalho e garantem a continuidade das tradições, formando novas gerações dentro desse universo simbólico. No campo da sustentabilidade, a conversa evidencia os desafios enfrentados. Durante muitos anos, as atividades foram realizadas de forma autônoma, com recursos próprios e estratégias coletivas de arrecadação. Mais recentemente, o grupo passou a acessar apoios institucionais, ainda que de forma pontual e instável, revelando as tensões e contradições das políticas públicas de cultura.

Uma reflexão crítica sobre a relação com o Estado e os mecanismos de financiamento se faz durante o diálogo. Reconhece-

se a necessidade de acessar esses recursos como forma de garantir maior estabilidade na continuidade das ações. A ausência de uma sede própria, as dificuldades de acesso a editais e políticas públicas, os entraves burocráticos e as limitações institucionais colocam o coletivo em permanente estado de criação e resistência. Ainda assim, seguem atuando em rede, fortalecendo parcerias e reivindicando reconhecimento - muitas vezes já legitimado na prática, mesmo sem formalização.

O coletivo das caixeiras revela sua força também nos números de participantes, que variam conforme os contextos e celebrações. Festas maiores, como o Divino ou o carnaval, podem reunir dezenas e até mais de uma centena de mulheres; em outras ocasiões, o grupo se reorganiza de forma mais fluida, respeitando o princípio da participação espontânea. Essa liberdade é parte essencial do que sustenta o coletivo, cada uma chega no seu tempo, com sua disponibilidade, com seu desejo de estar.

Mais do que números, o que se destaca é a capacidade de acolhimento. Há espaço para quem domina o instrumento e para quem está começando, para quem busca o sagrado e para quem se conecta mais com o profano, para quem participa sempre ou esporadicamente. O importante é a experiência compartilhada, estar junto, tocar, celebrar, sentir-se parte.

A conversa também evidencia um ponto central: a cultura popular não se encaixa facilmente em formatos rígidos ou espetacularizados. Sua força está no território, no tempo próprio das coisas, na presença viva das pessoas, na mistura entre arte e vida. Levar essa experiência para outros contextos, como palcos e festivais, é sempre um desafio que exige tradução, adaptação e cuidado para não perder sua essência.

O convite para integrar o Festival Artes pela Paz chega às Caixeiras como alegria e movimento de reorganização. O desafio se coloca no equilíbrio entre a espontaneidade do coletivo e as demandas de um formato mais estruturado, envolvendo ensaios, formações e alinhamentos necessários ao processo. Ainda assim, o que se destaca é o entusiasmo que atravessa o grupo. A participação

no festival mobiliza sentidos já presentes na trajetória das Caixeiras e reafirma o desejo de paz como prática cotidiana construída nas relações, nas famílias, nos territórios e nas diferenças que compõem o coletivo. Mais do que uma apresentação, o festival se configura como espaço de encontro entre linguagens, histórias e pessoas. Um campo de convivência onde a cultura viva se expressa em presença, e onde cada gesto, o toque da caixa, o canto, o passo participa de uma mesma experiência compartilhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como quem chega devagar e, sem aviso, já está dentro, um espanto manso atravessa o corpo, um brilho se troca no olhar, um *você viu?* que não busca resposta, apenas partilha.

Terra nas mãos, horta brotando, gestos simples sustentando mundos e, quase sem perceber, a conversa deixa de ser conversa e se torna travessia, um tempo em que tudo acontece junto e ainda assim algo se organiza por dentro. Há lugares em que tudo se dispersa, ali não, ali há encontro, e é nesse espaço que a escuta se abre para quem chega com tambor no peito, com história nos passos, com um som que parece antigo e ao mesmo tempo nascendo no aqui e agora. Nada foi apenas plano, foi afeto que juntou, um gesto aqui, outro ali, e quando se vê já é coletivo, cresce, se espalha, chama, vira roda, caminho e passagem para outras.

Mulheres, mãos que tocam caixas que um dia não lhes foram permitidas, mas que sempre lhes pertenceram, agora soam graves, firmes, vivas. Há também o invisível, não como mistério distante, mas como presença que atravessa o corpo, um arrepio entre um toque e outro, espiritualidades que se cruzam em fé, dúvida, terreiro, igreja e rua, sem precisar se excluir. Mestras seguem presentes mesmo depois da ausência, bandeiras continuam em outras mãos, porque certas coisas não se decidem, se respondem, e nunca sozinhas. Nada disso se faz como espetáculo, é vida em curso, escuta em prática, presença que não

exige forma única. Cada uma no seu tempo, no seu jeito, no seu passo, um *nós que respira*.

Diversas, diferentes e ainda assim juntas, porque paz se faz com escolha cotidiana de permanecer e sustentar o encontro. A caixa segue por praça, igreja, universidade e rua, chega devagar, permanece, abre conversa, o estranho vai se tornando conhecido e o conhecido vai se tornando casa. Quando o festival se aproxima, a pergunta aparece junto, como atravessar sem se perder, e a resposta não vem como fórmula: vem como gesto, levar consigo o que já é cuidado, afeto e presença. Porque no fim fica isso, nunca é uma só, é sempre nós.



*Foi afeto que juntou,
um gesto aqui, outro ali,
e quando se vê já é coletivo*

CAIXEIRAS DAS NASCENTES



Fotografia: Mário Miranda

*O marco regulatório da Casa
é o conceito de Nós, oposto ao conceito de Eu,
nossa vida, nossa terra, nossas crianças*

CASA DE CULTURA TAINÃ



4.8. CASA DE CULTURA TAINÃ

A Casa de Cultura Tainã é uma iniciativa de atuação sociocultural e artística que preza pelo desenvolvimento humano em sua integralidade. Sem fins lucrativos, foi fundada em 1989. Desenvolve ações no campo da cultura, tecnologia e comunicação, atuando em comunidades quilombolas, territórios tradicionais e meios urbanos. Sua sede é um centro de resistência, celebração e aprendizado que oferece uma imersão profunda em arte, história e tradições. De origem Tupi-Guarani, o nome Tainã significa caminho das estrelas. Em reverência à cultura afro-indígena, a casa tem no instrumento tambor a sua referência máxima. A entrevista aconteceu no local.

ENTREVISTADO

TC Silva - Idealizador e coordenador da Casa de Cultura Tainã e da Rede Mocambos. Atuante no Movimento Negro Unificado desde 1972, fundou o Grupo de Teatro Evolução e a Escola de Samba Rosa de Prata, iniciativas que fortaleceram a identidade negra, a cultura popular e a luta antirracista. Ao longo de sua trajetória, TC Silva desenvolve reflexões e práticas sobre tecnologia da informação a partir da perspectiva de território, articulando a criação e utilização de datacenters comunitários e ferramentas livres para fomentar autonomia, autogestão e comunicação entre quilombos, aldeias, periferias e outros espaços de resistência.

APRESENTAÇÃO

A Casa vive e preserva a cultura ancestral de matriz africana. Promove ações integradas de cunho artístico, educacional, ambiental e sociocultural. Tem amplo histórico de atuação em

rede via software livre e tecnologia da informação. Afirma a soberania digital (apropriação tecnológica acima da mera inclusão digital), a preservação da memória e o desenvolvimento cultural nos territórios. Suas principais linhas de atuação são o acesso à informação e às tecnologias digitais, livres e autônomas; a defesa do exercício pleno da cidadania e da democracia e o combate ao racismo, à intolerância religiosa e as desigualdades estruturais. A cultura de paz está no cerne da existência da casa, atravessando todas as suas ações. Atualmente, reivindica o aporte de recursos estatais para a Pesquisa de Extensão Comunitária e a Apropriação Tecnológica como formas de reconhecimento das comunidades como locais de geração de saberes e construção de autonomias.

TC Silva apresenta, como marco regulatório da casa, o conceito de Nós em oposição ao conceito de Eu: nossa terra, nossa casa, nossa cultura, nossa vida, nossas crianças. TC foi pioneiro no Brasil na introdução e fabricação dos tambores de aço (*steel pan*), instrumento originário das comunidades negras de Trinidad e Tobago. A Casa de Cultura Tainã e a Rede Mocambos promovem tecnologias descentralizadas, redes autônomas e ferramentas livres como alternativas à dependência das grandes plataformas digitais e à hegemonia das *Big Techs*. A Rede Mocambos articula, por meio do mapeamento e georreferenciamento, mais de 300 comunidades dentro e fora do Brasil, fortalecendo a circulação de saberes, a memória coletiva e as formas comunitárias de gestão.

SEMENTES

Tem gente que deixa aqui
sementes feitas da própria carne.
Tem gente que deixa aqui
sementes feitas de cores, sons e palavras.
Duas formas de criar,
complementares.
Constante germinar.

Karen Kazue Kawana

RELATO DE CAMPO

A longa conversa trouxe reflexões sobre cultura, tecnologia, políticas públicas, território, cultura viva, justiça social e cultura de paz. TC relembra conexões construídas desde os anos 2000 com redes internacionais de tecnologia e cultura digital, citando encontros com ativistas e comunidades ligadas à apropriação tecnológica e à inclusão digital. Sua crítica central é de que o Brasil perdeu a oportunidade de desenvolver políticas públicas voltadas à soberania tecnológica e ao desenvolvimento humano, limitando-se a uma inclusão digital superficial, baseada apenas no consumo de plataformas como TikTok, WhatsApp e grandes empresas globais. Há uma crítica ao domínio das *Big Techs* e à ausência de autonomia tecnológica e cultural.

Abordou-se a necessidade de construir caminhos próprios no Brasil, valorizando experiências comunitárias, territórios e culturas populares. Políticas culturais baseadas exclusivamente em editais e repasses emergenciais de recursos são questionáveis. Geram dependência, competição e esvaziamento político. Precisamos de políticas estruturantes, capazes de fortalecer coletivamente os territórios, as redes culturais e os vínculos comunitários. Modelos convencionais de produção e distribuição não geram autonomia nem vínculos reais, pois as pessoas não sabem quem, por exemplo, produziu os alimentos que consomem, quem os transportou ou quais relações sociais estão envolvidas no processo.

No tocante ao Festival Artes pela Paz, TC observa que as culturas negras, indígenas e populares sempre foram culturas de paz em sua essência. Defende que manifestações como capoeira, maracatu, samba, jongos, candomblé e rodas comunitárias nunca existiram para violar direitos, mas para fortalecer vínculos, espiritualidade, pertencimento e resistência coletiva. Critica o risco de essas práticas serem institucionalizadas ou reduzidas a produtos culturais desconectados de seus territórios de origem.

Há também um debate sobre outras cidades que, em décadas anteriores, desenvolveram políticas culturais e sociais reconhecidas nacionalmente. São citados exemplos de centros culturais de bairro, programas de habitação, redução da violência e experiências de cultura viva que perderam força ao longo do tempo. Muitos desses projetos desapareceram porque não se enraizaram suficientemente no território ou porque dependiam exclusivamente de gestões específicas e não da organização coletiva da sociedade. Outro eixo importante da conversa é a valorização da cultura comunitária produzida fora dos circuitos oficiais. TC mostra registros de ações culturais realizadas nos territórios como a lavagem de escadarias, rodas culturais, oficinas, ações comunitárias, cortejos, encontros e atividades educativas, ressaltando que muitas dessas iniciativas não aparecem nas redes institucionais nem recebem reconhecimento público, apesar do grande impacto social e comunitário.

O debate se aprofunda na defesa de uma política cultural baseada em reconhecimento, dignidade e fortalecimento territorial, e não apenas em financiamento pontual. A conversa reafirma a necessidade de processos coletivos de escuta, participação e construção política enraizados nos territórios, valorizando saberes ancestrais, redes comunitárias e experiências culturais já existentes como caminhos concretos para o bem viver e para uma verdadeira cultura de paz. TC ainda abordou as formas contemporâneas de controle político, econômico e cultural, afirmando que há interesses internacionais e mecanismos de poder que condicionam comportamentos, financiamentos e modos de vida. Segundo ele, existe uma lógica que busca determinar como você vai trabalhar para mim e moldar escolhas, inclusive no campo da cultura. Nesse contexto, destacou que muitos coletivos culturais acabam resistindo justamente por não se dobrarem a essas imposições. Disse que o coletivo Tainã nunca se enxergou apenas como um Ponto de Cultura isolado, mas como uma experiência contínua de resistência, existência e construção coletiva.

TC comentou que, desde o período da ditadura, já existiam experiências de uma atuação conectada nacionalmente, mesmo sem recursos tecnológicos. Recordou que documentos produzidos pelos órgãos de repressão registravam nomes, trajetos e relações de militantes e artistas ligados ao movimento negro, revelando como essas redes eram monitoradas pelo Estado. Citou o Grupo de Teatro Evolução como uma das articulações mais importantes nesse processo de reorganização do movimento negro brasileiro nos anos 1970. Apresentou registros antigos do projeto Tainã, mencionando laboratórios interativos, rádio comunitária, audiovisual culinária, futebol e televisão comunitária. Explicou que as atividades aconteciam articuladas à vida do bairro e às necessidades do território. Segundo ele, o coletivo sempre trabalhou de forma descentralizada, criando conexões entre comunidades de várias regiões do país, formando uma “rota do afeto”, construída por vínculos humanos, acolhimento e solidariedade. Comentou que pessoas percorrem o Brasil conectando pontos dessa rede, passando por comunidades do Sul ao Norte do país.

Em seguida, aprofundou uma reflexão sobre ancestralidade africana, coletividade e pertencimento. Disse que, na cosmovisão africana, “casa” não significa apenas moradia, mas território coletivo de cuidado, ancestralidade e identidade. Afirmou que a modernidade sequestrou as pessoas dessas referências comunitárias, afastando-as de suas raízes, de suas histórias e de suas formas tradicionais de viver. Relacionou essa desconexão às consequências do colonialismo, do racismo e da lógica mercantil contemporânea.

Nesse contexto, recordou a canção América Negra, escrita nos anos 1970, durante o período da ditadura militar. Explicou que a música fala da travessia forçada de africanos escravizados, da violência da escravidão e da resistência histórica da população negra. Recitou trechos da composição, que evocam a perda da família, da terra, da liberdade e da cultura, mas também afirmam a permanência da luta e da memória. Citou o golpe político recente

no Brasil e disse que houve pouca reação organizada da sociedade. Criticou as instituições acadêmicas por reproduzirem modelos eurocêntricos e coloniais, desconectados da realidade indígena e afro-brasileira que constitui a maior parte da população brasileira.

TC afirmou que as teorias raciais e a biologia da branquitude sustentam o racismo estrutural brasileiro. Também apontou o genocídio indígena e comparou essa violência histórica às guerras contemporâneas e às imagens de destruição vistas hoje em países como Palestina e Irã. Observou que a sociedade muitas vezes naturaliza essas tragédias porque não vê concretamente os corpos destruídos e o sofrimento humano. Relatou experiências em viagens aos Estados Unidos e Canadá, dizendo ter visto cenários de profunda degradação humana, pessoas adoecidas, dependentes químicos e comunidades destruídas. Criticou o modo de vida baseado em consumo excessivo, alimentos industrializados e hiperestimulação tecnológica. Segundo ele, há uma epidemia de adoecimento mental em curso e isso deveria ser tratado como questão de saúde pública. Defendeu a criação de políticas públicas de acesso comunitário à tecnologia, recursos universitários, bolsas, equipamentos e formação continuada nos territórios. Argumentou que coletivos culturais e comunitários já realizam trabalhos que muitas vezes substituem funções do próprio Estado e deveriam ser reconhecidos e fortalecidos institucionalmente. Frisou que as pessoas costumam enxergar ações culturais apenas como projetos isolados, sem compreender a dimensão histórica e política das redes construídas ao longo do tempo: a trajetória da rede Tainá envolve décadas de articulações

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Casa de Cultura Tainã, antenas, tambores, equipamentos eletrônicos e baobás compõem uma mesma paisagem viva. Na Rota dos Baobás, desenha-se uma travessia contínua de construção de soberania, pertencimento e comunidade diante das formas contemporâneas de controle e apagamento. Tecnologia

não pode ser reduzida à mera ferramenta. Seu uso é uma prática política e territorial. Dos laboratórios de cultura digital às rádios comunitárias, das redes colaborativas às experiências com software livre, o eixo sempre foi autonomia. A crítica é direta: plataformas digitais concentram dados, organizam desejos, capturam atenção e convertem a vida em circulação mercantil. Sob a promessa de democratização, instauram novas camadas de colonização simbólica.

A Rota dos Baobás é uma rede em movimento que atravessa cidades, escolas, terreiros, praças e centros culturais. Cortejos, encontros, lavagens simbólicas, oficinas, música e escutas coletivas reorganizam a experiência urbana como território vivido. Os baobás marcam essa paisagem como árvores-testemunha, guardiãs de uma memória negra frequentemente silenciada. Em torno deles, comunidades se reúnem não apenas para celebrar, mas para reafirmar presença e continuidade. A Rota integra crianças, educadores, artistas, mestres populares e moradores em uma pedagogia viva do território, onde arte, política, memória e cotidiano não se separam. E nessa costura entre tecnologia e ancestralidade, emerge a compreensão de que a cultura de paz já existia antes de virar conceito institucional. Ela sempre esteve nas rodas de capoeira, nos sambas, quintais e terreiros, cozinhas coletivas, festas de rua, redes de cuidado, na oralidade, nas práticas culturais negras e periféricas que historicamente sustentaram convivência e pertencimento mesmo sob violência estrutural, racismo e abandono estatal.

A legitimidade para definir *paz* não está institucionalizada. Segue viva uma pedagogia do encontro, uma tecnologia do afeto capaz de produzir futuro sem romper com a memória.

4.9. INSTITUTO ANELO

O Instituto Anelo é uma associação civil sem fins lucrativos localizada em Campinas que oferece aulas gratuitas de música para a comunidade. Fundada oficialmente no ano 2000, no distrito do Campo Grande (bairro Jardim Florence I), a instituição nasceu a partir de um projeto iniciado em 1996 por jovens liderados por Luccas Soares. A entrevista aconteceu no local.

ENTREVISTADOS

Elaine Oliveira - É jornalista, produtora e facilitadora de oficinas de produção cultural no Anelo. Atua há 15 anos no terceiro setor, desde 2021 coordena a frente de Comunicação Institucional no Anelo.

Luccas Soares - Natural de Campinas (SP). O pianista, acordeonista, cantor e compositor Luccas Soares estudou música no Conservatório Dramático e Musical Dr. Carlos de Campos, em Tatuí, e no Conservatório Souza Lima, em São Paulo. Em 2000, fundou o Instituto Anelo, que desde então oferece aulas gratuitas de música no distrito do Campo Grande, em Campinas, e onde hoje atua como coordenador geral. Responsável pelo intercâmbio entre o Instituto Anelo e os seguintes festivais internacionais: Arcevia Jazz Feast, na Itália, parceiro da instituição desde 2015, e o Standard Bank Jazz Festival, na África do Sul, onde também se apresentou. Foi palestrante do TEDx Campinas em 2019. Em 2025 foi até a China representar o Anelo em um intercâmbio pedagógico na Juilliard School, na cidade de Tianjin.

APRESENTAÇÃO

A visita ao Instituto Anelo permitiu compreender os

desafios e os impactos do trabalho desenvolvido por organizações sociais em territórios periféricos. Na chegada, Luccas Soares apresentou o espaço e nos situou sobre a trajetória da instituição. Na sequência, Elaine Oliveira aprofundou a conversa ao destacar as principais dificuldades enfrentadas pelo terceiro setor, especialmente no que se refere à captação de recursos e à baixa cultura de doação no Brasil. Segundo ela, áreas como cultura, educação e desenvolvimento comunitário ainda recebem menos apoio estruturado, o que exige a constante articulação de editais e parcerias para a manutenção dos projetos. O Instituto Anelo desenvolve oficinas, apresentações artísticas e ações de formação voltadas para crianças, jovens e adultos da comunidade, promovendo fortalecimento identitário, pertencimento e inclusão social. Constitui-se também como ambiente de convivência e acolhimento.

A organização mantém ainda parcerias nacionais e internacionais para financiamento de projetos culturais e ambientais. A visita permitiu concluir que o trabalho realizado pela instituição ultrapassa práticas assistencialistas, consolidando-se como espaço de acolhimento, formação cultural e transformação social por meio da arte e da experiência coletiva.

RELATO DE CAMPO

Trata-se de um projeto sólido de cidadania, de cultura de paz e de promoção do bem comum. Enquanto tocava músicas no estúdio ao lado de seus filhos gêmeos (um dos quais, autista, começou a verbalizar aos cinco anos de idade por meio da musicalização), Luccas compartilhava memórias de sua própria caminhada. Afirmou: Eu, que só queria existir, percebi que a música também iria me fazer resistir a tanta desigualdade ao redor. A música aparece, então, como linguagem de afeto, resistência e pertencimento. Na prática, o Instituto Anelo materializa valores profundamente alinhados à cultura de paz: respeito à dignidade humana, combate às violências, fortalecimento

da escuta, valorização da diversidade e compromisso com o desenvolvimento comunitário. Ao longo da visita foi possível acompanhar experiências profundas sobre os desafios estruturais, financeiros, culturais e simbólicos enfrentados por organizações sociais periféricas no Brasil.

Segundo Elaine Oliveira, diferentemente de outros países onde existe uma cultura mais consolidada de doação, no Brasil ainda há pouca regularidade nas contribuições e uma baixa compreensão coletiva sobre a importância da manutenção contínua de projetos comunitários e culturais. Ela observa que causas emergenciais, como desastres naturais, costumam sensibilizar mais rapidamente a sociedade, enquanto iniciativas ligadas à cultura, educação, juventude, população negra e periférica, LGBTQIAPN+, idosos, meio ambiente e desenvolvimento comunitário permanecem em segundo plano. Outra característica estrutural do terceiro setor: o público atendido, em sua maioria, não possui condições financeiras de sustentar economicamente os projetos. Assim, a organização precisa buscar recursos externos, editais, empresas parceiras e estratégias de sensibilização pública. A equipe relata esforços para ampliar campanhas e aproximar o projeto de espaços onde circulam pessoas com maior poder aquisitivo, buscando também conscientizar sobre mecanismos como doação via imposto de renda.

Outro ponto recorrente na conversa é a compreensão de que a sustentabilidade da organização não se limita ao financiamento de grandes projetos, mas envolve a manutenção cotidiana do espaço. Elaine aponta as mudanças trazidas pela digitalização das relações de consumo e doações, observando que ferramentas como o PIX facilitaram contribuições rápidas, mas reduziram práticas anteriores de doação mais contínua e concreta, como o uso de dinheiro físico e campanhas presenciais.

Durante a caminhada pelo território, a conversa desloca-se para questões ambientais, urbanísticas e históricas da região. A entrevistada relembra transformações ocorridas no bairro, antes marcado por áreas verdes e plantações de eucalipto,

hoje substituídas pelo crescimento urbano acelerado e pela verticalização. Ela destaca impactos ambientais como o aumento do calor, a redução da umidade e alterações na paisagem. Também menciona a ausência de regularização fundiária em parte das moradias e a falta de investimentos públicos adequados. Ao abordar a educação pública, a entrevistada relembra sua experiência em uma escola estadual construída na década de 1980: um modelo de qualidade educacional. Segundo ela, atualmente muitas escolas assumem uma aparência mais rígida e fechada, semelhante a espaços de contenção, revelando o enfraquecimento das políticas educacionais e do ambiente escolar como espaço de convivência. Elaine expõe a importância da representatividade negra em espaços de comunicação, arte e mídia, especialmente para as crianças da comunidade. Ela relata que, historicamente, pessoas negras apareciam nos meios de comunicação associadas à criminalidade ou a papéis subalternizados. Nesse contexto, o trabalho cultural desenvolvido pela organização busca produzir outras referências possíveis de identidade, autoestima e pertencimento.

A organização apresentou seus coletivos e atividades culturais. Uma das jovens integrantes participará de atividades na Itália; outro educador encontrava-se na China no período da conversa. A memória institucional aparece preservada em fotografias, registros e narrativas sobre antigos alunos, músicos e atividades realizadas ao longo dos anos. O espaço físico, embora simples, é valorizado justamente por manter proximidade e identificação com a comunidade.

A interlocutora também apresenta parcerias estabelecidas com empresas e organizações internacionais, especialmente por meio de projetos ligados à sustentabilidade ambiental, produção musical e responsabilidade social corporativa. Um exemplo citado é a parceria com a empresa Flex, responsável pelo financiamento de projetos culturais e ambientais.

A visita permitiu compreender que o trabalho desenvolvido ultrapassa completamente a lógica assistencialista,

consolidando-se como prática contínua de reconstrução simbólica, fortalecimento comunitário e produção de futuros possíveis a partir da cultura e da experiência coletiva. Ao longo do tempo, o Anelo também amplia seus horizontes para além do território local, estabelecendo intercâmbios culturais na Itália, África do Sul e China. Essas conexões não rompem com a origem, ao contrário, retornam como reforço do que foi construído na base, no cotidiano do território. No centro de tudo permanece a mesma lógica, a música como prática de vínculo, educação e modificação cotidiana. Um espaço onde aprender é também pertencer, e onde a vida, aos poucos, se reorganiza em forma de canção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer manhãs

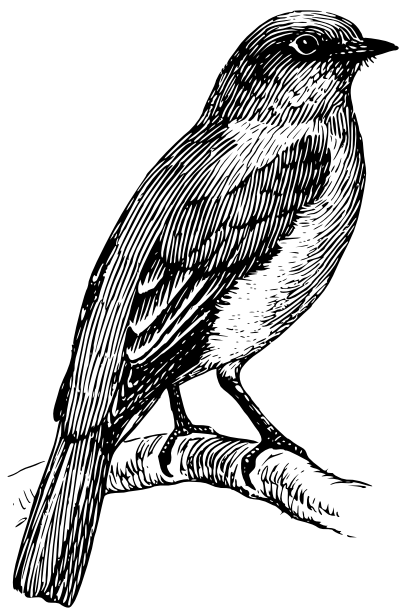
A conversa acontece entre vozes, instrumentos e crianças em circulação, a música se impõe menos como produto e mais como linguagem de convivência. Surge no gesto cotidiano, na escuta partilhada, no aprendizado que não separa vida e criação. A presença da música organiza encontros e aproxima diferenças. No espaço, jovens contam o tempo da música, instrumentos passam de mão em mão, e a arte se mistura ao ritmo da vida.

O que se revela não é apenas um ambiente de formação musical, mas um campo de vínculos, onde a experiência coletiva se torna central. Em muitas situações, especialmente com infâncias periféricas e pessoas no espectro autista, a música opera como ponte sensível para o mundo.

Terras antes desvalorizadas se tornam espaço de moradia popular, a vida se organiza entre limites e possibilidades. Com as migrações chegam também repertórios culturais diversos. Sanfonas, ritmos populares, memórias rurais, sotaques e modos de vida se misturam no cotidiano. A oralidade mantém viva a continuidade dessas histórias. O projeto nasce no útero da comunidade, primeiro em espaços pequenos e improvisados,

sustentados por esforço coletivo e voluntariado. Não se trata de intervenção externa, mas de uma resposta enraizada no próprio território. A comunidade reconhece ali algo de si.

O tempo passa e a prática musical se amplia para além da formação técnica - passa a ser compreendida como ferramenta de cidadania, convivência e fortalecimento comunitário. O foco se desloca da profissionalização isolada para a construção de pessoas e de relações. O cotidiano revela esse movimento em pequenas cenas. Crianças que desejam permanecer no espaço, famílias que acompanham e participam do processo. A experiência se constrói na continuidade, não no evento isolado. Presenciar esse acontecimento é uma dádiva. Quando o crescimento urbano gera desigualdades, impactos ambientais e apagamentos históricos, a cultura assume a função de memória. A música opera como tecnologia de transmissão cultural, guarda trajetórias, deslocamentos e ancestralidades, mantém vivas histórias que atravessam gerações. Ao mesmo tempo, reorganiza o presente ao permitir que a comunidade se reconheça e se represente. A periferia ocupa espaços de criação e circulação, rompe imaginários historicamente restritos, afirma a sua potência. Nesse processo, a comunidade passa a narrar a si mesma. A música se torna forma de contar a própria história. A música, nesse percurso, é linguagem de existência, presença que organiza encontros, sustenta vínculos e abre possibilidades de futuro a partir do território.



*A música é linguagem de existência,
presença que organiza encontros,
que sustenta vínculos e possibilidades de futuro*

INSTITUTO ANELO



Fotografia: Cláudio Alvim

*Nossa casa não se estrutura em torno de um nome,
mas de um modo de vida compartilhado
que não exclui o que é diferente*

CASA DE CULTURA AQUARELA



Fotografia: Julia Magalhães

4.10. CASA DE CULTURA E PONTÃO AQUARELA

A Casa de Cultura Aquarela é como um marco da arte, da educação e da transformação social em Campinas. Fundada em 1989, nasce do desejo coletivo de criar um espaço de encontro entre diferentes expressões artísticas e identitárias - um território livre de criação, convivência e memória. A instituição é reconhecida como Pontão de Cultura temático em Cultura Preta, Cultura LGBTQIA+, Teatro e Contação de Histórias. A entrevista aconteceu no local.

ENTREVISTADO

Marcos Brytto - É diretor teatral, educador e presidente da Casa de Cultura Aquarela, coordenador geral do Pontão de Cultura, atuando há mais de 38 anos no campo das artes, da educação e da cultura comunitária. Com ampla trajetória na direção artística, já assinou mais de 30 espetáculos. Sua atuação se estende à formação artística e à educação cultural em diferentes territórios, tendo lecionado em Secretarias de Cultura de municípios. Foi agente educativo da Fundação Municipal de Educação Comunitária de Campinas (FUMEC). Marcos coordenou o Programa de Criança da Petrobras até 2012 e desenvolveu o projeto Mãos e Criação, que percorreu mais de 280 escolas da região de Campinas. Atualmente, é diretor e coordenador da **UNVIDA** (Universidade da Vida) e idealizador da primeira **pós-graduação em Matriz Africana** dentro da Casa de Cultura Aquarela.

APRESENTAÇÃO

A trajetória de Marcos Brytto e da Casa de Cultura Aquarela constitui uma experiência histórica profundamente vinculada às origens do Programa Cultura Viva e à consolidação

das redes de cultura comunitária no Brasil. Nascida nos anos 1980 a partir da articulação entre uma cooperativa de costureiras e processos de alfabetização de adultos, a iniciativa emerge da escuta sensível das necessidades do território, especialmente da ausência de espaços de convivência e formação para crianças e jovens das periferias. O que começou de forma precária, entre máquinas de costura, garagens e salas improvisadas, transformou-se ao longo das décadas em um potente centro de criação artística, formação, articulação política e produção de conhecimento. Antes mesmo do reconhecimento institucional como Pontão de Cultura a experiência já operava como uma rede viva de mobilização comunitária, articulando arte, educação, memória e participação social. Sua trajetória dialoga diretamente com a formulação das políticas públicas de cultura viva no país, tornando-se referência para práticas de gestão cultural enraizadas nos territórios e comprometidas com processos coletivos de transformação social.

Campinas se destaca como cidade pioneira na construção do conceito dos Pontos de Cultura. Foi a partir da experiência das Casas de Cultura do município que, sob a gestão de Célio Turino à frente da Secretaria Municipal de Cultura, se estruturou a base conceitual que mais tarde daria origem ao Programa Cultura Viva em âmbito nacional. Esse percurso reforça a importância histórica da articulação entre gestão pública sensível às dinâmicas culturais do território e iniciativas comunitárias, evidenciando como políticas culturais podem emergir de experiências concretas já existentes, ampliando sua potência e alcance. Ao longo de sua expansão, especialmente a partir dos anos 2000, a Casa de Cultura Aquarela consolida-se como polo cultural ativo, integrando teatro, dança negra, capoeira, vogue, artes visuais, formação interdisciplinar e tecnologias sociais voltadas à convivência, ao pertencimento e à construção do bem comum.

A criação da UNIVIDA, Universidade Livre vinculada ao Ponto de Cultura, amplia essa dimensão formativa ao reunir arte, educação e práticas sociais em experiências que atraem participantes de diversas regiões do Brasil e da América Latina.

Cirandas, rodas de convivência, danças circulares, criação coletiva e processos artísticos comunitários configuram tecnologias sociais que fortalecem vínculos, promovem escuta, mediação de conflitos e reconhecimento das diversidades culturais. A experiência evidencia que os Pontos de Cultura são espaços estratégicos de produção de conhecimento, fortalecimento comunitário e invenção de futuros possíveis.

Essa trajetória revela não apenas a potência histórica e política da cultura, mas também sua capacidade de produzir metodologias replicáveis, redes de colaboração e ações de grande impacto coletivo. Em um contexto marcado por desigualdades e fragmentações sociais, a experiência reafirma a arte e a cultura como campos fundamentais para a construção de cidadania, memória, autonomia e cultura de paz.

RELATO DE CAMPO

O percurso da Casa de Cultura Aquarela remonta à atuação da mãe de Marcos Brytto como costureira e professora. Ela desenvolvia um processo de alfabetização de adultos inspirado na pedagogia de Paulo Freire, em articulação com o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização - fundação pública criada em 1967 em substituição ao Plano Nacional de Alfabetização proposto por Paulo Freire em 1964). Nesse cotidiano, as mesas de costura se transformavam, à noite, em espaço de aprendizagem para os trabalhadores da comunidade. Dessa experiência emergiu outra demanda: o cuidado com as crianças durante as atividades formativas dos adultos. Nesse contexto, o Projeto Recreio nas Férias surge como uma iniciativa que oferece atividades culturais e recreativas a milhares de crianças durante os períodos de recesso escolar, indicando um horizonte de formação cultural contínua e de maior alcance. A proposta foi articulada por Célio Turino a partir da identificação de uma lacuna nas políticas públicas voltadas à infância, em diálogo com a Secretaria de Cultura de Campinas e em referência às formulações do educador Carlos

Gomes da Costa. Mais tarde, ao assumir a Diretoria de Lazer no município de São Paulo, Turino estrutura e amplia o programa na capital. No mesmo percurso, participa da formulação de políticas como os Agentes Jovens de Lazer e o Programa Cultura Viva, experiências que ampliam o campo das ações culturais no país e fortalecem redes comunitárias de produção e circulação cultural. É nesse movimento que se desenha, de forma embrionária, a experiência da Casa de Cultura Aquarela, consolidando-se como um polo cultural periférico em construção contínua.

Com o tempo, essa prática ganha densidade e reconhecimento, tornando-se referência para a concepção dos Pontos de Cultura no âmbito do Programa Cultura Viva. Ao chegar ao Ministério da Cultura, Célio Turino leva essa vivência acumulada como base metodológica e política, contribuindo para a institucionalização de uma política pública nacional inspirada em práticas territoriais já existentes.

A consolidação da Casa de Cultura Aquarela ao longo dos anos ampliou seu escopo, com ênfase crescente nas artes da cena e nas expressões da cultura negra, especialmente teatro, dança, capoeira e artes visuais. A casa se expande física e simbolicamente, transformando a antiga sala de costura em sala de espetáculos, abrindo espaços de oficinas, estúdio, e se tornando referência para ensaios, formações, residências e processos artísticos contínuos. Essa expansão culmina na certificação como Pontão de Cultura - articulador de ações culturais e formativas em diferentes territórios.

Em 2008, o apoio institucional da Replan (Refinaria de Paulínia) fortalece a atuação com projetos voltados à infância, como as Colônias de Férias. Em 2009, a chegada de Suzana Montauriol aprofunda a dimensão pedagógica e formativa, estruturando o projeto Criança Levada a Sério, iniciativa que buscou rever o ato de educar por meio de uma metodologia construída e vivenciada por artistas e educadores em diálogo com o ambiente escolar. Desenvolvida como proposta de contraturno, a experiência integrava arte, escuta e convivência aos processos

de ensino e aprendizagem, valorizando as histórias de vida das crianças e contribuindo para a construção de suas identidades e sentidos de pertencimento.

Em 2012, esse processo se expande com a criação de uma pós-graduação reconhecida pelo MEC, dando origem a um núcleo formativo que se desdobra na UNIVIDA. A experiência passa a atrair participantes de diferentes regiões do Brasil e da América Latina, como Argentina, México e Uruguai.

Os cursos incorporam módulos específicos voltados às chamadas tecnologias de convivência e cultura de paz, que incluem práticas como cirandas, danças circulares, rodas de convivência e outras metodologias coletivas que promovem vínculos, escuta e cooperação. Essas práticas não são tratadas como conteúdos abstratos, mas como experiências vividas, integradas ao fazer artístico e educativo - o que fortalece sua potência transformadora. A experiência da UNIVIDA se apresenta como um caso exemplar dentro do campo dos Pontos de Cultura: uma iniciativa que articula arte, educação e cultura de paz de forma estruturada, contínua e com impacto ampliado.

O Festival de Cultura de Paz tem um significado especial. Ele não é apenas um evento, mas a continuidade de uma rede viva, que se reconecta, se reconhece e se projeta para o futuro. No diálogo com a rede do Programa Cultura Viva, emerge a necessidade de reconhecer, nomear e sistematizar práticas que já acontecem nos territórios como verdadeiras tecnologias de cultura de paz. Há um entendimento compartilhado de que a cultura de paz vai muito além de concepções superficiais ou estigmatizadas como a ideia de harmonia abstrata ou simbólica. Trata-se, na prática, de um conjunto de ações concretas.

Um dos relatos mais inspiradores do encontro foi a partilha sobre o espetáculo Atlântico Negro Kwanzaa, uma obra multilinguagem de artes integradas, concebida como celebração de ancestralidade, memória e criação coletiva. Inspirado no conto africano Os Sete Novelos, o espetáculo, criado e dirigido por Marcos Brytto e produzido pela Casa de Cultura Aquarela, reúne

atores, músicos e bailarinos negros em uma narrativa itinerante de resistência e identidade. O processo de criação é também formativo e comunitário, atravessado por diferentes linguagens como dança negra, percussão afro-brasileira, construção de máscaras, artes visuais e figurinos com referências africanas.

O encerramento do Festival (27/06/2026) foi concebido como uma ação de forte dimensão simbólica, territorial e participativa, articulando arte, cultura de paz e construção coletiva. A *Correnteza da Paz e Dança Circular* propôs uma experiência coletiva de arte, convivência e cultura de paz, reunindo coletivos culturais, estudantes de escolas públicas, músicos e atores em uma intervenção em formato de cortejo. A atividade culminou em uma dança circular com cerca de 200 crianças de escolas públicas.

A visita à Casa de Cultura Aquarela, em Campinas, proporcionou uma imersão sensível nas instalações “labirinto”, conduzindo-nos por lugares singulares, fantásticos e profundamente conectados à memória e à ancestralidade. Os cadernos apresentados reverenciam importantes referências culturais e comunitárias, como Mãe Isabel, Mestre Lumumba, Seu Dudu, Fazenda Roseira, Alessandra, Jongo Dito Ribeiro, Mestre Alceu, Teatro Experimental do Negro, Instituto Anelo e SINPRO. A construção dos livros com recortes revelou verdadeiros álbuns de memória, história, pertencimento e reconhecimento dos pontos de cultura do território, reafirmando a potência das narrativas coletivas e dos saberes compartilhados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um território que insiste em florescer

A Casa de Cultura Aquarela não nasce como instituição, mas como gesto. Numa garagem, uma mulher chamada Maria Oliveira costura a vida entre linhas, tecidos e o som contínuo da máquina de coser. Vinda da Chapada Diamantina (BA), traz consigo saberes de sobrevivência, cura e permanência. Ali, naquela casa, o

cotidiano já se organiza em coletivo antes mesmo de ter nome. Diferenças convivem, sem ruptura. Maria, de tradição adventista, não interrompe o caminho do filho, Marcos Brytto, quando ele reconhece sua espiritualidade nas matrizes afro-brasileiras.

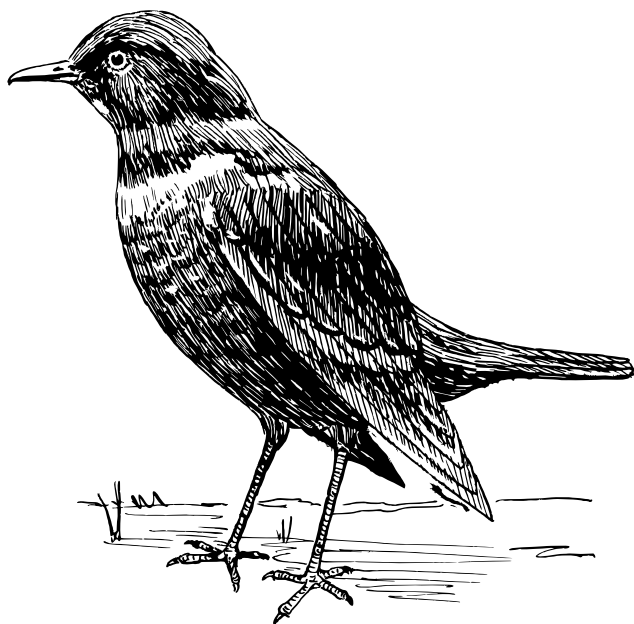
Instala-se, sem anúncio, uma pedagogia do convívio, onde o respeito não é discurso, mas prática diária. Uma cultura de paz vivida no modo de estar junto. E o chamado à alfabetização traz outra dinâmica para a casa: crianças circulando e tecidos em movimento, nasce uma experiência que ainda não tinha nome, mas já operava como tecnologia social. A casa deixa de ser apenas casa, a arte entra sem pedir licença e passa a organizar o espaço. Música, teatro e corpo atravessam o cotidiano, não como atividade acessória, mas como forma de vida.

Aos poucos, a garagem se amplia em labirinto vivo, onde salas viram palco, cozinhas viram assembleia, quartos viram abrigo de artistas, trabalhadores e estudantes. O crescimento, no entanto, não suaviza os desafios. A Aquarela atravessa os limites recorrentes das políticas culturais, editais instáveis, redes fragmentadas, dificuldades de sustentação contínua. Mesmo assim, mantém-se como ponto de articulação entre iniciativas periféricas, coletivos, quilombos urbanos e experiências independentes que raramente aparecem nos mapas oficiais, mas sustentam a cultura viva no cotidiano.

Dentro da casa, tudo se mistura em processo. Oficinas, ensaios, laboratórios de arte, colônias de férias e projetos com escolas convivem com práticas simples e fundamentais, cozinhar junto, acolher, resolver conflitos, permanecer. Em determinado momento, o reforço escolar cede lugar aos laboratórios de arte, numa escolha construída com escuta e pesquisa, em diálogo com referências como os educadores e pensadores Paulo Freire e César Nunes. A experiência aponta o que o território já reconhecia, a arte reorganiza o aprender e amplia as formas de existir no mundo.

A casa não se estrutura em torno de um nome, mas de um modo de vida compartilhado. Hoje, Pontão, articula redes, forma, conecta. Mas segue sendo, em essência, a mesma garagem

expandida onde tudo começa na relação. Um espaço onde cada chegada implica ancestralidade, invenção e memória. A Aquarela não é um modelo idealizado, é lugar real, atravessado por limites e cansaços, mas também por uma insistência contínua em transformar.



4.11. DANÇA CIRCULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL

A entrevista abordou a participação de representantes do corpo docente municipal no encerramento do Festival Artes pela Paz e aconteceu no Café Arte e Cultura (unidade Campos Elíseos).

ENTREVISTADAS

Edmara Gaudenci Marques - Licenciatura Plena em Educação Física desde 1998 (ESEF - Escola Superior de Educação física) de Jundiaí. Trabalhou até 2010 como professora de ginástica, musculação, hidroginástica e natação. Especialização em Educação física escolar em 2009 (Universidade Gama Filho). Especialização em Dança e consciência corporal em 2020 pela Universidade Estácio de Sá. Formação em Danças Circulares Sagradas em 2023 por Mairany Gabriel e Angelo Antoni. Professora de Educação física da Rede Municipal de Campinas desde 2002.

Jaqueline de Meira Bisse - Dançarina, Focalizadora de Danças Circulares Sagradas, Caixeira, *Carnavalesca*, encantada pela cultura popular. Licenciada em Educação Física (1999) e Bacharel em Recreação e Lazer (2002) pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora de educação física na Rede Municipal de Educação de Campinas desde 2000. Mestre em Educação pela UNICAMP (2008). Especialista em Desenvolvimento Integrativo do Ser, Faculdades Campos Elíseos (2012). Doutoranda do Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOED) - Faculdade de Educação - UNICAMP. Organizadora do livro Espaço e tempo na educação integral em Campinas: narrativas da EMEFEI Padre Francisco Silva (2020).

Mairany Gabriel - Artista plástica, professora de música e *focalizadora* de Danças Circulares Sagradas. É arteterapeuta

pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e terapeuta transpessoal pelo CLASI Campinas, além de mestra em Reiki. Atua há décadas unindo arte, autoconhecimento, espiritualidade e movimento em rodas meditativas. Foi contemplada em quatro prêmios da FUNARTE e Ministério da Cultura (MinC) nos anos 2008, 2009, 2010 e 2011. Integrou a coordenação da pós-graduação em Danças Circulares pela UNIPAZ Campinas em 2010.

APRESENTAÇÃO

O encontro com as professoras Edmara Gaudenci Marques e Jaqueline de Meira Bisse e com a mestre e focalizadora de danças circulares Mairany Gabriel aconteceu no Café Arte e Cultura, localizado no Jardim Novo Campos Elíseos, em Campinas (SP). A conversa se iniciou em torno do planejamento e da organização do evento de encerramento do Festival Artes pela Paz – programação que mobilizaria a participação de aproximadamente 150 crianças das escolas EMEFEI Padre Domingos Zatti e EMEF Padre Francisco Silva, em articulação com a Casa de Cultura e o Pontão Aquarela. As falas evidenciaram uma ampla rede de atores, parceiros, pontos de cultura e instituições públicas mobilizados em torno da promoção da cultura de paz e do bem viver na cidade de Campinas. As crianças compuseram um coro cênico e dançante que evocou a construção de um mundo mais habitável.

RELATO DE CAMPO

As entrevistadas relataram trajetórias já compartilhadas em projetos vinculados às danças circulares e à cultura de paz, especialmente em experiências de educação integral desenvolvidas no município de Campinas, demonstrando continuidade, vínculo e aprofundamento dessas práticas nos contextos educativos.

O festival Artes pela Paz, nesse contexto, tornou-se um espaço de reaproximação, reconstrução de redes e fortalecimento de laços afetivos e profissionais. Foi ressaltado que as políticas

públicas de direito, para além de sua dimensão institucional, criam possibilidades concretas de encontro, diálogo e convivência em um cenário social frequentemente atravessado pela violência, pela fragmentação e pelo isolamento.

Elas enfatizaram que a cultura de paz não significa ausência de conflitos ou uma postura passiva diante das tensões sociais. Pelo contrário, trata-se de uma prática que propõe enfrentar os conflitos por meio do diálogo, da escuta, do respeito e da convivência coletiva. Nesse sentido, o trabalho com as danças circulares nas escolas tem se mostrado uma importante ferramenta pedagógica e relacional.

O primeiro encontro entre as professoras ocorreu em 2011, no contexto escolar. Foi em 2014, durante a participação em um projeto piloto de educação integral da rede municipal de Campinas, desenvolvido na EMEF Padre Francisco Silva, que a parceria se fortaleceu. A escola, naquele período, buscava ampliar a formação humana dos estudantes por meio de uma proposta pedagógica pautada em uma matriz curricular mais integrada e menos hierarquizada. Nesse cenário, foram criadas oficinas interdisciplinares que favoreciam diferentes experiências formativas, entre elas as oficinas de danças circulares. Foi justamente nesse espaço de experimentação e construção coletiva que as duas professoras estreitaram seus vínculos profissionais e passaram a compartilhar práticas e reflexões em torno das danças circulares como recurso educativo.

Edmara contou que, inicialmente, não tinha experiência com danças circulares e que sua aproximação aconteceu a partir do trabalho conjunto com Jaqueline. Vinda de uma trajetória na educação física e em academias, encontrou nas danças um espaço de tranquilidade, acolhimento e reorganização emocional, tanto para si quanto para os estudantes. Posteriormente, buscou formação específica na área. Segundo ela, o desejo de aplicar esse conteúdo na escola sempre existiu, mas as exigências e a intensidade da rotina escolar muitas vezes dificultavam sua continuidade. As educadoras explicaram que a inserção das danças circulares no

currículo ocorreu dentro das aulas de educação física, articuladas à BNCC, especialmente com turmas do terceiro e quarto ano do ensino fundamental. O trabalho começou a ser estruturado de maneira mais sistemática a partir do convite para participação no festival, realizado por Mairany em meados de novembro de 2025. As professoras passaram a selecionar músicas, organizar ensaios e pensar como adaptar as propostas às realidades das escolas.

Seus relatos revelaram que as crianças responderam de forma muito positiva às atividades. As músicas e as danças passaram a fazer parte do cotidiano escolar, sendo cantadas espontaneamente nos corredores, no refeitório e em outros espaços da escola. As educadoras observaram que determinadas músicas, especialmente as mais tranquilas, produziam efeitos de acolhimento, concentração e calma entre os estudantes. Ao mesmo tempo, músicas mais vibrantes despertavam entusiasmo, energia e maior envolvimento corporal.

Outro aspecto destacado foi a modificação das relações interpessoais no ambiente escolar. As danças circulares estimularam o contato, o olhar, o toque respeitoso, o trabalho coletivo e a cooperação. As professoras relataram mudanças na forma como as crianças se relacionam, percebendo maior abertura ao abraço, ao cuidado mútuo e à convivência. Segundo elas, a própria organização circular rompe com a estrutura tradicional da escola.

Jaqueline ressaltou que sua experiência com dança antecede a atuação na escola pública. Participou, desde a infância, de festivais e projetos culturais ligados à dança em Campinas. Contudo, foi no contato com a realidade da periferia e da escola pública que compreendeu mais profundamente o potencial transformador das práticas artísticas. Ao trabalhar em territórios marcados por vulnerabilidades sociais, racismo estrutural e violações de direitos, percebeu na dança uma possibilidade concreta de reconstrução de vínculos, fortalecimento coletivo e resistência.

As diferenças entre os contextos escolares também foram

debatidas. Enquanto a Escola Padre Francisco Silva apresenta um território mais conectado a práticas culturais afro-brasileiras, à Casa de Cultura Tainã, ao samba, à capoeira e a iniciativas comunitárias, outras escolas enfrentam maior resistência por parte de famílias vinculadas a grupos religiosos conservadores. As professoras relataram situações em que pais questionaram conteúdos ligados à dança, à musicalidade ou a elementos culturais afro-brasileiros, demonstrando tensões presentes no cotidiano escolar.

Apesar dessas dificuldades e desafios, as educadoras afirmaram que seguem construindo caminhos de diálogo com as famílias e com a comunidade. Foram citadas estratégias como rodas de conversa, participação das famílias em atividades escolares, danças coletivas em festas e encontros, além de ações intersetoriais envolvendo saúde, assistência social e cultura. O objetivo é ampliar o senso de pertencimento nas famílias pela escola e fortalecer práticas comunitárias baseadas no cuidado, na escuta e no convívio.

Também foram compartilhadas preocupações práticas relacionadas à organização do festival, como transporte, alimentação, mobilização das famílias, adesão dos estudantes e participação de professores em atividades realizadas aos sábados. As participantes reconhecem os desafios logísticos e institucionais envolvidos, mas também destacam o entusiasmo das crianças e o impacto positivo do processo.

Ao longo da conversa, ficou evidente que o festival e as danças circulares extrapolam a dimensão artística ou performática. As ações são compreendidas pelas professoras como práticas pedagógicas, políticas e afetivas, capazes de produzir experiências de pertencimento, coletividade e cultura de paz dentro e fora da escola.

Em um segundo momento, a conversa aprofundou experiências afetivas, pedagógicas e organizacionais vividas pelas educadoras na preparação das crianças para o festival. Os relatos revelaram, com delicadeza e intensidade, o impacto humano

das danças circulares e das práticas de cultura de paz dentro do cotidiano escolar. Compartilharam episódios marcados pelo carinho e pela espontaneidade das crianças durante os ensaios e encontros. Elas demonstraram curiosidade sobre os artistas que apareciam nas gravações, faziam perguntas, comentavam sobre as músicas e reconheciam os participantes dos vídeos como referências próximas.

Mairany recordou sua atuação em escolas públicas periféricas, marcada por projetos de dança, artes populares e atividades criativas ligadas ao fazer manual e à educação artística. Contou experiências realizadas com estudantes em contextos de vulnerabilidade, nas quais utilizava materiais simples para ensinar matemática, produção artesanal e expressão corporal. As educadoras destacaram que cada turma possui dinâmicas muito próprias e que o processo exige constante adaptação. Houve momentos em que foi necessário interromper ensaios, reorganizar grupos ou lidar com dispersões e conflitos. Ainda assim, ressaltaram que as transformações observadas ao longo do tempo são significativas e acontecem de maneira gradual, respeitando o ritmo de cada criança.

A conversa também trouxe reflexões importantes sobre inclusão e educação especial. As professoras relataram experiências marcantes com estudantes autistas e crianças com diferentes necessidades de apoio. Um dos relatos mais emocionantes descreveu o caso de um aluno autista nível 3 que, anteriormente, apenas caminhava pela quadra durante os ensaios e não participava das atividades coletivas.

Com o tempo, através da dança e da construção de vínculos, ele passou a integrar coreografias em dupla e a acompanhar movimentos coletivos nas rodas. A educadora relatou que essa experiência modificou profundamente seu olhar sobre o estudante, revelando possibilidades que antes não eram percebidas.

As professoras apontaram que algumas turmas realizaram visita prévia ao espaço onde acontece o encerramento do festival.

Também visitaram a grande exposição que compõe a programação. Entre os objetivos da visita: apresentar às crianças a proporção do evento e a sua participação nele.

A dimensão artística do festival também foi abordada. Destacou-se a aproximação com a Casa de Cultura e Pontão Aquarela, cuja presença passou a inspirar e fortalecer a construção coletiva do encerramento do festival. A proposta foi sendo tecida de forma colaborativa, incorporando elementos que dialogam com a essência das danças circulares: o encontro, a partilha, a música, o movimento e a celebração da vida em comunidade.

Mencionou-se a importância da continuidade do projeto para além do festival, com uma organização que permita o trabalho regular de formação de professores, tempo de execução planejado, cuidados com a Educação Especial. Uma das participantes afirmou que gostaria que as danças circulares se tornassem uma prática permanente nas escolas. Segundo ela, experiências como essa exigem tempo, cuidado e preparação pedagógica, especialmente quando envolvem grandes grupos de crianças e ações coletivas de grande escala. O cuidado mútuo, a convivência cotidiana e o afeto compartilhado aparecem como parte fundamental da própria experiência da cultura de paz que o grupo busca construir e multiplicar através da arte, da educação e das danças circulares no ambiente escolar e fora dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da conversa, emergiram a complexidade do universo da escola pública, as demandas da educação inclusiva, as tensões presentes nas relações com famílias e comunidades e os limites impostos por diferentes visões de mundo. Entretanto, emergiu também a potência das iniciativas socioculturais e educacionais como instrumentos de fortalecimento de vínculos, construção coletiva e promoção da cultura de paz - mesmo diante de inúmeros desafios cotidianos.

As falas também dialogaram com as Diretrizes Curriculares

da Educação Física, nas quais a dança aparece como componente curricular legítimo, ainda que as apresentações artísticas nem sempre sejam compreendidas como parte desse processo pedagógico. O trabalho construído pelas educadoras evidencia justamente o contrário: a arte, a dança e o corpo em movimento como experiências formativas, afetivas e coletivas.

Entre memórias, preocupações logísticas e sonhos compartilhados para o encerramento do Festival Artes pela Paz, desenhou-se uma imagem recorrente: a de um grande mar simbólico sendo tecido por muitas mãos. As crianças, os educadores, os artistas e os parceiros compõem juntos essa tessitura coletiva, na qual flotilhas humanitárias, rodas, cantos e gestos tornam-se linguagem de paz. O trava-línguas de Elias José - guardado como surpresa para o público - atravessa esse imaginário poético como brincadeira, oralidade e celebração da infância. Dançar em círculo é reaprender a pertencer.

Palavras que Dançam em Roda

Entre versos, gestos e movimentos, esta poética nasce do encontro entre alguns dos poemas que fizeram parte da programação de abertura do Festival Artes pela Paz. Uma travessia onde palavras dançam, corpos narram e a paz deixa de ser apenas um tema para tornar-se experiência compartilhada. Cada roda formada, cada canto entoado e cada gesto oferecido ao outro transforma-se em um convite ao encontro, à escuta e à construção de vínculos, fazendo da arte um território de pertencimento e esperança. Território de sementeira sensível, de travessias e de permanências. Entre papéis, palavras, ensaios e silêncios, crianças, educadoras e artistas constroem um espaço onde a imaginação se torna linguagem de convivência e pertencimento.

Em “A canção do agora-ontem”, a travessia da floresta simboliza encontros que transformam. Fazer teto, acender fogo e desenhar “corredeira toda cantada” evocam a potência das relações educativas capazes de acolher, nomear e fazer nascer

novos sentidos para o mundo. A escola surge, assim, como espaço de abrigo e invenção, onde memórias e futuros caminham juntos.

(...) e sair dessa floresta
e entrar nessa floresta
fazer teto, acender fogo
ver no pouco muita coisa
foi assim que elas trocaram
de montanha e de vulcão
foi assim que desenharam
corredeira toda cantada
elas vão te dando nome
vão te fazendo nascer (...)

Ana Cláudia Romano Ribeiro

Já em “Força”, a paz não aparece como algo pronto ou distante, mas como movimento interno, construção cotidiana.

(...)
invasão carregando
a mensagem quando
há sonho aqui
dentro

Mariana Grandolpho

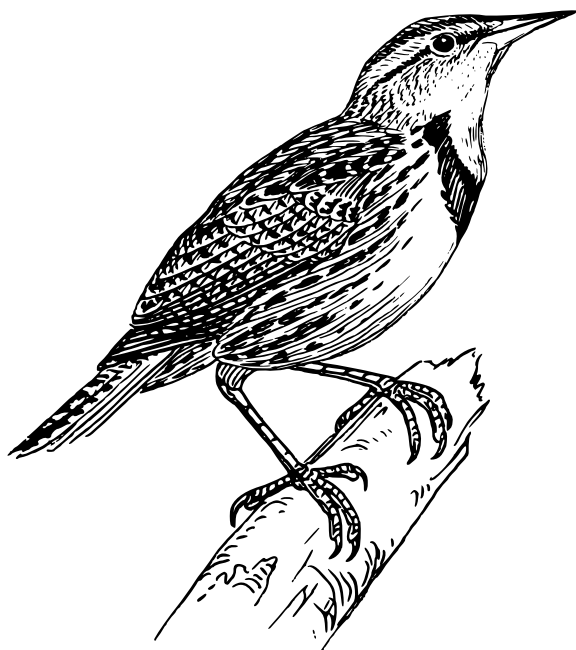
Entre poemas, danças, ensaios e processos coletivos, desenha-se uma pedagogia da delicadeza que compreende a arte como linguagem de transformação humana.

nesta viagem
levarei somente amor
nossa obra-prima
que antes da palavra
é pele e clima
(...)

e mudo
em mim
o mundo
eis tudo

Hamilton Faria

O que permanece ao final da experiência é a sensação de que há uma revoadada poética e dançante acontecendo dentro da escola. Uma revoadada feita de memórias, vozes, pequenos gestos, movimentos e criações coletivas que continuam a ecoar mesmo depois do encontro terminar, pois obtém respaldo nas diretrizes do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2026 (Lei nº 15.388, de 14 de abril), o qual incorpora a cultura de paz e a prevenção da violência na articulação entre educação, cultura e outras políticas públicas.



*As crianças estão vivendo em estado constante
de excesso de estímulos e informações,
a dança cria outro tipo de experiência corporal e relacional*

DANÇA CIRCULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL



Fotografia: Robson Almeida

*A ancestralidade não habita o passado,
ela caminha ao lado de quem chega,
convive, compartilha e celebra*

FAZENDA ROSEIRA / JONGO DITO RIBEIRO



4.12. FAZENDA ROSEIRA / JONGO DITO RIBEIRO

A Casa de Cultura Fazenda Roseira é uma conquista dos movimentos negro e popular. Uma referência agregadora da cultura afro-brasileira na cidade de Campinas. Trata-se de um casarão do final do século XIX que se tornou um equipamento público em 2007 por conta do loteamento da área da antiga Fazenda, e que, à beira da destruição e depredação, foi ocupado pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro e outros grupos, movimentos sociais e religiosos de matrizes africanas que já se organizavam em rede. O Jongo Dito Ribeiro, projeto formado em 2002 e que se tornou Ponto de Cultura, faz, desde 2008, a gestão da Casa. Articula atividades culturais e educativas que têm como eixos a cultura, a história, a mitologia e o meio ambiente em uma perspectiva afrobrasileira. Com base na **lei 10639/03, de implementação do estudo da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares** de todas as redes de ensino do país, desenvolve atividades direcionadas para alunos da rede básica de ensino e para a formação de profissionais da educação. O Jongo é uma manifestação afrobrasileira que vem dos escravizados, por volta do século XIX, nas fazendas cafeeiras, e que era usado principalmente como forma de comunicação. O nome da comunidade, Dito Ribeiro, é uma homenagem ao jongueiro **Benedito Ribeiro** (1905 - 1992). A entrevista aconteceu no local.

ENTREVISTADA

Alessandra Ribeiro - Formada em História e Doutora em Urbanismo pela PUC, é especialista em temas associados à matriz africana, memória e representação. Ela também é gestora cultural da Casa de Cultura Fazenda Roseira, mãe de santo umbandista e consultora especializada em Estudos e Gestão Cultural de Matriz Africana e Patrimônio Cultural Imaterial.

APRESENTAÇÃO

A entrevista evidenciou a compreensão da Cultura de Paz como uma prática cotidiana de acolhimento, escuta e construção coletiva, materializada em atividades como rodas de jongo, celebrações, formações e roteiros comunitários. Também destaca os desafios relacionados à sustentabilidade financeira do espaço e reafirma a importância de valores como a ancestralidade, a cooperação e o princípio de *Sankofa* como fundamentos para a continuidade de suas ações. A trajetória da Casa de Cultura Fazenda Roseira revela como a arte e a cultura popular podem atuar como instrumentos de resistência, cuidado e transformação social, contribuindo para a construção de comunidades mais justas, solidárias e conectadas às suas raízes.

RELATO DE CAMPO

A Casa de Cultura Fazenda Roseira é um importante equipamento cultural e Ponto de Cultura da cidade de Campinas, fruto da mobilização do movimento negro, de grupos populares e de comunidades de matrizes africanas. Instalada em um casarão histórico do final do século XIX, a Fazenda Roseira tornou-se um espaço de preservação, valorização e difusão da cultura afro-brasileira, tendo sua gestão conduzida pela Associação Jongo Dito Ribeiro desde 2008.

Reconhecida como referência cultural e educativa, a Casa desenvolve ações voltadas à memória, à ancestralidade, à educação antirracista, ao meio ambiente e à promoção da cultura popular. Por meio de projetos, oficinas, celebrações, formações e eventos comunitários, fortalece o diálogo entre tradição, identidade e participação social. A Fazenda Roseira é uma importante referência cultural, comunitária e política no município de Campinas.

Mais do que um espaço físico, constitui-se como um território vivo de preservação da memória, fortalecimento das

culturas populares de matriz africana e construção cotidiana de práticas coletivas orientadas pela ancestralidade, pela solidariedade e pela Cultura de Paz. Sustentar esse espaço no contexto atual é um desafio permanente. De um lado, lógicas comunitárias baseadas na construção coletiva, no cuidado compartilhado. De outro, a velocidade imposta pelas dinâmicas do capital e da urbanização, que transformam rapidamente os territórios e frequentemente invisibilizam processos construídos a partir do tempo necessário para o fortalecimento dos vínculos humanos e comunitários. Nesse cenário, a Fazenda Roseira busca reinventar-se continuamente sem renunciar a suas raízes, reconhecendo nas tradições de matriz africana e nos ensinamentos ancestrais a principal fonte de resistência, orientação e abertura para novos encontros e possibilidades.

A memória e a ancestralidade são fundamentos concretos de sua atuação da instituição. Em uma cidade marcada historicamente pela escravização e por profundas desigualdades raciais, a Roseira compreende seu papel como espaço de sementeira de conhecimentos tradicionais, compartilhando saberes, práticas e formas de existência que atravessam gerações.

Essas referências orientam tanto as relações internas quanto os diálogos estabelecidos com outros coletivos, comunidades e instituições públicas. Nessa perspectiva, a cultura de paz é entendida como uma prática viva de acolhimento, escuta, convivência e reconhecimento da diversidade. Diversas práticas fortalecem esses princípios no cotidiano da Fazenda Roseira. Entre elas destaca-se o Pisa na Tradição, momento de troca e reflexão entre jongueiros, gestores e visitantes. As festas tradicionais ocupam igualmente um papel estratégico, funcionando não apenas como celebrações culturais, mas como espaços de fortalecimento dos laços comunitários, ampliação das redes de solidariedade e diálogo com o poder público. Somam-se a essas iniciativas os Roteiros Afro Comunitários realizados no Quilombo Casa de Cultura Fazenda Roseira, importantes instrumentos de difusão das ações desenvolvidas e de reflexão sobre memória, identidade

e justiça social.

A construção cotidiana desse trabalho é protagonizada pela Comunidade Jongu Dito Ribeiro. A relação entre a comunidade e a Casa de Cultura é descrita por seus integrantes como uma extensão do próprio corpo coletivo, a comunidade é a mente, os braços e as pernas que dão vida à Roseira. Cada integrante carrega consigo uma parte dessa construção, reafirmando na prática o princípio africano do Ubuntu, que reconhece a humanidade compartilhada e a interdependência entre as pessoas. Essa dimensão coletiva se manifesta também no diálogo entre gerações. Crianças, jovens, adultos e idosos participam dos processos formativos e das atividades culturais, compartilhando experiências, conhecimentos e diferentes formas de compreender o mundo. As transformações geradas pela experiência da Fazenda Roseira são percebidas de múltiplas formas. Entre os impactos significativos está o fortalecimento da consciência antirracista e a possibilidade de narrar a história a partir do protagonismo negro.

Em um contexto historicamente marcado por exclusões e apagamentos, a materialização de uma trajetória construída por corpos negros, em um território de resistência e afirmação cultural, produz reflexões profundas e duradouras em todos aqueles que passam pelo espaço. Essas experiências alcançam pessoas de diferentes idades, desde crianças muito pequenas até adultos, criando processos educativos que ultrapassam as atividades formais e se incorporam às trajetórias de vida dos participantes. A arte e a cultura popular ocupam papel central nesse processo. Mais do que ferramentas ou estratégias de intervenção social, elas constituem formas de existência.

Para além dos avanços conquistados, os desafios permanecem significativos. A ausência de fontes permanentes de financiamento é apontada como uma das principais fragilidades para a continuidade das ações. A necessidade constante de captação de recursos compromete a estabilidade necessária para a manutenção e ampliação das atividades desenvolvidas, tornando a sustentabilidade institucional um tema central para o futuro da

Fazenda Roseira.

Ao refletir sobre os aprendizados acumulados em sua trajetória, a comunidade destaca o princípio de *Sankofa* como uma de suas maiores referências. A ideia de voltar ao passado para buscar aquilo que fortalece o presente e orienta o futuro sintetiza uma compreensão profunda de continuidade, memória e transformação. Da mesma forma, reafirma-se a importância do caminhar coletivo por meio da máxima que orienta suas práticas: Eu seguro a sua mão na minha para que juntos possamos fazer aquilo que eu não posso fazer sozinha. Trata-se de um ensinamento que atravessa as relações comunitárias e inspira a formulação de políticas públicas. A Fazenda Roseira demonstra que ancestralidade é memória e futuro. Sua experiência evidencia que a Cultura de Paz nasce da convivência, do reconhecimento das diferenças, da valorização das memórias coletivas e da capacidade de construir pertencimento.

A mensagem central de Alessandra sobre o papel da arte, da ancestralidade e da Cultura de Paz nos dias de hoje foi: *Venha nos conhecer, segure a nossa mão que juntas certamente seremos mais.*

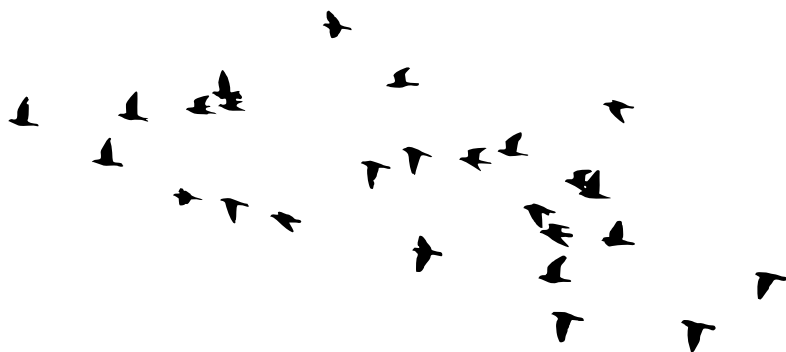
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Roseira floresce onde muitos enxergam apenas passagem. Entre tambores, cantos, memórias e encontros, faz do território um lugar de permanência e reinvenção.

Cada roda abre caminhos. Cada gesto de acolhimento semeia futuros. Cada história compartilhada desafia os silêncios impostos pelo tempo. Ali, a ancestralidade não habita o passado, ela caminha ao lado de quem chega, dança com as crianças, conversa com os mais velhos e ensina que resistir também é celebrar.

Sankofa - a comunidade olha para trás não apenas para permanecer, mas para seguir adiante com raízes profundas e horizontes abertos. E assim, de mãos dadas, a Roseira continua

seu caminho, lembrando que a paz se constrói no encontro, que a cultura floresce na partilha e que nenhum sonho coletivo nasce sozinho.





Fotografia: Julia Magalhães



Fotografia: Mário Miranda

Capítulo 5

O REENCANTAMENTO CONTINUA

Chegamos ao final destas páginas, mas não ao fim da história. Percorremos diferentes territórios, escutamos pessoas, acompanhamos práticas e vivemos experiências que transformam a arte, a cultura, o cuidado e a convivência em formas concretas de construção da paz. Encontramos músicos, educadores, cozinheiras, artistas, lideranças comunitárias, jovens, crianças, mulheres e homens que escolheram construir caminhos de cuidado em meio aos desafios do presente. Pessoas que impactam e ressignificam seus territórios porque aprendem a enfrentar seus conflitos com criatividade, solidariedade e esperança. Em cada experiência visitada, a arte apareceu como linguagem de mutação. Não somente como expressão estética, mas como prática de convivência, participação, pertencimento e reconhecimento. A cultura surgiu como direito, memória, identidade e força capaz de reconstruir laços onde a violência tentou produzir rupturas.

As histórias aqui registradas nos ensinam que a paz não é um estado permanente a ser alcançado: é um processo a ser vivido, uma construção cotidiana. Um exercício contínuo de escuta, diálogo, responsabilidade coletiva e compromisso com a dignidade humana. Revelam algo profundo, que os territórios carregam saberes, afetos, memórias e potências que muitas vezes permanecem invisíveis aos olhos das políticas públicas, dos diagnósticos e dos indicadores. Quando essas potências encontram espaço para florescer, surgem novas possibilidades de futuro. Entre abril e junho de 2026, o festival reuniu mais de duzentos artistas, educadores, coletivos culturais, organizações comunitárias e agentes de transformação em uma programação ampla de concertos, exposições, oficinas, intervenções artísticas, seminário internacional, produções audiovisuais e encontros formativos dedicados à Cultura de Paz.

O que aqui se sistematiza não pretende dar conta da totalidade desse movimento. São fragmentos de um campo muito mais amplo, onde florescem, em silêncio ou em potência aberta, milhares de cozinhas solidárias, grupos culturais, Pontos de Cultura, projetos educativos, experiências restaurativas, coletivos juvenis e práticas de cuidado que sustentam diariamente outras formas possíveis de vida. Cada experiência aqui apresentada existe porque se entrelaça a outras histórias, outros territórios, outras redes que sustentam o cotidiano e ampliam a capacidade de imaginar o futuro. A Cultura de Paz nasce na travessia dos conflitos sem a perda da humanidade. Nesse horizonte, ela não se limita ao que precisa ser superado, mas aponta para o que se deseja construir: um horizonte de Bem Viver, relações mais justas e humanas, territórios mais acolhedores e futuros mais compartilhados - um futuro orientado pelo comum, sustentado pelo encontro.

Esta publicação não encerra um pensamento, apenas o abre. Que as experiências aqui reunidas possam inspirar outras, que as perguntas sigam circulando, que novos encontros se produzam e que outras redes se fortaleçam, ampliando o alcance da arte, da cultura e da convivência como práticas concretas de transformação.

Registramos um agradecimento especial a Célio Turino e Silvana Bragatto, idealizadores do festival, e à equipe do Instituto Casa Comum, cuja dedicação tornou possível este encontro entre artistas, territórios, saberes e experiências. Agradecemos também a Hamilton Faria, poeta dos encontros e guardião da cultura da convivência e da generosidade. Nossa gratidão se estende ainda a todas as organizações, coletivos, educadores, artistas, lideranças comunitárias e participantes que abriram suas portas e compartilharam suas histórias neste processo de sistematização. Toda cidade carrega suas sombras e seus encantamentos. E, enquanto houver pessoas dispostas a cuidar, cozinhar, ensinar, escutar, criar e conviver, o reencantamento dos territórios seguirá acontecendo como prática iluminadora.



Célio Turinô
Luíza Erundina
Silvana Bragatto



Fotografia: Mário Miranda



Marcos Brytto
Nelson Ayres
Suzana Montauriol

Capítulo 6

CRÉDITOS

FESTIVAL ARTES PELA PAZ

REALIZAÇÃO

- Instituto Casa Comum.
- Multitude Projetos Sociais e Culturais.
- Prefeitura Municipal de Campinas (Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Secretaria da Educação).
- Governo Federal (Ministério da Cultura, Emenda parlamentar).

GESTÃO

- Coordenação Geral: Silvana Aparecida Bragatto.
- Curadoria: Célio Turino.
- Gestão de Plataforma Digital: BRIIN Marketing.
- Serviços Contábeis: Suprema Contadores Associados.

APOIO

- Museu de Artes Visuais - MAV - UNICAMP.
- Instituto latino-americano para promoção da Cultura Viva - ILACV.
- Brahma Kumaris.
- TV Câmara Campinas.
- Câmara Municipal de Campinas.

ABERTURA DO FESTIVAL - DANÇA PELA PAZ

- Composição da peça sinfônica Dança pela Paz: Rafael dos Santos.
- Criação e interpretação da Dança pela Paz: Diane Ichimaru.
- Iluminação, ensaio e produção da Dança pela Paz: Marcelo Rodrigues.
- Operação de luz: Camila Puertas.

- Apresentação musical: Caixeiras das Nascentes.
- Projeção Mapeada e Laser Mapping: Thiago Toshio Ogusko.
- Orquestra sinfônica de Campinas e maestro Nelson Freire.

EXPOSIÇÃO ARTES PELA PAZ - SERVIÇO EDUCATIVO

- Coordenadora: Paula Monterrey.
- Gestora e Formadora: Andrea Mendes.
- Mediadora: Mareh Vilela.
- Educadores: Luiza Magalhães, Henrique Gebara, Isis Sabino, Nalu Lucchese, Ravi Moutinho, Guilherme Santos.

MÚSICA E TEATRO

Banda Pretas e Pretos: ANELO – Música que transforma.

CORRENTEZA DA PAZ - DANÇA CIRCULAR

- Direção/Concepção: Marcos Brytto.
- Danças Circulares: Mairany Gabriel.
- Coordenação Artística e cantora: Suzana Montauriol.
- Grupo de dança Negra Ritmança (Danilo Donizete – músicos: Flávio Orsolan e Carlos Rezende).
- Coletivo Tambores & Raizes (Biula Miller e Ogan Everton).
- Professoras e Escolas parceiras: Jaqueline de Meira Bisse – EMEFEI Padre Francisco Silva; Edmara Gaudenci Marques – EMEF Padre Domingos Zatti.

REENCANTAR A CIDADE

PREFÁCIO

Hamilton Faria.

APOIO À SISTEMATIZAÇÃO / ENTREVISTAS

Mario Marcelo Nicodemos Ramos.

FOTOGRAFIA

- Imagens: registros da programação do Festival Artes pela Paz e

licenças livres do Pixabay.

- Arte nas páginas 48 e 73: Joanan Prates.
- Fotógrafos: Mário Miranda, Robson Almeida, Julia Magalhães, Cláudio Alvim, Vinícius Lobo, Neander Heringer.

POEMAS

- Sementes: Karen Kazue Kawana.
- A canção do agora-ontem: Ana Cláudia Romano Ribeiro.
- O tempo de chegar: Marcos Siscar.
- Força: Natália Mota.
- Paz é verbo: Cássia Janeiro.
- Resumo: Hamilton Faria.
- A história que a humanidade move: Célio Turino.

EXPOSIÇÃO ARTES PELA PAZ

- Expografia: Elias Abraham.
- Arte Postal-correspondências do mundo: João Bosco.
- Stickers e Arte de Rua - a paz inscrita na cidade: Toten.
- Casa de Cultura Tainã.
- [SUB] pela Paz – o comum em construção: Marcela Pacola, Fabiana Pacola, Florencia Lastreto e Lina Ibáñez.
- Coração Coletivo-Anatomia da Paz: Gilberto Alves Francisco e equipe do CEI - Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti.
- Oriente - Ocidente - a harmonia entre mundos: Marcos Garcia.

ENTREVISTAS, TEXTOS E EDIÇÃO

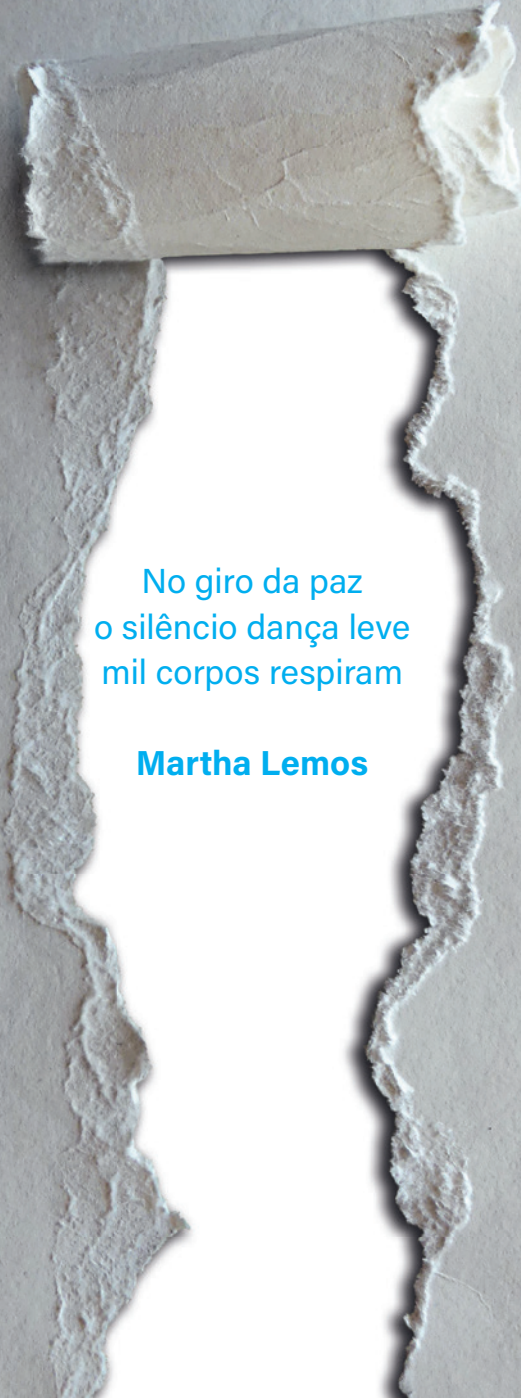
- Martha Elisa Lemos de Carvalho: psicóloga, consultora em políticas públicas de programas educacionais e socioculturais.
- Maria Veridiana da Costa Aguiar Negrini: cientista social com experiência em gestão de projetos culturais, educacionais e sociais.
- Joanan Santos Prates: artista plástico, redator e produtor cultural em processos formativos e integrativos.



a história que a humanidade move

*a história que a humanidade move sem notar
é processo incansável, implacável.
mesmo quando aparentemente pausada
a história transforma o mundo sem cessar.*

célio turino



No giro da paz
o silêncio dança leve
mil corpos respiram

Martha Lemos



instituto
casa
comum

